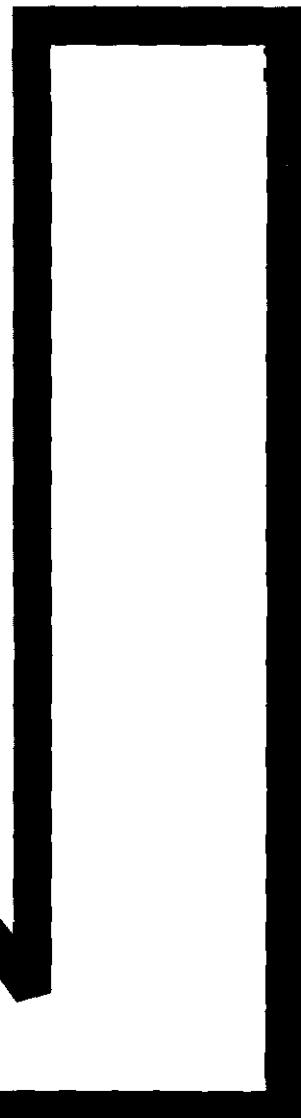
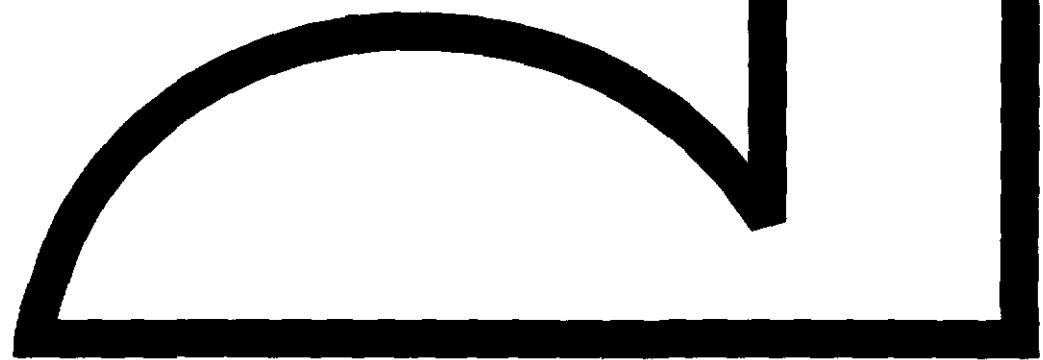




República Federativa do Brasil

EDIÇÃO ESPECIAL

BRASIL 500



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i> CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i> <i>(1) Reeleitos em 2-4-97</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro - PFL - MT</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Amir Lando - PMDB - RO</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Alberto Silva - PMDB - PI</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Bernardo Cabral - PFL - AM</i> <i>(2) Designação: 30-6-99</i>
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Marizâo</i> <i>Romero Colbrelli</i> <i>Agnaldo Alves</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PSDB - 14 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Onícer Dias</i> <i>Padre Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB - 2 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i>
LIDERANÇA DO PFL - 21 Líder <i>Hugo Napoléon</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francisco Pimenta</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Marcelino Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) - 10 Líder <i>Holólio Helena</i> Vice-Líderes <i>Edmundo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i>	 LIDERANÇA DO PPS - 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PSB - 3 Líder <i>Roberto Sattamino</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB - 1 Líder <i>Arturdo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Agaciel da Silva Maia</i> <i>Dirutor-Geral de Senado Federal</i> <i>Cláudionor Moura Nunes</i> <i>Dirutor da Secretaria Especial de Edição e Publicações</i> <i>Jálio Werner Pedreira</i> <i>Dirutor da Subsecretaria Industrial</i>	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> <i>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</i> <i>Marcia Maria Carreiro de Azevedo</i> <i>Dirutora da Subsecretaria de Ata</i> <i>Davide Ortega de Boer</i> <i>Dirutora da Subsecretaria de Taquigrafia</i>	

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 26 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA QUE DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO.

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 62, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Educadora de Dois Vizinhos Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.....	07715
Nº 63, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Cultura de Bragança Paulista Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.....	07715

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 39ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE ABRIL DE 2000

2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda	

Nº 196/2000, de 13 do corrente, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 67, de 2000, do Senador Eduardo Suplicy, e esclarecendo que as informações afetas à Casa da Moeda do Brasil serão encaminhadas tão

logo estejam disponíveis. À Secretaria-Geral da Mesa para aguardar as informações complementares.....

07716

2.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2000, (nº 202/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM da Ilha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. À Comissão de Educação.....

07716

2.2.3 – Parecer

Nº 351, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que revoga o caput do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

07719

tipo Global, conduzido por aquela instituição, na qualidade de agente do "Resource Cional, no valor de seiscentos milhões de dólares americanos e comunicando que o texto da documentação traduzida será enviado a esta Casa tão logo esteja disponível. À Comissão de Assuntos Econômicos.

07724

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação, e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2000, lido anteriormente.

07722

Recebimento da Mensagem nº 100, de 2000 (nº 501/2000, na origem), de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, referente ao exercício de 1998. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura.

07722

2.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2000, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que altera o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2.002. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.

07722

2.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 208, de 2000, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 99, de 2000, e 160, de 1998, por versarem sobre o mesmo assunto. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

07724

2.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 47/2000, de 11 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que revoga o caput do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, em reunião realizada naquela data.

07724

2.2.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

07724

Recebimento do Ofício nº S/20, de 2000 (nº 1.086/2000, na origem), do Banco Central do Brasil, em atendimento ao disposto no art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, do Senado Federal, encaminhando relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do

tipo Global, conduzido por aquela instituição, na qualidade de agente do "Resource Cional, no valor de seiscentos milhões de dólares americanos e comunicando que o texto da documentação traduzida será enviado a esta Casa tão logo esteja disponível. À Comissão de Assuntos Econômicos.

07724

Recebimento do Ofício nº S/21, de 2000 (nº 4.150/2000, na origem), de 13 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 604, que declarou a inconstitucionalidade das seguintes expressões, constantes dos arts. 1º, 2º e 3º da referida Lei Estadual: "mensal", "em cada ano" e "vedada, no caso de acumulação de férias, a dupla percepção da vantagem". Esclarece, ainda, que recebeu, também, os Ofícios nºs 46 a 51, de 2000, do referido Tribunal, encaminhando as Ações Originárias nºs 610, 521, 531, 602, 608 e 623, respectivamente, todos referentes ao mesmo assunto, que passam a integrar o processado do Ofício nº S/21, de 2000. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

07725

Recebimento do Ofício nº S/22, de 2000 (nº 45/2000, na origem), de 13 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 627, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo "mensal", constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da referida Lei Estadual. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

07725

Recebimento do Ofício nº S/23, de 2000 (nº 52/2000, na origem), de 13 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 8.870, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 517, que declarou a inconstitucionalidade, do vocábulo "mensal", constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da referida Lei Estadual. Esclarece, ainda, que recebeu, também, o Ofício nº 53, de 2000, do referido Tribunal, encami-

Abril de 2000

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 20 07713

nhando a Ação Originária nº 527, referente ao mesmo assunto, que passa a integrar o processo do Ofício nº S/23, de 2000. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.....

Recebimento do Ofício nº S/25, de 2000, do Sindicato Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos – SINIC, encaminhando anteprojeto do CODIC – Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos, objetivando a criação do Conselho Federal e do curso a nível superior daquela categoria profissional. À Comissão de Assuntos Sociais.....

Recebimento do Ofício nº S/24, de 2000 (nº 1.153/2000, na origem), de 18 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Alagoas para que possa contratar operação de crédito visando a extinção do Banco do Estado de Alagoas – PRODUBAN e a criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinqüenta mil reais, a preços de 30 de abril de 1998, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

Recebimento do Ofício nº S/26, de 2000 (nº 1.154/2000, na origem), de 18 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Goiás para que possa contratar operação de crédito visando à criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de sessenta milhões de reais, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

2.2.9 – Ofícios

Nº 60/2000, de 18 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membro para compor, como suplente, a Comissão de Assuntos Econômicos. Designação do Senador Moreira Mendes para compor a referida Comissão.....

Nº 251/2000, de 18 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.956-48, de 2000.....

2.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Reivindicação de ajuda governamental para financiamento destinado à modernização da frota do transporte fluvial da região amazônica.....

07725

SENADOR RAMEZ TEBET – Importância do Estado na indução do desenvolvimento econômico-social e distribuição da renda..... 07729

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Considerações sobre o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta, firmado entre o governo do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento..... 07732

SENADOR ALVARO DIAS – Posicionamento contrário à venda de ações ordinárias da Petrobras, conforme projeto de lei apresentado na Casa..... 07738

SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem ao Dia do Índio e considerações sobre a visão brasileira da questão indígena..... 07742

SENADORA MARINA SILVA – Considerações sobre a questão indígena, a propósito da comemoração do Dia do Índio..... 07768

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Reflexão sobre as necessidades do país, após os 500 anos de Descobrimento, destacando a situação do setor elétrico. Críticas aos europeus que querem impedir a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins..... 07773

SENADOR TIÃO VIANA – Preocupação com os dados da Fundação Nacional de Saúde sobre o crescimento da malária no País..... 07774

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Críticas à nota oficial publicada no jornal Gazeta do Povo, pelo Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Paraná, sobre corrupção na imprensa do Estado..... 07778

SENADORA HELOÍSA HELENA – Solidariedade ao Senador Roberto Requião. Homenagens ao Dia do Índio, Dia do Tiradentes e aos 500 anos de descobrimento do Brasil..... 07781

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Preocupação de S. Ex*, com a baixa emissão de certidões de nascimento no Brasil..... 07785

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários a artigos publicados na imprensa sobre questões indígenas..... 07788

2.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 209, de 2000, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 2 e 21 de 2000, por versarem sobre o mesmo assunto. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente... 07801

Nº 210, de 2000, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro da Previdência e Assistência Social as informações que menciona. À Mesa para decisão..... 07801

2.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA LUZIA TOLEDO – Reflexão sobre a história do povo capixaba nos 500 anos do descobrimento do Brasil..... 07801

07726

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Considerações sobre a evolução do ensino fundamental no País.....	07804
2.2.13 – Comunicação da Presidência	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 25, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	07806
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 29ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 5 de abril de 2000, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subseqüente...	07808
Ata da 35ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 13 de abril de 2000, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subseqüente...	07808
4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	

Convocação de reunião a realizar-se no dia 25 de abril do corrente, terça-feira, às 17 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, com a mesma pauta da Reunião anteriormente convocada para o dia 19 de abril do corrente, que fica, por conseguinte, cancelada.....	07809
5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 455 e 456, de 2000.	07810
Nº 457, de 2000, referente ao servidor Raimundo Bezerra Assunção Costa.	07812
Nº 458, de 2000, referente ao servidor Júrandir de Jesus Cavalheiro.	07813
Nº 459, de 2000.	07814
6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 62, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão da "Rádio Educadora de Dois Vizinhos Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de novembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 6 de outubro de 1995, a concessão da "Rádio Educadora de Dois Vizinhos Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de abril de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 63, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão da "Rádio Cultura de Bragança Paulista Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de abril de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da "Rádio Cultura de Bragança Paulista Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de abril de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 39ª Sessão Não Deliberativa em 19 de abril de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ademir Andrade, Carlos Patrocínio, Casildo Maldaner
Tião Viana, das Sras. Heloísa Helena, Thelma Siqueira Campos
e do Sr. Leomar Quintanilha*

(Inicia-se a sessão às 10 horas)

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – Havidendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 196/2000, de 13 do corrente, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 67, de 2000, do Senador Eduardo Suplicy, e esclarecendo que as informações afetas à Casa da Moeda do Brasil serão encaminhadas tão logo estejam disponíveis.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa para aguardar as informações complementares.

PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 52, DE 2000

(Nº 202/99, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM da Ilha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 248, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à Rádio FM da Ilha Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.709, DE 1998

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de V. Ex's, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Interino, o ato constante da Portaria nº 248, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à Rádio FM da Ilha Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na localidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Brasília, 30 de dezembro de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 323/98 – GM

Em 4-12-98

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Conferência nº 23/97-SFO/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na localidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM da Ilha Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se, assim, a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

Esclareço que, de acordo com o parágrafo terceiro do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito. — **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações Interino.

PORTARIA Nº 248, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998

O Ministro de Estado das Comunicações, Interino, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação do Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53840.000115/97, Concorrência nº 23/97-SFO/MC, resolve:

Art. 1º Fica outorgada permissão à Rádio FM da Ilha Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem

direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na localidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juarez Quadros do Nascimento.

BALANÇO DE ABERTURA
RÁDIO FM DA ILHA LTDA.

Rua: F, N.º 10 Conj. Prisco Viana
Barra dos Coqueiros - Sergipe
CGC. 01.760.989/0001-02

01 de Abril de 1997

ATIVO

ATIVO	PARCIAL	TOTAL
DISPONÍVEL		
CAIXA GERAL	24.426,00	24.426,00
REALIZÁVEL- CURTO PRAZO		
CAPITAL A INTEGRALIZAR		
José Raimundo Ribeiro Júnior	10.000,00	
Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro	5.000,00	
Verônica Barbosa Lima Ribeiro	5.000,00	
Ana Cleide Ferreira Ribeiro	5.000,00	25.000,00
CUSTOS DE ABERTURA		
DESPESAS COM ABERTURA	574,00	574,00
TOTAL DO ATIVO		50.000,00

Reconhecemos a exatidão deste Balanço de Abertura realizado em 01 de Abril de 1997, transscrito no Livro Diário desta empresa.

BALANÇO DE ABERTURA
RÁDIO FM DA ILHA LTDA.

Rua: F, N.º 10 Conj. Prisco Viana
Barra dos Coqueiros - Sergipe
C.G.C. 01.760.989/0001-02

01 de Abril de 1997

PASSIVO

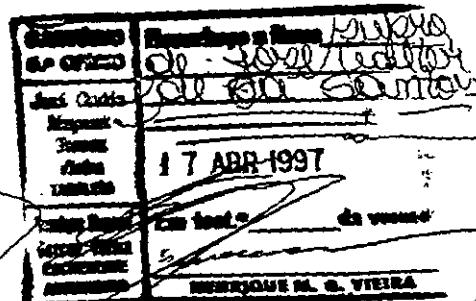
PASSIVO	PARCIAL	TOTAL
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
<i>CAPITAL SOCIAL</i>		
José Raimundo Ribeiro Júnior	20.000,00	
Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro	10.000,00	
Verônica Barbosa Lima Ribeiro	10.000,00	
Ana Cleide Ferreira Ribeiro	<u>10.000,00</u>	50.000,00
TOTAL DO PASSIVO		50.000,00

Reconhecemos a exatidão deste Balanço de Abertura realizado em 01 de Abril de 1997, transscrito no Livro Diário desta empresa.

Barra dos Coqueiros(Se), 01 de Abril de 1997

AV. R. C. 1000, 100 - 3331 - Centro
ARALIA, 11 - 3331-2
CONTADOR - C.R.C. 1377 - Crf 000396695-3

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.O.S. N. 52
Fdo. 49 Tom



(À Comissão de Educação.)

PARECER

PARECER Nº 351, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que “Revoga o caput do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996”.

Relator: Senador Antero Paes de Barros

I – Relatório

Em decisão terminativa, incumbe a esta Comissão de Assuntos Econômicos deliberar sobre o epígrafe projeto de lei, pelo qual se pretende revogar o *caput* do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que tem a seguinte redação:

“Art. 83. A representação fiscal para fins penais relativas aos crimes contra a ordem tributária definidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, será encaminhada ao Ministério Público após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente.”

O ilustre autor da proposição a justifica com a natural demora do processo administrativo de lançamento tributário, demora essa passível de ampliação com as sucessivas oportunidades de recurso pelo infrator, aumentando as probabilidades de prescrição e inviabilizando o processo criminal. Nesse passo, argumenta com o princípio da independência entre as instâncias administrativa e penal e com o cerceamento do direito de ação do Ministério Público.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

O projeto sob exame não enfrenta qualquer óbice constitucional. A matéria insere-se na competência legiferante da União Federal e não está afetada por qualquer restrição de iniciativa. Igualmente, não contraria nenhum princípio jurídico e está vazado em boa técnica legislativa.

III – Mérito

As bem lançadas razões do ilustre Proponente são mais que suficientes para levar à convicção de que o projeto deve ser aprovado com a máxima urgência.

Com efeito o dispositivo cuja revogação é proposta alarga e pavimenta a estrada da impunidade

para os crimes de sonegação fiscal, contrariando toda a tendência e todo o desejo da sociedade brasileira. A opinião pública dá mostras evidentes de que não mais tolera a leniência legal, burocrática e formalística para com aqueles que sistematicamente fazem da sonegação quase que um jogo de cartas marcadas, no qual o risco para o sonegador é mínimo, garantindo-lhe sempre a vitória, ao final.

A consequência prática da impunidade é exatamente a inversão das regras: o punido acaba sendo o contribuinte correto, que sofre não apenas os efeitos da concorrência desleal mas tem ainda que pagar mais, para compensar, no volume de arrecadação necessário para manter o Estado, a parcela faltante do sonegador. Sem contar o que talvez seja o pior de todas as punições ao bom contribuinte: a derrota moral de conviver com o escárnio da “esperteza” do concorrente que lhe mina os negócios e lhe aumenta a carga tributária, e ainda cinicamente debocha de quem não se aproveita da estrutura legal e da lentidão burocrática garantidoras da impunidade.

É necessário firmar a consciência de que a sonegação fiscal é o mais hediondo dos crimes, na medida em que, desfalcando o erário, tira escolas das crianças, condenando-as à marginalidade social e econômica; mata doentes pobres por falta de hospitais, de equipamentos médicos e de medicamentos; mata idosos pobres por falta de abrigo e de adequada assistência; aumenta a insegurança da população por falta dos investimentos no aparelho policial. Enfim, é crime invisível contra toda a sociedade.

As discussões no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o sistema financeiro trouxeram à luz dados tais como a redução das representações criminais, que, somente no Estado de São Paulo, caíram de quase três mil para cinqüenta por ano, com a aplicação do dispositivo ora atacado. Com essa vantagem – e outras – dos sonegadores, apenas cerca de um por cento de todos os crimes fiscais cometidos resultam em processo e condenação, na opinião do Procurador Regional da República, Dr. Mário Bonsaglia.

A natural demora do processo administrativo fiscal, com todas as instâncias e recursos inerentes, leva a quase totalidade dos casos para a vila comum da prescrição, sinônimo de impunidade. A revogação do dispositivo, como proposto, apenas possibilitará a volta do que já se praticava até 1996: uma vez constatado o ilícito, abre-se duas vertentes.

Numa, o sonegador vai discutir administrativamente (e, se quiser, depois, também judicialmente) a existência e o valor do débito fiscal. Noutra, vai responder, na justiça, pelo crime contra a ordem tributária. Não há nenhuma razão válida para amarrar uma coisa à outra. A tipificação legal da apuração do débito é independente da tipificação criminal. As instâncias administrativas e penal são independentes. Não há porque aguardar a decisão administrativa

para se iniciar a ação penal, pois as decisões administrativas não vinculam o juízo criminal.

Todavia, para que isso aconteça, é necessário liberar a administração para enquanto trata do contencioso administrativo, comunicar imediatamente ao Ministério Público da existência do fato, a fim de que este possa iniciar a ação criminal respectiva ou, de qualquer forma, adotar as cautelas necessárias para evitar a prescrição do crime. Não há porque postergar tais providências. O próprio Ministério Público ou o Juiz da causa, com a devida oitiva do acusado, poderão, em cada caso, exercer o juízo de valor se é necessário ou não aguardar elementos do trâmite administrativo para instruir o criminal.

Acompanhando o ilustre autor do projeto, vislumbro, também, fumaças de inconstitucionalidade no dispositivo que se busca revogar, na medida em que obsta injustificadamente a propositura da ação penal pública, restringindo o acesso ao judiciário e o exercício da função prevista no art. 129, I, da Constituição, além de ferir a independência entre os Pode-

res, ao subordinar a manifestação jurisdicional à prévia manifestação da autoridade administrativa.

O Procurador-Geral da República também viu inconstitucionalidades no dispositivo a que se visava revogar, razão pela qual propôs ao Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade, que tomou o número ADIN 1.571-1 e que ainda se encontra pendente de julgamento.

III – Voto

Pelas razões expostas, voto pela aprovação integral do Projeto.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Antero Paes de Barros**, Relator – **Bello Parga** – **Paulo Souto** – **Luiz Estevão** – **Bernardo Cabral** – **Eduardo Suplicy** – **Jefferson Péres** – **Pedro Simon** – **José Eduardo Dutra** – **Luiz Otávio** – **Jorge Bornhausen** – **Freitas Neto** – **Sérgio Machado** – **Pedro Piva** – **Roberto Saturnino** – **Osmar Dias**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS N° 72, Dr 1933

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AGNELO ALVES				GERSON CAMATA			
JOSE FOGAÇA				PEDRO SIMON	X		
JOSE ALENCAR				ROMERO REQUIÃO			
LUIZ ESTEVÃO	X			ALBERTO SILVA			
MAGUITO VILELA				MARLUCE PINTO			
GILBERTO MESTRINHO				MAURO MIRANDA			
RAMEZ TEbet				WELLINGTON ROBERTO			
NEY SUASSUNA				AMIR LANDO			
CARLOS BEZERRA				JOÃO ALBERTO SOUZA			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE BORNHAUSEN	X			JOSE AGRIPINO			
FRANCELINO PEREIRA				JOSE JORGE			
EDISON LOBÃO				ROMEU TUMA			
BELLO PARGA	X			BERNARDO CABRAL	X		
JONAS PINHEIRO				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS			
FREITAS NETO	X			GERALDO ALTHOFF			
PAULO SOUTO	X			MOZARILDO CAVALCANTE			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSE ROBERTO ARRUDA				SÉRGIO MACHADO	X		
ANTERO PAES E BARROS	X			LUIS PONTES			
LÚDIO COELHO				LUCIO ALCÂNTARA			
ROMERO JUCA				OSMAR DIAS	X		
PEDRO PIVA	X						
TITULARES - BLOCO OPoSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO OPoSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT	X			ANTONIO C. VALADARES - PSB			
LAURO CAMPOS - PT				SEBASTIÃO ROCHA - PDT			
JOSE EDUARDO DUTRA - PT	X			ROBERTO FREIRE - PPS			
ROBERTO SATURNINO - PSB	X			MARINA SILVA - PT			
JEFFERSON PERES - PDT	X			HELOISA HELENA - PT			
TITULAR - PPB	SIM	NÃO		SUPLENTE-PPB	SIM	NÃO	
LUIS OTÁVIO	X			ERNANDES AMORIM			

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABS 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 11/04/00

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal política, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior.

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira que deverão residir na comarca da respectiva lotação.

§ 3º O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos assegurada participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, e observada, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, II e VI.

LEI N° 8.137 – DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999

Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
Dos Crimes Contra a Ordem Tributária**

**SEÇÃO I
Dos Crimes Praticados por Particulares**

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I – omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II – fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III – falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV – elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva fazer falso ou inexato;

V – negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Penas – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento, da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso V.

Art. 2º Constitui crime da mesma natureza:

I – fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;

II – deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

III – exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;

IV – deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;

V – utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (183)

Nº 1.571-1 – medida liminar

PROCED.: União Federal

RELATOR: Min. Néri da Silveira

REQTE.: Procurador-Geral da República

REQDO.: Presidente da República

REQDO.: Congresso Nacional

Decisão: Por votação unânime, o tribunal indeferiu o pedido de medida liminar, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Ministros Moreira Alves e Ilmar Galvão. Plenário, 20-3-97.

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei nº 9.430, de 27-12-1996, art. 83. 3. Arguição de inconstitucionalidade da norma impugnada por ofensa ao art. 129, I, da Constituição, ao condicionar a **notitia criminis** contra a ordem tributária "a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário", do que resultaria liminar o exercício da função institucional do Ministério Público para promover a ação penal pública pela prática de crimes conta a ordem tributária. 4. Lei nº 8.137/90, arts. 1º e 2º. 5. Dispondo o art. 83, da Lei nº 9.430/96, sobre a representação fiscal, há de ser compreendido nos limites da competência do Poder Executivo, o que significa dizer, no caso, rege atos da administração fazendária, prevendo o momento em que as autoridades competentes dessa área da Administração Federal deverão encaminhar ao Ministério Público Federal os expedientes contendo **notitia criminis**, acerca de delitos contra a ordem tributária, previstos nos arts. 1º e 2º, da Lei nº 8.137/90. 6. Não cabe entender que a norma do art. 83, da Lei nº 9.430/96, coarcte a ação do Ministério Público Federal, tal como prevista no

art. 129, I, da Constituição, no que concerne à proposta da ação penal, tornando o MPF, pelos mais diversificados meios de sua ação, conhecimento de atos criminosos na ordem tributária, não fica impedido de agir, desde logo, utilizando-se, para isso, dos meios de prova a que tiver acesso. 7. O art. 83, da Lei nº 9.430/96, não define condição de procedibilidade para a instauração da ação penal pública, pelo Ministério Público. 8. Relevância dos fundamentos do pedido não caracterizada, o que é bastante ao indeferimento da cautelar. 9. Medida cautelar indeferida.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2000, que acaba de ser lido, tramitará com o prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e de acordo com o art. 122, II, b, do Regimento Interno, e poderá receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 100, de 2000 (nº 501/2000, na origem), de 14 da corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do inciso XXIX do art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, encaminha o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, referente ao exercício de 1998.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 108, DE 2000

Altera o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.940, de 21 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94. As entidades desportivas praticantes ou participantes de competições de atletas profissionais deverão se adaptar ao disposto no art. 27 desta lei até 30 de junho de 2002.(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No Brasil, ao contrário do que ocorre em diversos outros países, o desporto profissional, e mais especificamente o futebol, é atividade tradicionalmente praticada pelos clubes.

A Lei Pelé, editada em março de 1998, determina, em seu art. 27, que as atividades relacionadas a competições de atletas profissionais são privativas de sociedades com fins econômicos, e estipula, em seu art. 94, prazo para a transformação dos clubes em empresas.

Inicialmente, a lei em comento estabelecia o prazo de dois anos para a referida transformação.

Recentemente, a Lei nº 9.940, trazida ao mundo jurídico em dezembro próximo passado, estendeu esse prazo por mais um ano, passando a data limite para a transformação a ser o dia 24 de março de 2001.

Ao emitir parecer sobre o projeto que resultou na aludida lei, a Comissão de Educação desta Casa pronunciou-se favoravelmente à sua aprovação, acompanhando o relatório da ilustre Senadora Emilia Fernandes, do qual destacamos o seguinte trecho:

Um dos pontos que suscitou acirrados debates durante a elaboração da norma legal foi exatamente o princípio que determina a obrigatoriedade de os clubes se transformarem em empresas. Passados quase dois anos da edição da lei, o debate acerca da matéria parece não ter chegado a um consenso, provocando, até hoje, apaixonadas discussões.

De um lado, os defensores da medida argumentam que tal princípio constitui mera adequação da legislação à realidade existente nas entidades praticantes de atividades esportivas profissionais. A partir da década de 80, defendem, o esporte, principalmente o futebol, deixou de ser uma atividade com mera conotação de paixão clubística, de competição pela competição, e transformado em espetáculo, passou a constituir peça fundamental da indústria do entreteni-

mento, movimentando somas astronômicas de recursos. Nada mais adequado, portanto, que tais entidades se transformem em sociedades com fins lucrativos, regularizando suas atividades comerciais.

Corrente de pensamento inversa considera que a lei não pode obrigar as entidades que participam de competições com atletas profissionais a adotarem determinada forma de organização, já que o art. 217, inciso I, da Constituição Federal, assegura a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações quanto à sua organização e funcionamento. Além disso, o art. 5º, incisos XVI e XVIII da Carta Magna, também garante a liberdade de organização em associações. Dessa maneira, o Estado não poderia fazer essa exigência, já que se trata de uma garantia constitucional coletiva.

Em razão dessa indefinição com relação à oportunidade e validade da medida, parecer-nos adequado e providencial que se prorrogue o prazo para que o Parlamento e a sociedade brasileira possam, com mais vagar, avaliar adequadamente o dispositivo.

Concordamos *in totum* com os argumentos contidos no citado parecer para justificar a prorrogação do prazo estipulado na lei.

Entendemos, contudo, que o novo prazo fixado ainda é insuficiente para que se proceda a uma análise criteriosa sobre a conveniência da medida, motivo pelo qual propomos sua dilatação até 30 de junho de 2002.

São esses os motivos que nos levam a apresentar este projeto de lei, para o qual contamos com o apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2000. – Senador **Sebastião Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Art. 27. As atividades relacionadas a competições de atletas profissionais são privativas de:

- I – sociedades civis de fins econômicos;
- II – sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor;

III – entidades de prática desportiva que constituem sociedade comercial para administração das atividades de que trata este artigo.

Parágrafo único. As entidades de que tratam os incisos I, II e III que infringirem qualquer dispositivo desta Lei terão suas atividades suspensas, enquanto perdurar a violação.

LEI Nº 9.940, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999

Altera dispositivo da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas, de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – O projeto de lei do Senado que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 208, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2000, com o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1998, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2000. – Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF./CAE/47/2000

Brasília, 11 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 72 de 1999, que “Revoga o **caput** do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996”, em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, – Senador Ney Suassuna, Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/20, de 2000 (nº 1.086/2000, na origem) em atendimento ao disposto no art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, do Senado Federal, encaminhando relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo *Brady* por um novo título do tipo *Global*, conduzida por aquela instituição, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, no valor de seiscentos milhões de dólares americanos, e comunicando que o texto da documentação traduzida será enviado a esta Casa tão logo esteja disponível.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/21, de 2000 (nº 44/2000, na origem), de 13 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 604, que declarou a inconstitucionalidade das seguintes expressões, constantes dos arts. 1º, 2º e 3º da referida Lei Estadual: "mensal", "em cada ano" e "vedada, no caso de acumulação de férias, a dupla percepção da vantagem".

Esclarece, ainda, que recebeu, também, os Ofícios nºs 46 a 51, de 2000, do referido Tribunal, encaminhando as Ações Originárias nºs 610, 521, 531, 602, 608 e 623, respectivamente, todos referentes ao mesmo assunto, que passam a integrar o processado do Ofício nº S/21, de 2000, que vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/22, de 2000 (nº 45/2000, na origem), de 13 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 627, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo "mensal", constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da referida Lei Estadual.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/23, de 2000 (nº 52/2000, na origem), de 13 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.870, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 517, que declarou a inconstitucionalida-

de, do vocábulo "mensal", constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da referida Lei Estadual.

Esclarece, ainda, que recebeu, também, o Ofício nº 53, de 2000, do referido Tribunal, encaminhando a Ação Originária nº 527, referente ao mesmo assunto, que passa a integrar o processado do Ofício nº S/23, de 2000, que vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu do Sindicato Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos – SINIC o Ofício nº S/25, de 2000, encaminhando anteprojeto do CODIC – Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos, objetivando a criação do Conselho Federal e do curso de nível superior daquela categoria profissional.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, os seguintes Ofícios:

Nº S/24, de 2000 (nº 1.153/2000, na origem), de 18 do corrente, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Alagoas para que possa contratar operação de crédito visando a extinção do Banco do Estado de Alagoas – PRODUBAN e a criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinqüenta mil reais, a preços de 30 de abril de 1998, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

Nº S/26, de 2000 (nº 1.154/2000, na origem), de 18 do corrente, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Goiás para que possa contratar operação de crédito visando à criação de agência de fomento naquele Estado, no valor de sessenta milhões de reais, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OF. N° 60/2000 – GLPFL

Brasília, 18 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Moreira Mendes para ocupar a vaga deste partido, como suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Atenciosamente, – Senador **Edison Lobão**, Líder do PFL em exercício.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – A Presidência designa o Senador Moreira Mendes para integrar a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos da indicação formulada pela Liderança do PFL.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Gabinete da Liderança

OFÍCIO N° 251/PT

Brasília, 18 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar o Deputado Marcos Afonso (PT – AC), como titular, em substituição ao Deputado Professor Luizinho (PT – SP), na Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP n° 1.956-48 (Conversão de áreas florestais).

Atenciosamente, – Deputado **Aloizio Mercadante**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE(Carlos Patrocínio) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, por permuta com o Senador Francelino Pereira.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é uma permuta de lugares apenas.

Na Amazônia, como se sabe, o meio de transporte amplamente dominante é o fluvial, em função das enormes distâncias, da precariedade e da pouca abrangência das vias terrestres – cuja manutenção é extremamente dificultada pelos rigores do clima – e,

ainda, por conta da pujança das hidrovias. Nossos rios e igarapés são nossas estradas. No lugar de ônibus e caminhões, contamos com barcos para o transporte de passageiros e de carga.

No contexto da economia amazônica, o transporte fluvial constitui, portanto, atividade de grande importância. Uma crise, no entanto, ronda esse setor amazônico tão relevante para os Estados da Região Norte.

Recebi, recentemente, correspondência encaixinhada pelo jornalista amazonense Orlando Farias, reportando a difícil situação que atravessam os proprietários de barcos que navegam pelos rios da Amazônia. O relato do ilustre periodista vem reforçar minha convicção na luta que tenho empreendido pela construção de barcos mais resistentes, com cascos metálicos.

Segundo informa Farias, o volume de anúncios de venda de barcos, nos classificados de jornais e pelos mais diversos meios, tem crescido nos últimos tempos. O motivo está no elevadíssimo número de acidentes náuticos registrados em 1999, inclusive com a volta da ocorrência dos chamados naufrágios-tragédias, que há muito não se registravam nessa proporção.

A tragédia representada por esses naufrágios que ocorrem nos rios amazônicos – com a perda de dezenas e, às vezes, centenas de vidas humanas – tem sido muitas vezes objeto de noticiário em nível nacional. Além da irreparável perda de vidas, é necessário entender também o drama que esses desastres representam para os proprietários dos barcos siniestrados.

Trata-se, invariavelmente, de pessoas que não detêm grande poder aquisitivo, que não possuem empreendimentos em outros setores da atividade econômica. São amazônidas que cresceram navegando nos rios da região, exercendo atividade comercial ou, em menor escala, de transporte. Após décadas de trabalho árduo, quando já estão numa faixa etária mais avançada, esses homens conseguem contratar a construção de uma embarcação. Garantida essa difícil conquista, os novos e pequenos empreendedores passam a explorar seu barco enquanto empresa familiar. Os filhos participam não apenas da administração do negócio, mas, também – por mais incrível que possa parecer –, do trabalho braçal de operar a embarcação, que é uma atividade bastante penosa.

O barco de transporte de carga e passageiros que circula nos rios da Amazônia, fruto de tantos anos de trabalho, constitui, quase sempre, o único patrimônio que seu proprietário conseguiu adquirir ao longo da vida. O que muita gente não sabe é que tais

embarcações – construídas em madeira – estão excluídas do rol de bens para os quais as companhias seguradoras aceitam contratar seguros.

Dessa forma, quando acontece um naufrágio, o impacto humano e social não se restringe aos passageiros e tripulantes que perecem no desastre, nem às famílias enlutadas. A situação é também dramática para o proprietário da embarcação, que perde seu único patrimônio e ainda cai em desgraça definitiva perante a comunidade local, apontado que é como responsável pelo acidente.

No entanto, até prova em contrário, as causas de muitos e muitos desses naufrágios podem residir na estrutura frágil dos próprios barcos, construídos em madeira e portadores de falhas de engenharia náutica, visto que os estaleiros artesanais existentes na região não dispõem de atualizada tecnologia. Desse modo, não há mesmo como esperar que essas embarcações possam resistir a um choque contra um "pedral", como são chamados, na Amazônia, os afloramentos rochosos.

É urgente, portanto, a modernização dos estaleiros artesanais, que precisam ser mantidos, sob pena de aumento do desemprego em municípios importantes. Urge, também, que se adote a prática da construção de barcos mais resistentes, dotados de cascos metálicos.

Para uma e outra providência, mostra-se indispensável a ajuda governamental, sob a forma de oferta de linhas de financiamento ajustadas à realidade do setor. Tendo acesso a crédito a custos mais razoáveis, os barqueiros da Amazônia poderão partir para a aquisição de barcos metálicos, com o que muitos acidentes serão evitados e outros terão suas proporções reduzidas.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço, com muita alegria, o eminentíssimo Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Senador Bernardo Cabral, é sempre uma satisfação, e um motivo de estímulo e de entusiasmo, ouvir V. Ex^a falar da Amazônia. V. Ex^a fala com tal riqueza de detalhes, com tal profundidade de conhecimento, com tal sensibilidade dos problemas que ali afloram que o seu relato é desfrutado por nós, seus colegas do Senado. Os seus depoimentos são aqui recebidos como verdadeiros relatos histórico-geográficos desse mundo que é a Amazônia. V. Ex^a traz a realidade dos barqueiros, com seus cascos de madeira, frágeis, e a impossibilidade de serem incorporados a um sistema de se-

guro, de previsão. Realmente, fico impressionado ao ver que V. Ex^a detecta a fundo o problema humano na Amazônia, indo em busca dessa realidade profunda, fazendo-a emergir aqui, no Senado, aos nossos olhos, percebendo o drama do homem do rio, do homem amazônico. Cumprimento V. Ex^a pela linha de conduta que tomou ao longo de seu mandato. O Estado do Amazonas e a Amazônia devem ter orgulho de V. Ex^a. A cada semana invariavelmente vejo V. Ex^a subir à tribuna e levantar um tema em defesa de seu Estado, de seus amigos e conterrâneos, de sua gente, muitas vezes sofrida e marginalizada. Isso, quando visto por um gaúcho, como eu, que vivo lá no extremo sul do País, não deixa de causar comoção salientar a profunda noção de respeito pela postura de V. Ex^a e pelo problema que apresenta a todos nós. Registro, mediante este aparte, que a análise que V. Ex^a faz é realmente dramática. É preciso que haja recursos para financiar esse homem que, na verdade, é um homem de iniciativa privada, um empreendedor, um homem de coragem, um desbravador. Se o Estado o desconhece e não lhe dá condições de contratar seguro para a sua embarcação, de melhorar a sua estrutura de trabalho e a qualidade de seu instrumento de trabalho – a barca –, realmente, o Estado está descumprindo o seu dever. Cumprimentos a V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador José Fogaça, sou um devedor de V. Ex^a. Há algum tempo, venho escrevendo, com a cautela que o assunto impõe, a história dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Nessas memórias, registro a atuação de quatro pessoas, e V. Ex^a é uma delas. Ali, sem que eu revele agora tudo, declaro que, na qualidade de Relator-Adjunto, teria sido humanamente impossível que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte tivessem a conclusão que tiveram se eu não tivesse V. Ex^a ao meu lado, durante tanto tempo, varando noites, amanhecendo o dia no Prodasen – Centro de Processamento de Dados do Senado. V. Ex^a estava ali, como dizem na minha terra, à ilharga, dando a contribuição da sua inteligência. E esse débito a cada dia se avoluma, não tenho como resgatá-lo. Fica difícil para um companheiro seu, como eu, que o admira menos ainda do que V. Ex^a merece, possa resgatar esse débito. Por isso o aparte de V. Ex^a, do extremo Sul, capta com essa sensibilidade de política o drama do ribeirinho, do homem do extremo Norte. Mais uma vez, Senador José Fogaça, meus agradecimentos a V. Ex^a pela solidariedade e pela forma com a qual V. Ex^a enriquece neste Senado os pronunciamentos dos seus Companheiros.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço o eminentíssimo Senador Lúcio Alcântara, com muito prazer.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Senador Bernardo Cabral, quero apenas dizer que esse tema que V. Ex^a traz ao debate é extremamente oportuno. Ninguém melhor do que V. Ex^a, que representa o Amazonas, pode falar sobre esse assunto. Realmente precisamos estimular de todas as formas a navegação interior no Brasil. Lemos periodicamente, nos jornais, notícias de grandes acidentes com embarcações em rios da Amazônia, grandes tragédias fluviais com muitos óbitos. Claro que isso ocorre por causa de todos aqueles fatores de que V. Ex^a falou: transportes precários, falta de fiscalização, irresponsabilidade em alguns casos, falta de conhecimento hidrográfico, entre outros. Tenho conhecimento de que há uma empresa que está estudando a possibilidade de importação de tecnologia espanhola, com barcos construídos com um tipo de material que resiste a colisões com pedrais ou outras formações existentes no leito dos rios. Essas formações baixam no período da seca, diminuindo a lâmina d'água e, consequentemente, afetando a navegação. O que é preciso mesmo – e V. Ex^a tem toda a condição de insistir nisso – é estimularmos a implantação de hidrovias. Voltarmos as costas ao transporte hidroviário. Há dificuldades em relação a questões ambientais, ao impacto que essas hidrovias têm sobre o meio ambiente. No entanto, precisamos contornar esses obstáculos, usando técnicas mediante as quais se possa respeitar o meio ambiente. O Brasil não pode abdicar dessa forma barata e prática de transporte, porque, por seu intermédio, poderemos fazer a interligação de extensas regiões do País. Por meio deste aparte, chamo a atenção para isto: estamos muito atrasados na questão do transporte hidroviário. Precisamos estimular a construção dessas hidrovias. Sei do caso do terminal graneleiro de Itaquatiara, do Grupo Maggi, onde se está barateando o transporte da soja, barateando-o. Precisamos conhecer melhor essa realidade – poucos brasileiros a conhecem – e estimular o Governo e iniciativa privada a avançarem na construção dessas hidrovias.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – V. Ex^a tem razão, Senador Lúcio Alcântara, quando fala que esse é o transporte mais barato. Quem estuda o aspecto técnico do problema hidrográfico no Brasil não pode desconhecer uma obra de Leandro Tocantins – acabou se tornando clássica – chamada **O Rio Co-**

mando a Vida. É o que acontece no nosso Estado. Tive o prazer e a alegria de assistir a como o transporte em balsas é feito através do rio Mississippi. E o fiz na companhia de um velho amigo meu, jornalista Philippe Daou. Observamos o quanto teríamos condições, nas calhas dos nossos rios – cito aqui somente o Estado do Amazonas –, de levar para outros lugares, com o transporte fluvial, mercadorias que produzimos. Hoje, os concorrentes de fora teimam em não permitir que avancemos para não baratear o custo desse transporte. Congratulo-me com V. Ex^a, acolhendo-lhe o aparte. Peço, já que o Sul se incorporou, que o Nordeste, a seu exemplo, o faça, para que as duas regiões possam, juntamente com a minha Região Norte, continuar nessa luta.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, vou concluir, mas quero fazê-lo, dizendo que muitas vidas já foram perdidas, nos rios da Amazônia, em naufrágios perfeitamente evitáveis. Além desse prejuízo maior e irreparável, deve-se também lembrar o drama dos pequenos empreendedores que, nesses acidentes, se vêem privados de todo o seu patrimônio e caem em completo descrédito operante as comunidades onde habitam. Em função da impossibilidade de contratar seguro para as embarcações com casco de madeira, seu prejuízo é total. Basta desse desperdício de vidas humanas! Basta de bancarrota de esforçados trabalhadores! A solução, justa e de bom senso, reside no apoio governamental à aquisição de barcos dotados de cascos metálicos.

Diante do que, Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a, na forma regimental, seja encaminhada cópia deste pronunciamento ao Presidente do BNDES, a fim de que possa a Casa tomar conhecimento de uma manifestação oficial daquela ilustre entidade.

Aguardo resposta de V. Ex^a, Sr. Presidente, ao meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado. Com isso, concludo, agradecendo a V. Ex^a.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Parabéns, Bernardo, eu gostaria de ter aparteado V. Ex^a, mas cheguei atrasado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – A Taquigrafia registrará a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Francelino Pereira, ao eminente Senador Ramez Tebet.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É evidente que não me quero opor ao pronunciamento do Senador Ramez Tebet, que será inteligente e agradável, mas é a segunda vez que V. Ex^a permuta o Senador Francelino Pereira com outro orador. Instantes atrás, V. Ex^a anunciou a permuta do Senador Francelino Pereira com o Senador Bernardo Cabral. Sugiro que o próximo orador possa ser este Senador que vos fala, também em permuta com o Senador Francelino Pereira. Seria a terceira vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Caso o Senador Francelino Pereira concorde, eminente Senador Requião, a Mesa não tem nada a objetar. Permutamos pela segunda vez a pedido do Senador Francelino Pereira, que se encontra devidamente inscrito, e presente.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se eu não estivesse na tribuna, eu diria que ambos merecem a primazia para ocupar o meu lugar. Ofereço-a tanto ao Senador Roberto Requião como ao Senador Francelino Pereira, porque ambos, pelos méritos que possuem, devem ter precedência sobre quem ocupa momentaneamente a tribuna.

Portanto, Senador Roberto Requião, V. Ex^a...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Absolutamente, não é o caso. Mas eu gostaria que a Mesa concedesse ao ilustre Senador Francelino Pereira o título de "O Orador" do Plenário do Senado, pois, se ele pode permitar três vez o seu tempo...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pode sim, o Regimento permite.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – E se concedesse esse título – não tenho nada a ver com a interferência de V. Ex^a – acredito que o Plenário, sem demérito aos outros oradores, estaria fazendo grande justiça ao Senador Francelino Pereira, que nesta Casa representa tão bem o Estado de Minas Gerais.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos no último dia dos nossos trabalhos nesta semana de religiosidade, nesta semana de reflexão, nesta semana cristã, nesta semana, portanto, cujos dias cada um de nós pretende, com toda certeza, de-

dicar ao aconchego da família, sem todavia deixar de fazer algumas reflexões sobre os nossos trabalhos e sobretudo sobre os destinos do nosso Brasil.

Nesse período de Semana Santa temos que agradecer a Deus pela Pátria que temos, uma Pátria de dimensão territorial, de dimensão populacional enquadrada entre as maiores do mundo não só pela sua potencialidade, não só pela sua população, pelo número de habitantes, mas uma Pátria que é uma das mais ricas do mundo em recursos naturais.

Louvemos a Deus, portanto, por habitar o Brasil. Temos enormes extensões de terras férteis, porque Deus nos proporcionou um clima propício para a agricultura! Louvemos a Ele, a quem tudo devemos! Louvemos a Deus porque possuímos gigantescas reservas de minério, de grande valor estratégico! Agradecemos a Ele! Devemos agradecer a Ele!

Ainda ontem ou anteontem foi anunciada a descoberta de uma nova reserva de urânio no Estado do Pará. Agradecemos a Deus, porque dispomos de uma inigualável vantagem relativa sobre outros países no que concerne às nossas fontes de energia, fontes renováveis, particularmente o nosso potencial hidrelétrico. Devemos louvar a Deus pela abundância de água que temos, essa água que dizem que vai faltar no mundo, essa água que os estudiosos apontam como grande desafio daqui a alguns anos, que, sem dúvida alguma, é o ouro do próximo milênio.

Devemos agradecer a Deus por tudo isso, sim, mas também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por isso mesmo devemos indagar a nós, homens públicos, que temos a grande responsabilidade de fazer com que este País, que é tão rico, seja menos injusto do que é, e fazer uma reflexão sobre o estágio em que nos encontramos.

Nesse ponto, não podemos deixar de verificar com tristeza que vivemos, por exemplo, uma crise de corrupção jamais vista no nosso País. O Brasil está dominado realmente por um mar de lama a que a população brasileira ainda não assistiu. Quem quer que sintonize o rádio e a televisão, folheie as páginas dos jornais do nosso País, ou acompanhe os debates que se sucedem nesta Casa e em outras, nas câmaras municipais, vê o quanto este País está mergulhado em uma onda terrível de corrupção, que nos cumpre a toda hora e a todo momento procurar combater. Essa é, sem dúvida, uma das chagas, um dos maiores males de nosso País.

Também estamos vendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o recrudescimento da violência no Brasil. Cresce assustadoramente a violência. O número de homicídios tem quase que duplicado, a cada

ano, no território brasileiro. Por outro lado, a sociedade reclama – acertadamente – do clima de impunidade que existe no País. Ao lado da violência, caminha celer a impunidade.

Está aí o Congresso Nacional às voltas com a CPI do Narcotráfico, mostrando o envolvimento das autoridades, de todos os Poderes da República nisso que se constitui na maior chaga, no maior pesadelo que assola a humanidade e o Brasil, o tráfico de drogas, que entra inclusive em nossas escolas.

Nesta hora devemos indagar se a saúde tem melhorado em nosso País, se não devemos pedir a Deus que ilumine a nós, homens públicos, para que possamos encontrar políticas, para que possamos encontrar uma maneira de diminuir o número de doentes que estão acotovelados nos corredores dos nossos hospitais à espera de remédios para sanar a sua dor.

Vejo com tristeza, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, com muita tristeza mesmo, o que se passa no setor da saúde no Brasil, apesar dos ingentes esforços do Ministro José Serra, que vem fazendo, a meu ver, um grande trabalho, que não podemos deixar de perceber.

Ainda agora, estamos tentando resolver o grave problema que aflige a Santa Casa de Misericórdia da capital do meu Estado, Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, que poderá fechar as suas portas por falta de medicamentos, por não ter condições para atender os doentes da capital e do interior que para lá acorrem.

Também peço a Deus que nos ilumine, para que a escola pública volte a ser o que era, volte a ser a escola padrão, volte a ser a escola que tínhamos orgulho de freqüentar. E isso foi no meu tempo, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, e no tempo de quase todos os Senadores que estão aqui nesta Casa. Hoje, a escola pública é refúgio daqueles que não têm mais recursos, daquela classe média que, ao perder o seu poder aquisitivo, tira os seus filhos das escolas particulares e os leva para as escolas públicas. Não buscam a excelência do ensino, que lá não existe, mas o único meio para conservar e dar educação a seus filhos, porque a classe média empobrecida não está tendo condições de pagar escolas particulares.

Também vejo com tristeza, Sr. Presidente – e esse é o retrato, por que não proclamar isso? –, que a definição do salário mínimo está atrelada à questão dos aposentados, dos inativos, daqueles que já ultrapassaram os sessenta anos de vida, que já trabalharam, já deram o seu suor e contribuíram para a Previdência Social. Não se melhora o salário mínimo no

nosso País sob a alegação de que, se se fizer isso, vai-se quebrar a Previdência Social, ou, dizendo de forma clara e precisa, que a Previdência Social não agüenta um salário mínimo superior a R\$151, condenando, com isso, os aposentados e os inativos a perceberem R\$151 depois de longos anos de vida e de trabalho em favor de si próprios e de suas famílias.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Brasil avançou, é bem verdade, mas poderia avançar muito mais. Entramos no mundo da globalização – que tenho afirmado ser irreversível, mas também o mais cruel mundo possível –, mas fomos longe demais. Mergulhamos na privatização de cabeça, privatizamos demais, alienamos nosso patrimônio e, portanto, ficamos mais pobres. Enquanto isso, o Brasil aumentou as suas dívidas interna e externa, de tal forma que os brasileiros hoje estão perguntando de que valeram as privatizações, principalmente as do setor elétrico e as do setor das telecomunicações. Quero até proclamar e dizer às Srs. e aos Srs. Senadores que, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, de onde retiro alguns exemplos para ilustrar o meu modesto pronunciamento, o maior número de reclamações registradas pelo Procon é daquelas feitas pelos usuários contra a Telem, a empresa de telecomunicações, e contra a Enersul, a empresa exploradora do serviço elétrico.

Chego a me perguntar se o BNDES, que financiou essas privatizações, deve continuar mantendo a sua política. Acredito sinceramente, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, que os fatos estão aí a demonstrar que este País foi, no mínimo, açoitado, afoito, porque, querendo penetrar na globalização, querendo modernizar-se, não atentou para manter aqui os instrumentos indispensáveis para enfrentar o clima que existe no mundo inteiro. Está provado hoje que os países que mais rápido se integraram à globalização cresceram mais, é verdade, mas também está provado que piorou a sua distribuição de renda. Já os países que se integraram mais lentamente cresceram menos, mas melhoraram a distribuição de renda.

Nesse tópico, é duro verificar que a concentração de renda no Brasil tem aumentado. Se melhorou nos dois primeiros anos do real, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, voltou a piorar de tal maneira que hoje apenas 10% da população brasileira controla mais de 50% da riqueza nacional.

O número de pessoas vivendo com menos de US\$1 por dia cresceu de 880 milhões no mundo, em 1987, para 999 milhões, em 1998. Segundo dados do BIRD, o Brasil progrediu no combate à pobreza nos dois primeiros anos do Plano Real, mas um terço dos ganhos foi perdido depois da crise ocorrida na Ásia.

Por causa da pressa o Brasil tem perdido muito. Nos últimos seis anos, a dívida interna à qual me referei saltou de 58 bilhões para mais de 600 bilhões, e o endividamento externo passou de 112 bilhões para 250 bilhões. Não são só divisas que o Brasil está perdendo, mas a noção de tudo ou quase tudo.

Sr. Presidente, precisamos fazer que o Estado brasileiro, que o Poder Público volte a ser o indutor do desenvolvimento neste País. Não podemos deixar tudo ao "Sr. Mercado", como se ele pudesse resolver por si só os destinos do nosso País, os destinos da economia do Brasil, sobretudo os graves problemas sociais que o Brasil atravessa.

Nenhuma região do mundo adotou a privatização das telecomunicações com tanto entusiasmo quanto a América Latina, e o Brasil foi o mais rápido, mas as consequências, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, positivamente, não são as mais desejáveis.

Nesta hora de reflexão, temos que meditar sobre todos esses problemas e adotar os mecanismos indispensáveis à defesa dos interesses nacionais. Está na hora de partirmos para uma meditação mais profunda e mudarmos definitivamente os rumos da economia do Brasil.

Tenho travado debates nesta Casa, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a respeito de soluções adequadas para isso. A minha presença nesta tribuna ou em apartes tem sido quase diária, sempre tentando demonstrar que, para diminuir, para amenizar as desigualdades regionais no nosso País é preciso que se adotem políticas de desenvolvimento nacional que obedeçam às vocações das regiões brasileiras. Já que represento o Mato Grosso do Sul, cito como exemplo o querido Centro-Oeste e o meu Estado. Ainda nesta semana, ocupei a tribuna, assim como fiz na semana passada, para dizer quais foram as consequências da privatização naquela região: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, patrimônio histórico cujos trilhos contribuíram para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e para o desenvolvimento do então Estado de Mato Grosso, está hoje, depois de privatizada, inteiramente sucateada. Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a Enersul, empresa de energia elétrica, e a empresa de telecomunicações, como afirmei há pouco, são recordistas de reclamação dos usuários de Mato Grosso do Sul.

Vim a esta tribuna, hoje, portanto, para fazer essas simples constatações, porque entendo, sinceramente, que a comemoração dos 500 anos do Brasil está atormentada. E por que esses 500 anos estão atormentados? Querem fazer desses 500 anos uma festa. É justo que se faça a festa, mas estamos vendo

setores da população verdadeiramente indignados; estamos vendo que o Presidente da República está sendo aconselhado a diminuir o seu tempo de permanência onde Cabral aportou, a cidade de Porto Seguro, na Bahia, porque a comunidade indígena ameaça com represálias a comemoração dos 500 anos do Brasil. Quem sabe o Presidente da República nem vai lá comemorar os 500 anos do nosso descobrimento!

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, não é isso o que desejo e nem é o que os brasileiros desejam, mas não podemos negar que há questões sérias a serem ainda resolvidas quando o Brasil completa 500 anos do seu descobrimento. Temos visto as invasões proliferarem. E falei em violência: há a violência urbana, Sr. Presidente, e há a violência rural. Há ameaças de invasão de propriedades, prédios públicos estão sendo invadidos. É esse o clima da comemoração dos 500 anos do Brasil.

Eu sou um homem que acredita no Brasil, sou um otimista convicto, apesar de tudo isso, porque acredito na nossa potencialidade, acredito no espírito pacifista do nosso povo e da nossa gente, na índole boa que o povo brasileiro tem; índole até ingênua, índole de povo cristão, de povo que tem fé. Acredito, sinceramente, nos 500 anos do nosso País. No entanto, penso que podemos melhorar ainda mais, Sr. Presidente, pois o clima positivamente não está bom: reina a angústia nos brasileiros, o desemprego está aumentando no nosso Brasil.

Nesta Páscoa, portanto, devemos agradecer a Deus e pedir-lhe que ajude o Brasil. A fé do brasileiro é imensa. Haveremos, pois, de comemorar esses 500 anos sem incidentes, mas com um alerta para o que está acontecendo no Brasil, dos pontos de vista moral, material e da qualidade de vida da população brasileira. É isso que urge que se faça. É isso que desejo para os 500 anos do Brasil, que coincidem com a Resurreição de Cristo, que coincidem com uma semana de profunda religiosidade: que esta Páscoa seja de felicidade, de reflexão, de agradecimento e de pedido a Deus para que ilumine a nós, representantes do povo, para que possamos ajudar este País a caminhar melhor e a viver dias melhores do que está vivendo.

É esse o meu desejo para o nosso País, Sr. Presidente. E estando aqui, nesta Casa, como não há possibilidade de abraçar a cada um dos Srs. Senadores, quero que todos recebam de minha parte os votos de uma feliz Páscoa, juntamente com todos os seus familiares. Desejo também uma feliz Páscoa para a família brasileira, apesar de tudo o que está acontecendo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para falar de um programa decorrente de contrato, assinado no fim do ano passado, entre o Governo do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Trata-se do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, denominado **Monumenta**, e criado sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, tendo à frente o Sr. Ministro Francisco Weffort e, também, os agentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

Esse Programa, amplamente discutido no Senado Federal, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Plenário desta Casa. Essa é uma iniciativa cultural, que visa à preservação do patrimônio histórico e urbano de diversas comunidades brasileiras.

A Resolução nº 56, de 1999, do Senado Federal, autoriza a contratação de empréstimo externo no valor de US\$62,5 milhões destinado, como eu disse, à preservação do patrimônio histórico nos centros urbanos do Brasil.

O expediente relativo a essa operação de crédito externo foi objeto de estudo prévio e, tão logo aprovado e assinado pelo Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, as autoridades do Governo, à frente o Ministro da Cultura e sua equipe, colocaram-se em campo para definir as metas visualizadas em exame preliminar do documento assinado em Washington.

Sr. Presidente, esse financiamento tem o prazo de vinte anos para o seu resgate, com carência de cinco anos e seis meses e a juros de apenas 0,75% ao ano. Isso é significativo e revela a importância da contratação estabelecida entre o Banco de Desenvolvimento Interamericano e o Governo do Brasil.

O programa atenderá os centros históricos de 12 a 14 cidades brasileiras. No momento, já estão concluídos os projetos da cidade de Ouro Preto, no meu Estado; de Olinda e de Recife, em Pernambuco; e do Rio de Janeiro. Na linha de montagem de estudos, a cidade mineira de Diamantina, há pouco declarada patrimônio cultural da humanidade por decisão da Unesco; a cidade do Serro, encantador centro histórico onde eu ia sempre durante os meus estudos na Universidade Federal de Minas Gerais, sobretudo nas férias de julho; e as cidades de Tiradentes e São João

del Rei. Em Tiradentes, há poucos meses, realizamos a III Mostra Nacional de Cinema, com a presença de pelo menos 25 mil pessoas, entre artistas, cineastas, distribuidores e produtores de cinema de todo o País.

Os recursos destinam-se também à conservação de algumas cidades até o montante do contrato estabelecido, incluindo-se presumivelmente as cidades mineiras de Congonhas e Sabará.

Sr. Presidente, hoje, às 15 horas, estaremos no gabinete do Ministro Weffort, para a assinatura do convênio entre o Governo do Brasil e a Prefeitura da nossa bela e grande cidade histórica de Ouro Preto, representada pelo seu prefeito, José Leandro Filho. Estarão presentes também a esse ato solene o Vice-Prefeito de Ouro Preto, Renan Guimarães, e os secretários de Obras e de Cultura daquela cidade, Carlos Henrique e Robson Aquino. Comparecerão igualmente o Coordenador do Programa Monumenta/BID, Pedro Taddei; José Álvaro Moisés, Secretário de Audio-Visual; Maria Emilia, Secretária-Executiva; Joatan Berbel, Secretário da SMAAC; Octávio Elídio, Secretário da SPMAP; Ottaviano de Fiore, Secretário da SLL; e Maria da Glória Lopes Pereira, do Departamento de Planejamento e Administração.

Ouro Preto necessita retornar sua política histórica. Urgem providências para a conservação do barroco e, principalmente, dos monumentos e da beleza daquela cidade. Por meio do turismo e da realização de encontros e seminários de empresários, Ouro Preto poderá obter retorno financeiro para o desenvolvimento de sua própria atividade, como centro cultural, mas também favorecendo sua economia e seu bem-estar social.

Por isso mesmo é que, sob a orientação e os auspícios da Universidade Federal de Ouro Preto, conduzida pelo Reitor Dirceu do Nascimento, está sendo ultimado o Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto, no valor aproximado de R\$8 milhões, faltando pouco menos de R\$2 milhões para a conclusão definitiva das suas obras e instalações. Em agosto próximo, deverá ser inaugurada sua primeira etapa.

O Projeto Monumenta destina recursos de R\$10 milhões a obras e serviços, incluindo a recuperação de casas, capelas, pontes, aquisição de imóveis, treinamento, fortalecimento institucional e investimentos de infra-estrutura.

Juntando-se a essas iniciativas as obras que estão sendo ultimadas no Centro de Artes e de Convenções de Ouro Preto, aquela cidade adquirirá uma nova feição e, naturalmente, aumentará a sua dimensão como expressivo centro de turismo. Os recursos destinados à sua conclusão já estão definidos, con-

forme planilha em anexo, que especifica os recursos liberados e o total a ser aplicado, de acordo com tratativas já realizadas. No total, os recursos, incluindo os de órgãos federais e da Prefeitura de Ouro Preto ascendem a R\$ 17 milhões.

Sr. Presidente, a resolução aprovada pelo Senado da República atinge os seus objetivos de acordo com as diretrizes culturais vigentes no governo brasileiro. Minas será um dos Estados beneficiados, como agora ocorre em relação à cidade histórica de Ouro Preto.

Sr. Presidente, solicito que considere como peça do meu discurso, para efeito de transcrição nos Anais desta Casa, a Conferência de Imprensa do lançamento oficial do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, produzido em Brasília, no dia 8 de dezembro de 1999.

Muito obrigado.

Conferência de Imprensa – Lançamento Oficial do Programa MONUMENTA (Ministério da Cultura, Brasília, 8-12-1999)

APRESENTAÇÃO

1 – A palavra Monumenta, do latim, significa *monumentos*, vem do verbo monere, que significa lembrar: são obras que preservamos para manter viva a lembrança dos episódios mais importantes de nossa formação como povo e como Nação.

O Programa Monumenta foi criado pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Plano Avança Brasil, com o apoio do BID e da Unesco, para resgatar e conservar, de forma sustentável, nossos principais monumentos.

2 – O Monumenta nasceu de uma idéia e de uma experiência quase fortuita. Em 1987, a capital do Equador, Quito, foi devastada por um violento terremoto. Além dos enormes prejuízos sociais e econômicos infringidos ao povo equatoriano, a humanidade viu-se na iminência de perder o Centro Histórico de Quito, um tesouro de valor inestimável. O BID destinou então um empréstimo para mitigar os efeitos da catástrofe.

A recuperação do patrimônio histórico de Quito foi o estopim de um processo surpreendente de revitalização econômica, social e cultural.

Entusiasmado com o gratificante resultado das intervenções em Quito, o Presidente do BID, Enrique Iglesias, no início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sugeriu-lhe a idéia de desenvolver no Brasil, uma experiência inédita, um programa para a conservação sustentável do patrimônio histórico, em âmbito nacional.

Inédito, por ser o primeiro programa destinado à cultura financiado por um organismo multilateral, o que não é pouca coisa, face às exigências e, por vezes, a ortodoxia dos representantes dos países costistas na alta direção desses organismos, o Monumenta é também o maior investimento já realizado na área da cultura no País, em um período de Governo. Para se ter uma idéia, o Monumenta representa a quase duplicação do orçamento de investimento do Ministério.

Para se preparar um programa com essas características, foram necessários três anos de esforços ininterruptos de estudos e negociações para os quais se congregaram uma equipe de especialistas, montada no Ministério da Cultura, a UCG, Unidade Central de Gerenciamento, uma equipe do Banco sediada em Washington, equipes nas quatro cidades que serviram de amostra para a elaboração do Programa, uma equipe do IPHAN e um número significativo de consultores de alto nível, provenientes de grandes universidades e instituições de pesquisas, brasileiras, norte-americanas e européias, num total de uma centena de profissionais de nível superior, afora o pessoal de campo e de apoio.

3 – O campo de intervenção do Monumenta é o patrimônio urbano tombado pelo IPHAN, ou seja, sítios históricos, como cidades históricas, centros históricos e setores de grandes cidades que compreendam monumentos tombados, formando um conjunto de interesse cênico.

O Monumenta propõe-se a atacar as causas da degradação crônica do patrimônio histórico, situadas, em geral, no baixo nível de atividade dessas áreas e na reduzida participação da comunidade local na preservação.

Para alcançar esse objetivo, serão implementadas, além de obras, medidas educativas, promocionais e institucionais e programas de capacitação, para ampliar o retorno econômico, social e cultural dos investimentos do Programa, bem como para difundir práticas de ação compartilhada, entre os três níveis de governo e destes com a comunidade e a iniciativa privada.

Dentre as medidas consideradas fundamentais para o alcance da sustentabilidade nas áreas de intervenção, está a criação de Fundos Municipais de Preservação, que serão geridos, paritariamente, por representantes do governo, de um lado e, de outro, representantes da comunidade e da iniciativa privada.

4 – As principais ações propostas pelo Monumenta são:

Na área de obras: conservação e restauro de monumentos históricos, requalificação de ruas, calçadas, praças e adros, conservação de fachadas e telhados de imóveis particulares. Programas Educativos: campanhas pela televisão, rádio, jornais e revistas; programas para a TV-Escola do MEC, visando aos docentes do ensino fundamental, que serão transmitidos para 50 mil tele-salas, em todo o País; uma série de filmes, documentários de alta qualidade, para divulgação através de TVs educativas, vídeos e tvs por assinatura.

Na área da promoção turística: roteiros das cidades históricas do país, para divulgação no Brasil e no exterior; espetáculos cênicos, manifestações da cultura tradicional e outros, para incrementar o turismo nas cidades históricas; capacitação de centros de formação de artífices em obras de conservação e restauro; aprimoramento de profissionais e empreendedores cujas atividades contribuam para a ampliação da atividade econômica e cultura das áreas, tais como servidores públicos, gestores de bens culturais, promotores culturais, empresários de turismo, guias, artesãos etc.; produção de inventários, normas e manuais de preservação e implementação de plano estratégico de informação e informática no IPHAN para potencializar a capacidade de assistência técnica e de fiscalização do órgão.

Reestruturação Institucional: levantamentos, análises e proposições de alternativas institucionais para o setor do patrimônio cultural brasileiro, com vistas à criação de um sistema que articule os três níveis de governo, as organizações não governamentais e o setor privado, bem como alternativas para ações compartilhadas de implantação imediata.

O Monumenta mobilizará, em sua primeira etapa, recursos da ordem de 200 milhões de dólares em cinco anos. A origem desses recursos é a seguinte: 62 e meio milhões de dólares do BID ao Governo Federal; 30 milhões de dólares de investimentos federais a fundo perdido; 20 milhões de dólares de contrapartida dos estados e municípios brasileiros beneficiados; 12 e meio milhões de dólares de patrocínio de instituições e empresas privadas. Esses recursos somam 125 milhões de dólares, que é o valor do contrato entre o Governo Federal e o BID.

Aos 125 milhões de dólares desse contrato, espera-se acrescentar cerca de 75 milhões de dólares de investimentos privados, totalizando, portanto, 200 milhões de dólares nas ações mencionadas e 20 milhões de dólares serão reservados para custos de administração, fiscalização, auditoria, juros e contingências.

5 – Na primeira etapa do Programa serão atendidas por volta de 12 cidades, das quais quatro estão incluídas na Lista do Patrimônio Cultural da UNESCO. São elas: Ouro Preto, Salvador, Olinda e São Luís do Maranhão, e três delas – São Paulo, Rio de Janeiro e Recife – são portas de entrada no País. Essa primeira lista de 7 cidades foi selecionada pelo Ministério e pelo Banco, com base em um conjunto de cerca de 20 possibilidades. Ouro Preto, Olinda, Recife e Rio de Janeiro compõem a amostra representativa do Programa, que serviu de base empírica para a elaboração dos critérios e normas do contrato de empréstimo. Essas 4 cidades já preparam seus projetos e em breve serão convidadas a assinar convênio com o Ministério da Cultura, para início das obras.

Salvador, São Paulo e São Luís do Maranhão encontram-se em diferentes estágios de preparação.

As demais cidades serão escolhidas pelo Ministro da Cultura, de uma lista de prioridades de conservação a ser definida por um grupo especial de trabalho, com base nos inventários de sítios e conjuntos históricos preparados pelo IPHAN.

6 – Em conclusão, o Ministério da Cultura, com o Programa Monumenta, além de realizar um volume inédito de obras, tem por ambição lançar as bases para o desenvolvimento de uma nova atitude frente à questão do patrimônio cultural, uma atividade pró-ativa, tanto por parte do setor público, quanto da comunidade e da iniciativa privada, dando o exemplo, apontando soluções, mostrando caminhos, difundindo conceitos, critérios, casos e personagens exemplares do cotidiano da preservação, como nossa contribuição peculiar ao aprofundamento do cívismo e da civilidade no seio do povo e das elites brasileiras.

Um marco inequívoco nos 500 anos do Descobrimento.

Usando as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso: "O Brasil é reconhecido no mundo todo, não apenas por suas belezas naturais, mas porque fomos capazes de construir uma civilização nos trópicos, motivo de orgulho para todos nós.

Saibamos respeitá-la. Pedro Taddei Neto, Coordenador Nacional do Programa".

ANEXO 1
PLANILHA DE CUSTOS

ANEXO VII

PLANILHA DE CUSTOS

PROJETO: Programa MONUMENTA/BID - Projeto Ouro Preto
 LOCAL: Ouro Preto - MG
 PROPONENTE: Prefeitura da Municipal de Ouro Preto

MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC
 SECRETARIA DO PATRIMONIO
 MUSEUS E ARTES PLÁSTICAS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNI DADE	QUANTI DADE	PREÇOS		TOTAL DO ITEM
				UNITARIO	TOTAL	
OBRAS SETOR PRIVADO						
	Recuperação das casas do Bairro Antônio Dias (52 casas)	obra	01	660.000	660.000	
	Recuperação das fachadas das casas do Vale dos Contos	obra	01	113.850	113.850	
OBRAS EMERGENCIAIS						
	Capela das Dores	obra	01	351.450	351.450	
	Ponte do Rosário	obra	01	59.400	59.400	
	Ponte Seca	obra	01	123.750	123.750	
CUSTO OPERAÇÃO: Aquis. Imóveis/Reax.						
	Aquisição de Imóveis (anexo do Teatro)	unid	01	36.300	36.300	
	Aquisição de Imóveis (Largo de Marilia)	unid	01	204.600	204.600	
	Produção de Material Interpretativo	peça	100	2.310	231.000	
Fortalecimento Institucional						
	Atualização legislativa	vb	01	132.000	132.000	
	Capacitação de Gestores Públicos	mês	30	5.885	176.550	
Treinamento / Formação						
	Implantação de Centros de Formação em restauro	unid	01	1.296.900	1.296.900	
	Capacitação de agentes locais	Curso	03	16.500	49.500	
	Capacitação de artífices especializados	Curso	02	123.750	247.500	
TOTAL GERAL						
						10.729.950

ANEXO VII

PLANILHA DE CUSTOS

PROJETO: Programa MONUMENTA/BID - Projeto Ouro Preto
 LOCAL: Ouro Preto - MG
 PROPONENTE: Prefeitura da Municipal de Ouro Preto

MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC
 SECRETARIA DO PATRIMONIO
 MUSEUS E ARTES PLÁSTICAS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNI DADE	QUANTI DADE	PREÇOS		TOTAL DO ITEM
				UNITÁRIO	TOTAL	
	Administração/Supervisão					414.150
	Manutenção da UEP (Unidade Executora do Projeto)	Mês	33	12.550	414.150	
	Estudos e Projetos					694.650
	Estudo de Tráfego	estudo	01	89.100	89.100	
	Proj de Restauração de Restauração	Conj	01	473.550	473.550	
	Projeto Interpretativo	projeto	01	132.000	132.000	
	Investimentos Integrados					7.718.700
	INFRAESTRUTURA					
	Mudança da Rede de Fiação Aérea Aparente p/ Subterrânea	obra	01	957.000	957.000	
	Prça da Rodoviária	obra	01	99.000	99.000	
	RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS					-
	Largo de Antônio Dias (Largo de Marília)	obra	01	69.300	69.300	
	Largo de Antônio Dias (Liberação do Arco)	obra	01	320.100	320.100	
	Largo do Coimbra / Adro da Igreja de São Francisco de Assis	obra	01	107.250	107.250	
	Mobiliário Urbano	obra	01	130.350	130.350	
	Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos	obra	01	2.790.150	2.790.150	
	CONSERVAÇÃO DE MONUMENTOS					-
	Casa da Baronesa	obra	01	257.400	257.400	
	Casa de Gonzaga	obra	01	270.600	270.600	
	Casa do Folclore	obra	01	163.350	163.350	
	Igreja de Antônio Dias	obra	01	237.600	237.600	
	Ponte de Antônio Dias	obra	01	150.150	150.150	
	Teatro Municipal (Casa da Opera)	obra	01	336.600	336.600	
	Teatro Municipal (Anexo)	obra	01	49.500	49.500	

ANEXO 2

PLANILHA DE CONVÊNIOS FIRMADOS PARA AS OBRAS DO CENTRO DE CONVENÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.

PLANILHA DE CONVÊNIOS FIRMADOS PARA AS OBRAS DO CENTRO DA ARTES E CONVENÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

DATAS	CONVÊNIOS FIRMADOS	VALOR
13/10/97	MINISTÉRIO DA CULTURA	400.416,77
16/12/97	GRUPO LAFARGE	356.861,00
12/02/98	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - TELEMIG	1.000.000,00
27/05/99	MINISTÉRIO DA CULTURA	122.040,80
19/08/99	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	230.000,00
17/12/99	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - ECT	1.200.000,00
	TOTAL	3.309.318,57
RECURSOS AINDA NECESSÁRIOS PARA A CONCLUSÃO DO CENTRO DE ARTES E CONVENÇÕES DA UFOP		2.768.475,62

FONTE: CACUFOP - 04/2000

Durante o discurso do Sr. Francelino Pereira, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, creio que, para que haja o cumprimento eficiente da missão, um pré-requisito básico é fixar prioridade com competência em qualquer dos Poderes: no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e até mesmo no chamado quarto Poder, a Imprensa. Sabemos, no entanto, que fixar prioridade é uma tarefa complexa, imprecisa. O que pode ser prioritário para alguns certamente não será prioritário para outros.

Creio que, na próxima semana, poderemos discutir e votar questão que considero prioridade absoluta para o nosso País. Quer o Governo vender parte da Petrobras, abrindo mão de 31,72% das ações ordinárias, estabelecendo um limite entre a superioridade e a inferioridade, determinado por uma única ação ordinária. Quer o Governo manter-se proprietário de 50% mais uma ação ordinária como garantia do controle acionário.

Há aqueles que imaginam estarmos iniciando um processo de privatização da Petrobras; seria a privatização camuflada daquela que é a maior empresa estatal do nosso País.

Venho à tribuna hoje, Sr. Presidente, com o objetivo de chamar a atenção dos Colegas Senadores, especialmente aqueles que atuam na Comissão de Assuntos Econômicos, para a responsabilidade deste momento. O Brasil pode estar abrindo mão de parcela importante de um patrimônio extraordinário.

Trago hoje algumas informações que considero básicas para a avaliação desse tema. Leio o que escrevem lideranças sindicais do setor.

A contribuição econômica da Petrobras ao País é imensa. Os dados consolidados em seu balanço referente a 1999 e recém divulgados revelam que a Petrobras proporcionou ao Brasil uma economia brutal de US\$9 bilhões, ao produzir 77,1% do petróleo de que o País necessita. O faturamento nos 12 meses chegou a US\$26,8 bilhões e a um lucro líquido de R\$1,771 bilhão. No último trimestre do ano passado, o lucro da Petrobras suplantou R\$2 bilhões.

Desde o início de suas atividades, as divisas acumuladas são de mais de US\$500 bilhões – portanto, valor superior ao valor da dívida pública bra-

sileira. A receita gerada por impostos, royalties e taxas inerentes a suas atividades ultrapassam os R\$5 bilhões.

Por produzir hoje 1,1 milhão de barris por dia, a Petrobras está posicionada como a décima quarta maior empresa de petróleo do mundo e a sétima maior entre as empresas de petróleo de capital aberto. Em extração de petróleo em águas profundas, a estatal brasileira detém a melhor tecnologia. A companhia pode ainda se orgulhar de possuir o maior número de certificados ISO-9000 no País, uma credencial reconhecida pelo mercado internacional.

A empresa que está trabalhando com a segunda e a terceira geração de petroleiros está na linha de tiro da privatização. Não se justifica mutilar uma empresa como a Petrobras em nome da globalização, muito menos entregá-la aos pedaços para as suas concorrentes, a preços não condizentes com a realidade do mercado e da própria empresa.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, analisarei depois essa questão da conveniência da venda das ações sob o ponto de vista econômico e social. Como é um bom negócio, analisaremos isso depois. Antes, queremos trazer algumas informações dos últimos dias, recolhidas da imprensa do País.

A excepcional revista **Época** traz em matéria de capa: "Petróleo, corrida mundial ao mar do Brasil". Essa revista relata que, há nove meses, um navio da empresa russa Laboratory of Regional Gedodynamics (Large) vagueia pela costa brasileira, a 300km de distância da foz do Rio Amazonas. Dá voltas, puxando um cabo de 8km de extensão por uma área do tamanho de três Sergipes. A bordo, 40 homens passam o dia debruçados sobre computadores; medem ondas sonoras para montar um mapa digital das formações rochosas do fundo daquele trecho do Oceano Atlântico.

A caça ao petróleo no mar, na altura da foz do Amazonas, está apenas no início. Os primeiros mapas sísmicos produzidos pela Large deixaram entusiasmados geofísicos russos, como Vladimir Mischenko, e indicam grandes chances de se encontrar petróleo na região.

"Estamos muito otimistas", resume Mischenko. "Os sinais são bastante favoráveis", acrescenta Marcos Santarelli, diretor da Mistral Tecnologia Marítima, representante da Large no País. Ele prepara um leilão de mapas para a Petrobras, BP Amoco, Esso, e Elf. Juntas, programam gastar US\$140 milhões na procura por óleo e gás na foz do Amazonas. Não são as únicas.

O Brasil tornou-se o número um na lista de prioridades das companhias internacionais do ramo, informa a Robertson Research, dos Estados Unidos. Está aqui essa revista especializada em petróleo que aponta a Petrobras como empresa promissora, recomendando investimentos no setor no Brasil. É uma revista conhecida por todos os especialistas no mundo, uma revista que orienta os negócios relativos a petróleo no mundo.

A costa brasileira já concentra um terço das companhias de pesquisas sísmicas do mundo, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Há meia centena de empresas petrolíferas em operação no País. Planejam investir US\$40 bilhões nos próximos anos. Isso é gigantesco. Estamos vivendo um momento extremamente promissor num setor estratégico para o desenvolvimento do nosso País. E, quando se fala em investimento de US\$40 bilhões, ficamos impressionados ao ouvir o Governo pensar em faturar entregando 31,72% das suas ações ordinárias da Petrobras por cerca de US\$8 bilhões.

Desde 3 de dezembro, a Continental Airlines opera uma linha com quatro vôos semanais sem escala entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Houston, no Texas, centro mundial dos negócios de petróleo. A empresa americana encontrou no subsolo nacional a justificativa econômica dessa nova linha aérea. Um fluxo permanente de executivos, engenheiros e pesquisadores da indústria internacional do petróleo, cujos planos de investimentos no País superam US\$1,6 bilhão ao mês nos próximos anos, atraiu a Continental Airlines.

Já são 20 os navios de pesquisa sísmica em operação na costa brasileira. É a etapa inicial dessa nova fase de caça ao petróleo no fundo do mar, na qual as companhias devem gastar US\$200 milhões durante este ano. Prevêem triplicar as apostas a partir do ano que vem. Onze empresas, entre elas as líderes de mercado, a norueguesa PGS e a francesa Schumberger, estão mapeando mais de dois milhões de quilômetros do subsolo nacional. "O mundo do petróleo está voltado para cá neste momento", comenta o Presidente da Sociedade Brasileira de Geofísica, Marco Aurélio Latgé.

O Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) contou 52 companhias petrolíferas estrangeiras operando no País desde março, sozinhas ou em parceria com a Petrobras. Gigantes do setor, como a Texaco, dos EUA, guardam projetos bilionários para o nosso País. Para o bloco de Frade, trecho da Bacia de Campos, por exemplo, a Texaco separou US\$1 bilhão. "Vamos participar de todas as licitações de áreas cujos dados

mostrem que há potencial de descobertas", anuncia Antônio Pinho, vice-presidente de exploração e produção da empresa.

Outras líderes de mercado, como as americanas Exxon e Amena da Hess, as européias Elf, Agip e British Petroleum, preparam-se para mais um leilão de áreas para pesquisa, em junho próximo. A venezuelana PDVSA fez uma opção diferente: negociar com a Petrobras uma associação ampla para pesquisa, exploração, refino e comercialização de petróleo e derivados. Se concretizada a parceria, o Brasil, de caramba, aproxima-se da mesa dos países-membros da Opep, o cartel dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Companhias petrolíferas menores também sinalizam interesse. Todas estão com o caixa inflado pela recente temporada de alta de preços. É o caso da British-Borneo, parceira da Petrobras em trechos das Bacias de Campos e de Santos e na foz do Amazonas. Nos últimos nove meses, desembolsou US\$20 milhões, anuncia a perfuração de mais três poços exploratórios para os próximos 12 meses e pretende ir muito além. "Devemos lançar mão de alguns bilhões de dólares", observa Iacônico, Roberto Benjamin, diretor da British-Borneo.

A concorrência está estimulando a Petrobras, líder mundial na tecnologia de exploração e produção de petróleo em águas profundas. "É nossa diferença em relação às gigantes do setor e queremos manter essa posição", diz Henri Phillippe Reichstul, presidente da estatal. Ela comanda a transição da Petrobras do estágio de companhia petrolífera para empresa de energia. Planeja investir US\$33 bilhões nos próximos cinco anos em petróleo, usinas de gás e refinarias.

Mais alguns dados, apenas para alimentar o debate em torno deste assunto, que não é um assunto qualquer, diz respeito a questões estratégicas, de soberania nacional; diz respeito a um patrimônio que deveria ser considerado salvaguarda nacional, portanto intocável, mas que está sendo ameaçado, já que há técnicos do Governo que convencem o Presidente da República da necessidade de vender essas ações. O Brasil será auto-suficiente em petróleo em menos de quatro anos. O nosso País será exportador, não mais importador, não mais correndo o risco de os preços internacionais impactarem fortemente a nossa economia, provocando inflação. Vamos a mais algumas informações que comprovam realmente essa perspectiva, que será a realização de um sonho de várias gerações no nosso País.

– BP Amoco, Petrobras, Esso e Elf acertaram investir até US\$140 milhões em pesquisa na foz do Amazonas;

– Petrobras, Agip, British-Borneo, Chevron, Enterprise, Kerr, McGee e Shell ampliam pesquisas em todo o Nordeste. No Ceará, a Enterprise, a Amenada e a Petrobras gastam US\$17 milhões em 2.800 km², a 90 km da costa. Há potencial para volumes significativos de produção, informa a estatal;

– No próximo ano, a bacia de Campos deverá produzir – só a bacia de Campos – 1.3 milhão de barris por dia. Nós necessitamos para o consumo brasileiro de 1.8 milhão de barris por dia. Portanto, apenas a bacia de Campos já se aproxima da auto-suficiência. Tem 1.100 poços perfurados em águas de até 2.700m de profundidade. É alvo central da Petrobras e de mais 14 empresas estrangeiras. Tem 60% da área norte na costa do Espírito Santo. As empresas calculam investir US\$15 bilhões na região em dez anos;

– Mais de 100 poços exploratórios foram abertos por sete empresas na bacia de Santos, extensão sul da bacia de Campos. É apenas o começo. O maior foi identificado há seis meses, a 300 quilômetros da cidade de São Sebastião, em São Paulo, com 700 milhões de barris, recuperáveis a mais de 3.800m de profundidade;

– Os navios de pesquisa sísmica emitem sinais ao solo, cujos reflexos são captados por hidrofones flutuantes. Gravados, são transformados em sinais digitais, compondo um mapa da formação rochosa do fundo do mar.

Portanto, são números expressivos, valores agigantados que exigem uma reflexão do Senado Federal. É evidente que o Governo está convicto da importância de privatizar parte da empresa, mas certamente se curvará aos apelos do Senado Federal; certamente interromperá o processo de venda das ações se esta Casa, num debate responsável, colocar um freio nas aspirações do Governo. Isso será possível por meio do projeto que tive a honra de apresentar e que foi relatado pela competência do Senador Roberto Saturnino na Comissão de Assuntos Econômicos. Certamente, na próxima semana, com o apoio já aqui explicitado da Liderança

do PMDB – o maior partido desta Casa – e com o apoio, já explicitado também, de Senadores do PFL – integrantes da base de apoio do Governo – e do PSDB, será aprovado, sinalizando ao Governo que o Congresso Nacional, em atenção às aspirações deste País, quer que o Governo reveja imediatamente o seu posicionamento de vender ações de uma empresa fadada a alcançar lucros extraordinários num curto espaço de tempo.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^ª me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet, que, aliás, no discurso que me antecedeu, focalizou também a questão da depredação da economia do nosso País, por intermédio de um modelo de privatização incompatível com as aspirações da nossa gente.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, eu já me pronunciei há algum tempo contra a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Chego a imaginar que não é possível que a equipe econômica do Governo pense em concretizar um ato tão atentatório contra os interesses nacionais. V. Ex^ª afirmou muito bem: a Petrobras é estratégica para o País, assim como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que são estabelecimentos de crédito capazes de instrumentalizar políticas sociais do Governo. Como o Governo ficará quando quiser adotar medidas eficazes, por exemplo – já que V. Ex^ª representa o Estado do Paraná –, no setor da agricultura, um crédito acessível ao agricultor? Ele o fará por intermédio de favores de estabelecimentos privados? Não deve ter o Governo um instrumento que defenda os interesses nacionais, que impulsiona o desenvolvimento do nosso País? Portanto, o projeto de V. Ex^ª, que está em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, é um dos mais importantes desta Casa. Parabenizo V. Ex^ª, até porque esse projeto se constitui em um alerta às autoridades governamentais para que não promovam privatizações como está acontecendo no Brasil. Todos sabemos que as privatizações são feitas inclusive com dinheiro nosso, com dinheiro do Banco do Brasil, com dinheiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Assim, o projeto de V. Ex^ª atende aos interesses da sociedade brasileira, que não admite tentativa de privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Quero cumprimentar V. Ex^ª, porque, repito, a meu ver, esse é um dos mais importantes projetos em tramitação nesta Casa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) - Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) - Peço a compreensão do Presidente, meu Colega e amigo Casildo Maldaner, porque a Presidência desta Casa tem sido condescendente com os oradores, até mesmo quando os temas abordados são relativos a aplausos, a homenagens, especialmente homenagens a colegas. Evidentemente, entendemos que esse tema, que está prestes a ser concluído por intermédio de uma votação na Comissão de Assuntos Econômicos, merece um tempo maior para a nossa reflexão.

Faço um apelo ao Sr. Presidente apenas para que eu possa concluir este pronunciamento, abordando questões que considero fundamentais para a análise desse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) - Nobre Senador Álvaro Dias, a Mesa apenas cumpre o dever regimental de alertar V. Ex^ª no sentido de que o seu tempo está esgotado. Todavia, pela importância do tema, é claro que V. Ex^ª terá o seu tempo prorrogado para que possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) - Como disse o nobre Senador Ramez Tebet, essa é uma questão que diz respeito diretamente à sociedade brasileira. Parte dela, neste momento, encontra-se nas galerias: os representantes dos povos indígenas, integrantes daquele que talvez seja um dos segmentos mais injustiçados no nosso País.

Aproveitando o aparte com que me honrou o Senador por Mato Grosso do Sul, eu gostaria de destacar a questão econômica e social, que não pode ser ignorada quando se pretende vender parte fundamental de um patrimônio extraordinário do nosso País. Se a Petrobras, hoje, auferir lucros fantásticos, imaginem dentro em breve, quando o País se tornar auto-suficiente e a empresa estiver exportando petróleo!

Portanto, é uma questão econômica da maior importância para o desenvolvimento do País, sobretudo quando o próprio Governo afirma que a União, com a venda dessas ações - 31,72% das ordinárias e 9,2% das preferenciais -, obteria um ganho de apenas R\$1,3 bilhão - cálculos do próprio Governo -, no encontro de contas entre o que auferirá a União, com a venda de ações, e o que auferiria na distribuição de lucros da empresa.

O Governo alega que abaterá a dívida pública com o resultado da venda de ações. Ora, Sr. Presidente, a dívida está tão agigantada que a relação custo/benefício nos permite afirmar que desaparece o resultado positivo numa operação dessa natureza. Um bilhão e trezentos milhões de ganho é absolutamente insignificante diante da grandeza da dívida brasileira e do valor extraordinário que se paga de juros e serviços da dívida mensalmente neste País.

Deixemos a questão econômica e passemos à questão social. Uma empresa estatal tem função social relevante. O Governo, ao entregar a maior parte do capital dessa empresa ao setor privado, estará abrindo mão do privilégio de definir a política de preços do setor quando o País se tornar auto-suficiente. Livre da pressão externa, o Brasil poderá definir uma política de preços compatível com a realidade econômica e social do nosso País, de forma a alavancar inclusivo o desenvolvimento econômico do Brasil.

Imaginem os senhores, combustíveis com preços compatíveis - gasolina, óleo diesel -, os insumos da agricultura, os insumos da indústria que são fornecidos pela Petrobras. Se pudermos praticar preços brasileiros sem a interferência externa e sem a pressão de crises internacionais, certamente estaremos alavancando com maior vigor o desenvolvimento econômico do País e cumprindo a função social que deve ser prioridade absoluta de qualquer empresa estatal e de qualquer Governo bem-intencionado.

Portanto, Sr. Presidente, ao vender essa parcela do patrimônio da Petrobras, o Brasil estará abrindo mão não só de lucros exponenciais do futuro, porque estará, a partir dessa medida, repassando para o setor privado a maior parte do lucro que obterá com as exportações de petróleo, sobretudo quando se tornar auto-suficiente - e o será brevemente. Abrirá mão do lucro portanto, entregará a grupos econômicos estrangeiros, ao setor privado com todo o seu poder no País e abrirá mão, também, do privilégio de estabelecer a política de preços compatível com as nossas aspirações de desenvolvimento econômico e social.

As alegações do Governo de que pulverizará as ações entre acionistas brasileiros transformam-se em verdadeira falácia se constatarmos a realidade dos fatos. Não há segurança de que acionistas minoritários possam resistir à tentação de ofertas vantajosas por grupos econômicos estrangeiros. Ainda recentemente, tivemos um exemplo no setor de telecomunicações quando a Telefónica, empresa espanhola, chegou a São Paulo, oferecendo 40% acima do preço de mercado para as ações de minoritários da Teles E, certamente, eles não resistiram.

O Governo disse que vai oferecer, como estímulo, 10% de desconto sobre o preço, um bônus em ações equivalente a 10% do atual das ações adquiridas para os investidores que permanecerem por um ano com elas. O que significa um ano na trajetória histórica de uma empresa como a Petrobras? Estímulo para que permaneçam acionistas durante um ano. E depois de um ano, o que aconteceria? E 10% de bônus são o suficiente para fazer frente à poupança internacional, a grupos econômicos poderosos que estão de olhos voltados para o mar do Brasil, porque aqui há um cenário com perspectivas extremamente promissoras economicamente, no que diz respeito à exploração do petróleo?

Portanto, Sr. Presidente, desculpem-me os tecnocratas governamentais. Fico feliz quando posso apoiar o Governo, porque sou do Partido da Presidente da República, mas não posso, de forma alguma, apoiá-lo quando erra. E há, de nossa parte, convicção de que o Governo está cometendo um equívoco histórico! É preciso registrar isso nos Anais para que se possa, no futuro, cobrar dos responsáveis por esse equívoco.

Quero que Deus me permita viver para poder cobrar, Sr. Presidente, mas antes quero que Ele me permita assistir ao Governo esclarecendo-se a respeito do equívoco que pode cometer e impedindo-o de cometê-lo em favor do futuro das gerações que haverão de nos suceder neste País.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela generosidade em permitir mais tempo para esta exposição, mas, antes de concluir, quero refutar outra proposta do Governo, inserida nesse projeto de vendas de ações.

O Governo, para tornar a iniciativa mais simpática e convencer sobretudo os progressistas de que está agindo com correção, acena com a hipótese de se utilizarem recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para aquisição de ações da Petrobras.

Não posso compreender esse propósito do Governo, porque, há alguns meses, apresentamos um projeto, nesta Casa, pretendendo que recursos do FGTS fossem utilizados pelo trabalhador no pagamento das suas mensalidades nas universidades privadas. E o Governo respondeu que isso era impossível, porque esses recursos já possuem uma destinação primordial, especialmente aquela que diz respeito à política habitacional no País. Se, para a educação, para a profissionalização, para a formação profissional, o trabalhador não se pode utilizar de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que lhe pertencem, como pode o Governo ter a pretensão,

parece-me ingênua, de utilizar R\$3 bilhões, segundo números apresentados, para aquisição de ações da Petrobras? São argumentos que, lamentavelmente, nos levam a acreditar que existe gente incompetente assessorando o Governo nesse setor. E não é possível que a incompetência possa prevalecer diante de tantos fatos, diante de uma realidade visível aos nossos olhos.

Fiz questão de trazer informações, de ler números que refletem a gravidade de uma posição de governo que pode redundar em prejuízos econômicos e sociais gigantescos para País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, em substituição à Senadora Marina Silva.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje, 19 de abril, é o Dia do Índio e, para nossa satisfação, aqui estão, nas galerias do Senado, representantes de várias nações indígenas que, no dia de hoje, falam sobre questões que considero extremamente importantes para o futuro da população indígena brasileira.

Sei que outros oradores também vão tratar dessa questão hoje – Senadoras Marina Silva e Heloísa Helena, Senador Tião Viana –, mas quero dar, também, o meu enfoque, a minha contribuição e a minha palavra de alerta, já que, como ex-Presidente do Projeto Rondon e da Funai, ex-Governador de Roraima e atual Senador por aquele Estado, conheço de perto as questões indígena, ambiental e amazônica, que estão intrinsecamente ligadas.

Antes de falar de problemas, Sr. Presidente, eu gostaria de abordar um lado bom e positivo da questão indígena brasileira. Começaria por uma extensa matéria, publicada no jornal **Correio Braziliense**, que comenta pesquisa realizada no País acerca da visão da população brasileira a respeito da questão indígena. De uma forma alvissareira e positiva, verifica-se que essa visão da população não é índia – e, portanto, de uma população envolvente, que, sob vários aspectos, tem criado problema para a população indígena – tem evoluído de forma positiva e a percepção da questão indígena torna-se uma preocupação de toda a sociedade brasileira.

Quando Presidente da Funai, não cansei de afirmar que a questão indígena não é prerrogativa daquele órgão ou do Governo, mas transcende-os e torna-se uma questão de toda sociedade brasileira. Só esse entendimento levará a uma relação, não de integração, mas de interação e de respeito entre as sociedades.

A pesquisa que menciono apresenta aspectos positivos que gostaria, rapidamente, de relatar. Entre algumas perguntas e respostas registradas temos:

– Preocupação:

Qual o grau de interesse pelo futuro dos índios brasileiros?

Setenta e oito por cento da população respondeu que tem interesse e apenas 18% respondeu que não tem interesse no futuro dos índios brasileiros.

– Preservar a origem:

Os índios devem ter o direito de continuar na selva de acordo com o seu costume?

Noventa e dois por cento da população acha que os índios têm o direito de escolherem seus caminhos – o que é o correto –, e apenas 5% discorda desse direito à preservação do ritmo cultural de acordo com cada comunidade indígena.

– Problemas:

Na sua opinião, quais são os três principais problemas que afetam os índios brasileiros atualmente?

O primeiro deles, com 57%, a invasão de suas terras pelos brancos. Isso, sem dúvida nenhuma, reflete o potencial de problemas, de conflitos que temos debatido aqui, no Plenário do Senado, ao longo dos anos. Em segundo lugar, com 41%, vem o desrespeito à cultura indígena, ou seja, a percepção da sociedade da importante preservação da cultura indígena brasileira. E com 28% vêm as doenças que os índios pegam dos brancos.

Portanto, os três problemas definidos pela sociedade brasileira na questão indígena são: a invasão de terras, o desrespeito à cultura indígena e a questão da saúde indígena.

– Lado ruim dos brancos:

Os índios são bons, mas aprendem muitas coisas com os homens brancos?

Setenta e oito por cento da população branca concorda com essa afirmação – o que é uma verdade.

Na verdade, o patrimônio da cultura indígena, a relação dos índios com a população não índia vem sendo aviltada ao longo dos anos exatamente pela falta de percepção de uns e pela presença nociva de alguns setores na relação com os índios.

– Direito à terra:

Qual dessas frases expressa a sua opinião sobre os índios que falam português e se vestem como brancos?

Setenta por cento acreditam que eles devem continuar a ter o direito sobre as terras indígenas – o que é claro e óbvio. No entanto, há uma parte da população que não acompanha diretamente a questão indígena. Apenas 24% dizem que devem perder o direito sobre suas terras. Infelizmente, há uma percepção de que a cultura indígena e a sua preservação seriam ligadas ao fato de vestirem-se como brancos ou falarem o português, o que, na verdade, todos sabemos que não corresponde à realidade.

– Futuro garantido:

Qual dessas frases melhor expressa a sua opinião sobre o futuro dos índios brasileiros?

Quarenta e cinco por cento entendem que os índios continuarão nas suas terras e preservarão a sua cultura. Portanto, quase metade da população brasileira tem já firmada a visão da preservação da comunidade indígena. Vinte e um por cento diz que os índios vão viver nas cidades e assimilar a cultura dos brancos e 11% dizem que vão continuar nas suas terras, mas vão esquecer a sua cultura.

Por que relato essa pesquisa, Sr. Presidente, Sres e Srs. Senadores? Porque entendo ser importante acentuar a visão positiva da população sobre as questões indígenas.

Gostaria, ainda tratando desse assunto, de solicitar a transcrição dos depoimentos constantes nessa matéria do índio Marcos Terena, do Deputado Aloízio Mercadante, do Presidente da Funai, Sr. Carlos Marés, de minha disposição, como Senador, e também de Lux Vidal.

Sr. Presidente, se, de um lado, a questão da percepção da sociedade melhorou, de outro, continuamos a ter problemas – inclusive as comemorações dos 500 anos têm demonstrado isso. São problemas que se referem à expressão da verdade e da movimentação. Há também outras matérias importantes,

que precisam ser registradas, assim como aspectos relevantes a serem citados: "País não tem política educacional para índios". Na verdade, a política educacional para o índio é incipiente.

O País avançou na questão da saúde utilizando-se da Fundação Nacional de Saúde e das próprias comunidades indígenas. No meu Estado, por exemplo, o CIR, que é um segmento organizado da população indígena, fez convênio com a Fundação Nacional de Saúde. Mediante esse convênio, a própria comunidade indígena presta assistência às populações indígenas. No entanto, se na saúde avançamos em alguns aspectos, na educação deixamos a desejar – e é importante que se estruture esse aspecto.

Nessa matéria, o Ministério da Educação diz estar tratando dessa questão. Mas é importante que, com a comemoração dos 500 anos do Descobrimento, haja um avanço significativo e se defina, até o final deste ano, uma política educacional consistente para as populações indígenas, inclusive com a manutenção do idioma e de questões fundamentais. É importante também que se discuta e se vote o estatuto do índio, que está na Câmara dos Deputados há dez anos. Temos acompanhado as discussões. Há inclusive um pedido de urgência para que seja votado o Estatuto do Índio. Entendemos importante a urgência, mas também é importante uma discussão aprofundada do Estatuto, de seus aspectos polêmicos, como a questão da tutela.

Hoje nos jornais o indigenista Orlando Villas Bôas está discutindo essa questão. E é um assunto polêmico que tem que ser tratado de frente, tem que ser discutido pelas próprias populações indígenas.

Outra questão fundamental é a restruturação da Funai, que merece uma reflexão profunda sobre como atuar e coordenar intervenções que estão sendo feitas não pelo Poder Público, mas por entidades não-governamentais.

Sr. Presidente, além de fazer esse registro, quero homenagear todas as comunidades indígenas, que, com sua luta, com a sua história, com o seu sofrimento, têm escrito como ninguém a História deste País.

Mais do que isso: quero homenagear os segmentos e as populações indígenas do meu Estado de Roraima, índios que hoje vivem momentos de apre-

ensão, inclusive de conflito interno, estimulado infelizmente por setores alheios à questão indígena. Hoje, os segmentos indígenas de Roraima começam a se digladiar – e isso não é bom. É importante que os índios se unam. A luta indígena é dura e precisa contar com a unidade das populações indígenas. Ao homenagear todas os índios de Roraima, faço o registro de que há proposta de minha autoria feita ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República para buscar a pacificação e a solução da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – V. Ex^ª me concede um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Concedo, com satisfação, o aparte ao Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Senador Romero Jucá, quero cumprimentar V. Ex^ª pelo conteúdo do seu pronunciamento. Conheço V. Ex^ª há muitos anos, desde que foi indicado, pelo Presidente José Sarney, para a presidência da Funai. Conheço a sua luta em favor da causa dos povos indígenas. Como hoje é dia 19, e como daqui a dois dias teremos a chamada comemoração dos 500 anos, queria aproveitar, Senador, para, a par de cumprimentar V. Ex^ª, trazer uma pequena reflexão. Quando falamos em comemoração dos 500 anos, temos de decompor a palavra "comemoração" e utilizá-la no seu éntimo e no seu significado mais profundo e verdadeiro. Comemorar é memorar com alguém; é memorizar; é refletir; é lembrar em conjunto; é fazer uma reflexão e uma memória coletiva. Comemorar não é exaltar, não pode ser enaltecer, festejar. Não. Comemorar não é festejar; comemorar não é glorificar; comemorar não é tornar edificante o que não o é ou vice-versa. Comemorar é apenas refletir e pensar. E, nesse sentido, o pronunciamento de V. Ex^ª traz uma contribuição no sentido de que se deve pensar no problema, fazer uma avaliação de erros e acertos e tentar encontrar saídas para os conflitos que persistem. A chegada da civilização europeia e portuguesa no Território brasileiro não pode ter conteúdo algum de afirmação e de domínio ou de apogeu e de glória, porque, se assim fosse, obedeceria a uma lógica de dominação, de supremacia, que deve ser condenada. O que me parece importante é que, neste momento, ao comemorarmos, ao relembrarmos essa data, abrimos espaço para a reflexão e para algumas perguntas, entre as quais aquela que V. Ex^ª acabou de fazer, sobre a questão da tutela. Há muitos anos, no Brasil, a política indigenista se faz a partir de uma visão tutelar, protetora. Todos nós fo-

mos formados politicamente a partir desta visão: a de que integrar é corromper, é incorporar-se de forma degradante, colocando o homem e a mulher indígenas numa situação de inferioridade, subjugando-os. Talvez este seja o momento de, na comemoração entre todos nós, refletirmos e perguntarmos se não é possível introduzir um processo de radicalização democrática multirracial neste País, com a adoção de políticas de discriminação positivas que garantam o direito ao conhecimento e à preservação de sua cultura original, que ofereçam o direito de opção consciente aos povos, para que haja uma integração soberana, democrática e igualitária. Somos hoje um povo maduro para isso ou não? Para esta reflexão é que valem os quinhentos anos: somos um povo com uma identidade multiracial e multicultural capaz de oferecer esse direito democrático de opção a uma integração soberana dos povos da floresta? Somos ou não capazes de fazer isso? Se não o somos, talvez seja necessário continuar com a política tutelar que vige há mais de meio século em nosso País. Faço este aparte, porque também quero contribuir com as reflexões sérias e importantes que V. Ex^a vem fazendo. V. Ex^a fez uma pergunta sobre a questão da tutela, inscrita em nossa Constituição. Neste momento, também me somo a V. Ex^a para fazer esta indagação: aos 500 anos da chegada da civilização européia e portuguesa ao território brasileiro, já somos capazes de iniciar um processo de radicalização democrática multiracial e multicultural no Brasil, ou ainda somos um povo de **apartheid**, de discriminação negativa, de marginalização? Qual a nossa identidade perante essa passagem dos 500 anos do Descobrimento do Brasil? O que somos como nação e como povo? Faço essas perguntas, porque tenho um filho de 25 anos, que é guarani, francês, português, italiano e negro. Que povo somos nós? Que força temos para construirmos uma democracia radical, multiracial e multicultural neste País? Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Fogaça, pelo seu importante aparte. V. Ex^a tem razão. V. Ex^a abrilhanta, com muita competência, o meu discurso, demonstrando, inclusive – diferente do que foi dito na imprensa –, que a data concernente aos povos indígenas não passa em branco neste Senado. Pelo contrário, estamos discutindo aqui com profundidade questões que, como bem disse V. Ex^a, são fundamentais, primordiais.

O Estatuto do Índio faz suscitar essas questões na Câmara. E é importante que a urgência seja dada ao Estatuto do Índio, para que tenhamos condições

de, como bem disse V. Ex^a, discutir a questão da tutela, mecanismos novos, essa interação ou integração, e de definir o perfil do povo brasileiro. Essa é uma questão a ser analisada com seriedade na comemoração ou na rememoração, como bem lembrou semanticamente V. Ex^a, na passagem dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Não temos de fazer festas. Temos de usar este momento para discutirmos o nosso futuro, calcado na triste, dura e penosa experiência desses 500 anos, principalmente para os povos indígenas.

Quero ainda fazer alguns registros. Há um projeto em tramitação que define rapidamente a pronta demarcação de todas as terras indígenas. É importante relembrar também, nessa comemoração dos 500 anos do Descobrimento, que, há sete anos, estamos descumprindo o que diz a Constituição. Em 1998, a Constituição definiu um prazo de cinco anos para que todas as terras indígenas brasileiras fossem demarcadas. Passaram-se os cinco anos, passaram-se mais sete anos, e essas terras ainda continuam sendo ponto de disputa, de conflitos, que, invariavelmente, levam a comunidade indígena a perder e a ter prejuízo.

O conflito não é bom para as comunidades indígenas. Tenho dito reiteradamente que não me preocupa apenas a definição do dia, a assinatura do ato; preocupa-me o dia seguinte. Depois dessas questões, como ficará a relação na comunidade entre índios e não índios? Nessa relação, invariavelmente, a comunidade indígena é a sofredora e a perdedora.

Sr. Presidente, temos de lembrar esta data e apoiar as lutas indígenas. Mais do que isso, devemos tratar essa questão de forma que o Estatuto do Índio seja efetivamente discutido na Câmara dos Deputados e venha para este Senado, para que aqui tenhamos também condições de discuti-lo com profundidade, fazendo, se necessário, modificações oportunas, e para que tenhamos condições de aprovar, depois desses 500 anos, uma regra jurídica que engrandeça as populações indígenas, que as proteja e as preserve, que as trate com o respeito que elas merecem.

Sr. Presidente, solicito que a minha proposta sobre a questão da pacificação de Roraima também faça parte do meu discurso.

Muito obrigado.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.



RÁDIO BRASIL - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Presidência da República
Secretaria de Estado de Comunicação do Governo

MÍDIA IMPRESSA

CORREIO BRAZILIENSE

24

MESSAN
ABR/2000

PÁGINA

4B

DEPOIMENTOS

MARCOS TERENA

Coordenador geral do Departamento dos Direitos Indígenas da Funai e articulador indígena junto as Nações Unidas

■ "Essa pesquisa ISA/Ibop mostra que valeu a pena os índios se organizarem a partir de 1977, com a criação da União das Nações Indígenas. Eramos 15 índios estudantes em Brasília. Valeu a pena o gratitude do Juruá e ate mesmo o sacrifício de muitos líderes assassinados na luta pela terra. Esses dados demonstram que os índios não estão sozinhos. O que falta é entender que os indígenas precisam de oportunidades concretas para o fortalecimento cultural e econômico, com a implantação da educação bilingue, como vem sendo feito pelo MEC e pela Funai. Espero que em 2001 seja criada a Universidade Indígena do Mato Grosso. Os índios só terão força política na Funai quando tiverem força política no Legislativo, quando conseguirem eleger mais vereadores e prefeitos este ano e mais deputados estaduais e federais em 2002. O branco que vota pelo índio tem que ajudá-lo, com o voto."

ALOÍZIO MERCADANTE

Deputado federal PT-SP e autor do projeto que cria o Estatuto das Sociedades Indígenas

■ "É digno de registro a sensibilidade do povo brasileiro. O principal valor difundido em nosso processo de colonização foi a cobiça. Durante 200 anos buscamos o ouro de forma preatária e quando ele acabou, tentamos escravizar o índio. Esse novo olhar e também fruto do surgimento dos princípios da ecologia e do respeito à natureza. Os índios representam o equilíbrio necessário, com eles, aprendemos a valorizar a diversidade e a conviver com as diferenças".

CARLOS MARÉS

Presidente da Funai

■ "Acho que o brasileiro, de modo geral, sempre teve uma imagem positiva dos índios. Deve a sociedade moderna, não os

colonizadores. As brigas e os enfrentamentos se dão por interesses de elites localizadas. Há dois momentos na história extremamente receptivos aos direitos indígenas na década de 70, quando os militares quiseram decretar a emancipação dos índios: a população reagiu e impediu que se consumasse o que seria o fim de uma cultura, e na Constituição de 1985, quando os direitos indígenas ganharam espaço. A política indigenista do governo tem sido boa quanto à demarcação das terras, embora ainda seja necessário readelar as áreas demarcadas antes de 1988. Mas deixa a desejar quanto à manutenção da própria vida, ou seja, faltam políticas de saúde, educação e capacitação para o trabalho".

ROMERO JUCÁ

Senador pelo PSDB-RR

■ "Fico feliz com o resultado da pesquisa porque demonstra um nível de conscientização muito grande. Eu sempre disse que a questão indígena não diz respeito só ao governo, mas também a relação que a sociedade branca tem com os não-brancos. Nossa política oficial precisa de anuistias, especialmente na demarcação das terras. Os cinco anos determinados pela Constituição já se passaram e o trabalho não foi concluído. Acho que se a Funai fosse transformada numa Agência Nacional poderia estar mais articulada com a sociedade. Não entendo por que o Estatuto do índio ainda não foi votado".

LUX VIDAL

Professora de antropologia da USP e presidente da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

■ "A imagem dos índios é mesmo muito positiva, até porque eles representam a vida, a liberdade, a sinceridade. Essa receptividade foi conseguida graças às organizações aos índios, que lutaram e ainda lutam por seus direitos. O governo brasileiro é muito omisso, não faz o que deveria fazer para superar as contradições. Deveria, por exemplo, votar o Estatuto das Sociedades Indígenas, que está varado na sede do Congresso".

Of. N° 085/00 – GSRJ

Brasília, 07 de abril de 2000

Senhor Ministro

Tenho, reiteradamente, manifestado através de correspondências, audiências e manifestações públicas a minha preocupação com os rumos tomados pelo processo de demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima.

Como Senador pelo meu Estado, e com experiência de Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, tenho procurado trazer a este processo, e ao debate em torno do tema, questões que considero relevantes e que acredito precisam ser explicitados, novamente, para tentar encaminhar soluções e entendimentos que, infelizmente, acredito estarem longe de serem efetivados.

Para a solução da questão de Roraima e a pacificação de sua população, entendo serem necessários as colocações de algumas premissas, e, posteriormente, de uma proposta com um conjunto de ações, que, ao meu ver, se implementadas, tornariam a solução adequada aos diversos segmentos envolvidos, bem como ac nosso estado e país.

Preocupa-me não só o processo de demarcação e a solução em si, mas, principalmente, o dia seguinte. A continuidade da relação entre indios e não indios no nosso estado, e, em especial, nas áreas demarcadas.

Infelizmente, por parte de alguns, o nível do discurso e a truculência verbal têm sido ampliados, não colaborando em nada uma solução pacífica e negociada.

Exmº Sr.
DR. JOSÉ CARLOS DIAS
DD. Ministro de Estado da Justiça
Esplanada dos Ministérios
Brasília - DF

Equívocos estão sendo cometidos, que só agudizam o problema. Não cabe, no entanto, procurar culpados, apontar falhas ou radicalizar o discurso político, usando este momento como plataforma eleitoral. Agir assim seria mais do que desconhecer a gravidade do problema, seria a tentativa de usar os segmentos envolvidos em manobras que comprometeriam o futuro de muitas vidas.

Isto posto, gostaria de registrar e propor um conjunto de ações, algumas delas já iniciadas por mim, e até explicitadas em documentos anteriores enviados a este Ministério e outras entidades.

1 – Discussão em bloco de todas as demarcações a serem realizadas no Estado de Roraima, com solução única e definitiva. (Este fato resloveria em um único processo de entendimento todas as pendências existentes no Estado, evitando soluções "conta gota", que só contribuem para inflamar os discursos e municiar o nervosismo reinante. A população e o estado são sabem até onde vai o processo de demarcação, e fica parecendo, para alguns, que, a cada início de procedimento, vai se formando uma ação proposital para inviabilizar o estado, o que sabemos, não ser verdadeiro)

2 – Acolhimento de proposta da comunidade indígena de São Marcos/Pacaraima, que pretende a exclusão da área indígena, da zona urbana da sede do município de Pacaraima. (Esta proposta feita pela comunidade indígena demonstra equilíbrio e busca solução que evite conflitos já existentes. Ao encaminhar à FUNAI e ao Ministério Público Federal tal proposta, os índios demonstraram equilíbrio, sensatez e busca de pontos convergentes de entendimento. Hoje a sede de Pacaraima cresce em ocupação, estando situado em área indígena, na fronteira com a Venezuela, tendo, inclusive, um quartel do Exército em sua localidade. É de fundamental importância que se resolva esta questão, até pela posição geográfica estratégica da vila na área de fronteira, e a expectativa de ampliação da relação, inclusive comercial, do Brasil com a Venezuela, explicitada várias vezes pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso).

3 – Demarcação de área indígena de Raposa e Serra do Sol com a exclusão das vilas e povoados estratégicos, bem como a manutenção da áreas imprescindíveis à produção agrícola, em especial à cultura do arroz. (Existem, hoje, algumas fazendas produtivas nas áreas que são extremamente importantes para a economia do estado e estão localizadas em várzeas não ocupadas. Quanto às vilas, procura-se analisar cada uma por si, sua população, sua importância e suas perspectivas).

4 – Disponibilização imediata de recursos para a execução das indenizações correspondentes, dentro de um processo de avaliação leal e justo. (Em várias propriedades estão colocados vidas inteiras de trabalho, dedicação e amor à terra. Historicamente, inclusive, no estado de Roraima, as possíveis indenizações têm se arrastado por muitos anos, com processos intermináveis que vão de avaliações irrisórias e injustas, à burocratização legalista que atrasa e faz perder-se nos escaninhos da administração pública a vontade e o direito do cidadão. Seria necessário, inclusive, levantar as pendências de indenizações de anos, que existem sobre a demarcação de outras áreas indígenas realizadas anteriormente).

5 – Disponibilização imediata das áreas das fazendas do antigo Banco Bamerindus, a Murupú, a Cauamé e a Truarú, todas localizadas no município de Beira Vista. (Tais propriedades já estão à disposição da União, como pode ser visto por documento em anexo da Secretaria do Patrimônio da União, e teria sido disponibilizada para a EMBRAPA, que também, de acordo com contato mantido por mim, e documentos, também anexos, do Presidente Alberto Duque Portugal, estariam disponíveis para a realocação de várias fazendas que seriam indenizadas com o processo de demarcação. Proponho assim que este trabalho de relocalização das fazendas seja coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário INCRA, inclusive já tendo também mantido contato anteriores com o Ministro Raul Jungmann. (Desta forma, teria o Poder Público a condição de realocar a grande maioria de fazendas de gado das regiões demarcadas, possibilitando a retomada imediata da atividade pecuária, na maioria das vezes em condições iguais ou superiores a das fazendas antigas, tendo em vista, de um lado, a potencialidade das fazendas Bamerindus, com mais de 70 mil hectares, tendo grande parte já formada, e, de outro, a falta de condição e a insegurança dos proprietários das fazendas em áreas indígenas que há anos não conseguem investir ou realizar de forma tranquila o seu trabalho. Sendo assim, com a utilização das fazendas Bamerindus, ganhariam o Estado, seus produtores, as comunidades indígenas, que teriam solucionada a ocupação de terras indígenas, e a própria União, que daria destinação a um patrimônio importante).

6 – Disponibilização, pela União, de novas áreas necessárias para a relocalização de quaisquer famílias de produtores que tivessem direito, dentro do processo de indenização e deixassem de ser contempladas na utilização das fazendas Bamerindus.

7 – Articulação entre Ministérios do Governo Federal, Governo do Estado e Municípios para destinação de recursos para complementação de atividades necessárias ao apoio às populações indígenas e áreas de demarcação, notadamente, nos setores de saúde, educação e apoio à produção, inclusive com a implantação do PRONAF – Indígena, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dessa forma, em conjunto com a demarcação e sua solução, viriam ações que contemplariam as comunidades, ampliando a presença do Poder Público em apoio e como respostas aos anseios indígenas).

Senhor Ministro, ao colocar estas proposições, já objeto de debates e entendimentos mantidos, anteriormente, com as equipes da FUNAI, do Ministério da Justiça, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da EMBRAPA e de outros segmentos, inclusive representações de comunidades indígenas de Roraima, venho novamente reafirmar a urgente necessidade de tomada de decisões que restabeleçam um equilíbrio saudável e necessário não só entre índios e não índios, mas, também, entre as próprias comunidades indígenas que começam a se dividir, numa perspectiva histórica de tremendo prejuízo para aquelas populações. Cabe a todos nós, como representantes e ocupantes de cargos de autoridades do Poder Público, o equilíbrio e a abertura para busca de soluções que possam preservar as comunidades indígenas, suas tradições e suas condições de vida, ao tempo que os

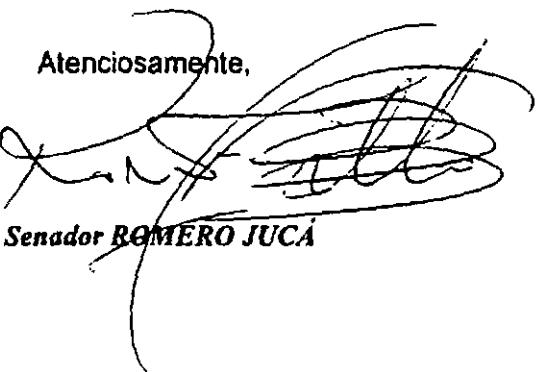
fortaleçam no convívio e na relação com não índios, permitindo uma Roraima digna e justa.

O Estado de Roraima tem um forte componente indígena no seu espaço geográfico e na sua formação étnica.

Cabe a todos nós zelar para que isto seja encarado de forma correta e contribua para o desenvolvimento e a grandeza de todos os brasileiros.

Ficando no aguardo da manifestação de Vossa Excelência, renovo-lhe a minha disposição de colaborar e os meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


Senador ROMERO JUCÁ

Of. Nº 087/00 – GSRJ

Brasília, 07 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Tenho, reiteradamente, manifestado através de correspondências, audiências e manifestações públicas a minha preocupação com os rumos tomados pelo processo de demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima.

Como Senador pelo meu Estado, e com experiência de Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, tenho procurado trazer a este processo, e ao debate em torno do tema, questões que considero relevantes e que acredito precisam ser explicadas, novamente, para tentar encaminhar soluções e entendimentos que, infelizmente, acredito estarem longe de serem efetivados.

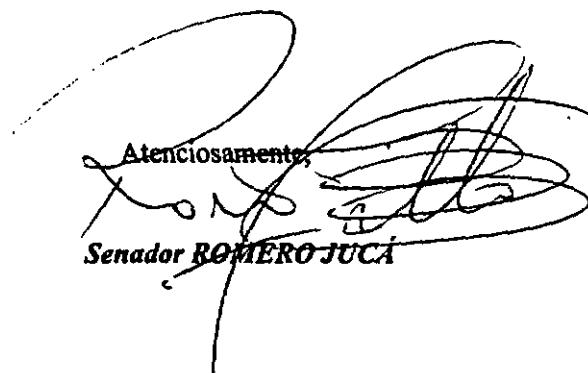
Para a solução da questão de Roraima e a pacificação de sua população, entendo serem necessários as colocações de algumas premissas, e posteriormente de uma proposta com um conjunto de ações, que ao meu ver, se implementadas, tornariam a solução adequada aos diversos segmentos envolvidos, bem como ao nosso estado e país.

Preocupa-me não só o processo de demarcação e a solução em si, mas, principalmente, o dia seguinte. A continuidade da relação entre índios e não índios no nosso estado, e, em especial, nas áreas demarcadas.

Infelizmente, por parte de alguns, o nível do discurso e a truculência verbal têm sido ampliados, não colaborando em nada para uma solução pacífica e negociada.

Isto posto, encaminho, em anexo, a Vossa Excelência cópia de correspondência enviada ao Ministro da Justiça e à FUNAI propondo ações que, entendo, surtiriam efeito na busca de um entendimento e de uma solução negociada.

Certo da preocupação de Vossa Excelência e da ação na busca de justiça almejada por todos os envolvidos nesta questão, renovo protestos de consideração e apreço.



Atenciosamente,
Senador ROMERO JUCÁ

Excelentíssimo Senhor
Doutor. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil
Esplanada dos Ministérios
Brasília - DF

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS

- 01 – Ofício nº 017/99 – GSRJ, enviado ao Ministro da Justiça Renan Calheiros
- 02 – Ofício nº 041/98 – GSRJ, enviado ao Ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann
- 03 – Ofício nº 045/98 – GSRJ, enviado ao Presidente da FUNAI
- 04 – Nota Técnica da EMBRAPA acerca das Fazendas Bamerindus
- 05 – Ofício do Banco Central acerca do assunto
- 06 – Carta da EMBRAPA ao Banco Central
- 07 – Ofício nº 275/SPU da Secretaria do Patrimônio da União
- 08 – Carta da EMBRAPA à Secretaria do Patrimônio da União

09 – Carta do CIR – Conselho Indigenista de Roraima ao Ministro da Justiça

10 – Carta da Associação Comercial e Industrial de Roraima aos
Parlamentares de Roraima

11 – Carta da Associação dos arrozeiros de Roraima

12 – Carta aberta da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de
Roraima

13 – Carta SODIUR ao Ministro da Justiça

14 – Matérias jornalísticas acerca da proposta da TWM para Pacaraima

Of. nº 017/99 - GSRJ

Brasília, 10 de fevereiro de 1999

Senhor Ministro,

*Reufido
E-10/02/99*

O Estado de Roraima vive um momento extremamente delicado, que poderá definir o seu futuro como região de desenvolvimento e progresso.

A demarcação de terras indígenas em Roraima é um fator decisivo para nortear, não só a ocupação geográfica dos espaços vazios, mas, principalmente, para definir a matriz de produção que deverá sustentar o crescimento do novo Estado.

Sabemos que é de fundamental importância a demarcação das terras indígenas, e registramos que deve, prioritariamente, ser definida esta questão, não só em Roraima, mas em todo o País.

No entanto, no nosso caso específico, em decorrência da portaria que definiu a demarcação da área indígena Raposa e Serra do Sol, no norte do Estado, gostaríamos de sugerir algumas reflexões, e encaminhar proposta de adaptação da demarcação, no intuito de colaborar e buscar a harmonia entre as populações de índios e não índios, além de propiciar o equilíbrio necessário para o setor econômico de Roraima, que sendo incipiente, poderá sofrer um golpe de difícil recuperação, caso se confirme a situação atual.

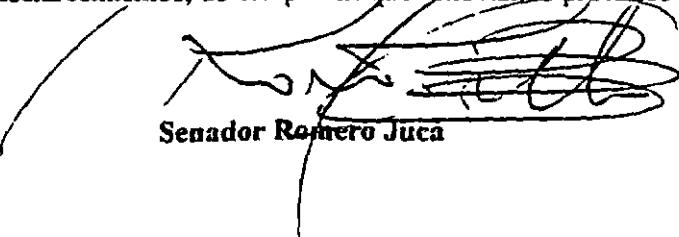
Assim sendo, encaminhamos anexo, proposta de exclusão da maior várzea produtiva no Estado de Roraima, com ocupação e investimentos vultosos. A retirada desta área, possibilitada pela própria portaria desse Ministério, que prevê ajustes em áreas de conflito, permitirá o desenvolvimento imediato dos projetos agrícolas em andamento, que representam, hoje, a maior atividade produtiva do Estado.

Vale a pena ressaltar que os estudos anteriores e a antiga proposta, da própria FUNAI, já previam a retirada de grande parte desta área supra mencionada.

Registre-se, ainda, que além das várzeas de produção, que não são ocupadas por qualquer membro das comunidades indígenas da região, contêm a nossa proposição, também, a

exclusão do complexo turístico do Lago Caracaranã, hoje, a principal estrutura de turismo existente no Estado, e em franca operação.

Certo da atenção de Vossa Excelência para esta questão, que é vital para o equilíbrio econômico de Roraima e para a pacificação de todo o nosso povo, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos, ao tempo em que renovamos protestos de consideração e apreço.



Senador Romero Juca

Exmº Senhor
Senador Renan Calheiros
DD. Ministro de Estado da Justiça
Brasília - DF

Of. nº 041/98 - GSRJ

Brasília, 10 de março de 1998

Senhor Ministro,

A demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima e, consequentemente, a retirada de fazendeiros e ocupantes históricos das referidas áreas, tem gerado um clima de insegurança e de desestabilização econômica na nossa região.

Se, por um lado, a lei garante aos índios o direito às suas terras imemoriais, e isto não se discute, por outro lado, a mesma legislação determina que os ocupantes de boa fé dessas terras, quando demarcadas, sejam indenizados por suas benfeitorias, e reassentados de acordo com os critérios vigentes.

A ausência destes procedimentos nos processos de demarcação de terras indígenas em Roraima tem contribuído, sensivelmente, para o clima de tensão e conflito que tem se instalado no nosso Estado, inclusive pela omissão do seu Governo.

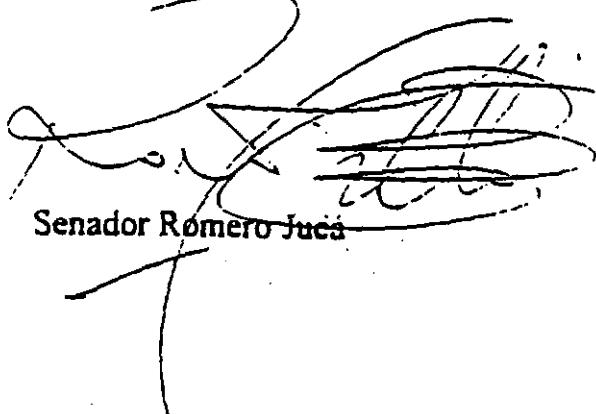
No intuito de contribuir com a solução destas questões, pacificando Roraima e, principalmente, fazendo justiça a dezenas de famílias que

trabalharam e construiram um patrimônio que, de um dia para outro, se esvai com a demarcação indígena, proponho a Vossa Excelência a utilização, pelo INCRA, dos mais de 50 mil hectares da Fazenda Bamerindus para o reassentamento dos fazendeiros, posseiros e ocupantes de áreas indígenas que estão sendo removidos, notadamente das áreas de São Marcos, Raposa e Serra do Sol e outras menores, cujos levantamentos já foram realizados pela FUNAI.

Restaria, assim, com esse reassentamento realizado, buscar os recursos junto à FUNAI, para as respectivas indenizações, fato este que seria tratado quando da elaboração da proposta orçamentária do próximo ano.

Certo da atenção de Vossa Excelência para o caso, e de sua sensibilidade na busca de uma solução que atenda aos índios e aos produtores rurais, coloco-me à disposição, ao tempo em que renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente.



Senador Romero Jucá

Exmº Sr

Dr. RAUL BELENS JUNGMAN

DD. Ministro Extraordinário de Política Fundiária
Brasília - DF

Of. nº 045/98 - GSRJ

Brasília, 10 de março de 1998

Senhor Presidente,

A demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima e, consequentemente, a retirada de fazendeiros e ocupantes históricos

das referidas áreas, tem gerado um clima de insegurança e de desestabilização econômica na nossa região.

Se, por um lado, a lei garante aos índios o direito às suas terras imemoriais, e isto não se discute, por outro lado, a mesma legislação determina que os ocupantes de boa fé dessas terras, quando demarcadas, sejam indenizados por suas benfeitorias, e reassentados de acordo com os critérios vigentes.

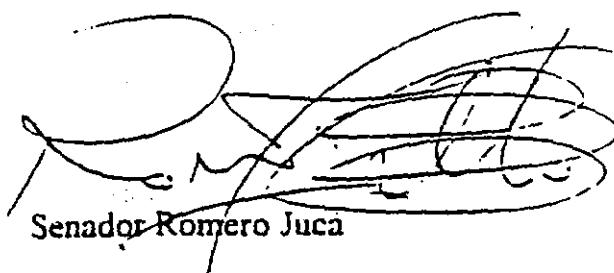
A ausência destes procedimentos nos processos de demarcação de terras indígenas em Roraima tem contribuído, sensivelmente, para o clima de tensão e conflito que tem se instalado no nosso Estado, inclusive pela omissão do seu Governo.

No intuito de contribuir com a solução destas questões, pacificando Roraima e, principalmente, fazendo justiça a dezenas de famílias que trabalharam e construíram um patrimônio que, de um dia para outro, se esvai com a demarcação indígena, proponho a V. S^a a utilização, pelo INCRA, dos mais de 50 mil hectares da Fazenda Bamerindus para o reassentamento dos fazendeiros, posseiros e ocupantes de áreas indígenas que estão sendo removidos, notadamente das áreas de São Marcos, Raposa e Serra do Sol e outras menores, cujos levantamentos já foram realizados por esse órgão. //

Restaria, assim, com este reassentamento realizado, buscar os recursos junto a essa Fundação, para as respectivas indenizações, fato este que seria tratado quando da elaboração da proposta orçamentária do próximo ano.

Certo da atenção de V. S^a para o caso, e de sua sensibilidade na busca de uma solução que atenda aos índios e aos produtores rurais, coloco-me à disposição, ao tempo em que renovo protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,



Senador Romero Juca

Ilmº Sr

Dr. SULIVAN SILVESTRE OLIVEIRA

MD. Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

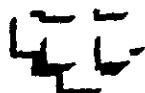
Brasília - DF



NOTA TÉCNICA

REGULARIZAÇÃO DAS FAZENDAS MITACORÉ (PR), MURUPU, CAUMÉ E TRUARU (RR)

- ⇒ Através do Banco Central, como pagamento com vistas à amortização de dívida perante as Reservas Monetárias por parte do Grupo Bamerindus, foi transferido ao Patrimônio da União as Fazendas Mitakoré, situada no Município de São Miguel do Iguaçu, PR, e Fazendas Murupu, Caumé e Truaru, localizadas em Boa Vista, RR.
- ⇒ Segundo documentos tramitados em função dos respectivos processos, tais bens seriam afetados à Embrapa, que se manifestou pela correspondência C.PR.Nº 189, de 19/5/99, de forma que a cessão de tais bens deveria ser procedida por meio de Decreto presidencial de incorporação, como integralização do Capital Social da Embrapa, consoante a Lei 5.851, de 7/12/72, não interessando à mesma a posse precária dos bens objeto.
- ⇒ Das tratativas e análise final da situação, como resposta a Embrapa recebeu da Secretaria do Patrimônio da União o Ofício nº 275/SPU, de 5/7/99, dando conhecimento que a Secretaria pretendia formalizar com a Embrapa tão somente a cessão das Fazendas, cuja utilização ficaria vinculada à destinação prevista para a consecução dos objetivos dos programas de pesquisa agropecuária, ficando os custos de administração dos imóveis a cargo da Embrapa.
- ⇒ Diante dos fatos, foi expedida pela Embrapa, a correspondência C.PR.Nº 278, de 4/8/99, formalizando a desistência de utilização dos bens por não ser de interesse o recebimento dos mesmos na forma pretendida, caracterizando a inviabilidade face os problemas orçamentários por que passam as instituições em geral.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

OFÍCIO DEPAD/GABIN-98/0101
Pts. 9700784683 e 9800822097

Brasília (DF), 15 de dezembro de 1998.

Senhor Diretor,

Como é do conhecimento de V. Sa., o Conselho Monetário Nacional, em sessão de 18.12.97 (Voto CMN nº 185/97, de 30.10.97), aprovou o recebimento de imóveis rurais pertencentes ao grupo Bamerindus, com vistas à amortização da dívida perante as Reservas Monetárias, dentre eles aqueles denominados Fazenda Mitakoré, situada no município de São Miguel do Iguaçu (PR), e Fazendas Murupu, Caumé e Truaru, localizadas em Boa Vista (RO).

2. Estabeleceu-se, ainda, que os imóveis citados seriam oportunamente transferidos ao Patrimônio da União e, após os procedimentos necessários a cargo daquela Secretaria, afetados à EMBRAPA, conforme interesse previamente demonstrado por essa empresa.

3. Todos os passos necessários à concretização do negócio encontram-se concluídos, conforme documentação encaminhada à Secretaria do Patrimônio da União, cuja cópia foi remetida a V. Sa., consoante expedientes DEPAD/CONOR-98/ 0566 e 98/0715, de 02.09 e 03.11.98, respectivamente.

4. Entretanto, embora os imóveis já tenham sido oficialmente transferidos ao Patrimônio da União, permanecem sob posse e guarda do Banco Bamerindus do Brasil S.A., em liquidação extrajudicial. Além disso, ainda não recebemos dessa empresa, devidamente assinados, os contratos de cessão de uso daquelas fazendas, datados de 05 e 13.05.98.

5. Nessas circunstâncias, e considerando a preocupação estampada pelo Bamerindus no expediente BBB/LIQ/98-0499, de 25.11.98 (cópia anexa), preocupação essa levada ao conhecimento da Diretoria desta Casa, solicitamos a gentileza de suas providências quanto à assinatura e devolução a esta Autarquia dos contratos de 05 e 13.05.98, bem como à efetiva assunção do patrimônio destinado à EMBRAPA.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V. Sa. nossos protestos de estima e consideração.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS E DE REGIMES ESPECIAIS


Francisco Munia Machado
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
José Roberto Rodrigues Peres
Diretor Executivo da Empresa Brasileira
De Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
SAIN Parque Rural – W3 Norte
70770-991 – Brasília (DF)



C.P.R.Nº 456 /98

Brasília-DF, 22 de Dezembro de 1.998.

Ilmo. Sr.
Dr. FRANCISCO MUNIA MACHADO
Chefe do Departamento de Controle de Processos
Administrativos e de Regimes Especiais do
Banco Central do Brasil
N E S T A

Prezado Senhor,

Reportando-nos ao vosso OFÍCIO DEPAD/GABIN-98/0101, de 15 do corrente, informamos a V.Sª. que a Cessão, à Embrapa, dos imóveis rurais denominados "Fazenda Mitakoré", "Fazendas Murupu, Caumé e Truaru", localizadas, respectivamente, nos municípios de São Miguel do Iguaçu (PR) e Boa Vista (RR), que pertenciam ao grupo Bamerindus, adquiridas pela União Federal com recursos das Reservas Monetárias, deverá

ser procedida por intermédio de Decreto presidencial de incorporação, como integralização do Capital Social da Embrapa, consoante a Lei 5.851, de 07.12.72, não interessando a esta Empresa sua posse precária.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


ALBERTO DUQUE PORTUGAL
Diretor-Presidente da Embrapa



MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DO PATRIMÔNIO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Ofício n.º 275 / SPU

Brasília 05 de julho de 1999.

Senhor Presidente,

Faço referência à C.PR.nº 189, de 19.05.99, mediante a qual essa Empresa solicitou à Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio a regularização dos imóveis denominados Fazendas Mitakoré, Murupu, Caumé e Truaru, situadas nos Estados do Paraná e de Roraima.

2. A propósito, informo a V.Sa. que o pleito na forma apresentada, "incorporação dos imóveis por Decreto Presidencial, com integralização no seu Capital Social", vem de encontro às diretrizes desta SPU, que pretende alienar apenas mediante contrapartida financeira, os imóveis que não se prestam para uso no serviço público.

3. Lembro, por oportuno, que segundo o voto BCB nº 402/97, aprovado por voto do CMN nº 185/97, os referidos imóveis seriam incorporados ao patrimônio da União, mediante dação em pagamento, no contexto da liquidação extrajudicial do Grupo Bamerindus, para afetação à EMBRAPA, por se prestarem com perfeição na consecução dos objetivos dos programas de pesquisa agropecuária.

4. No entanto, considerando que a afetação dos imóveis à EMBRAPA não implica transferência de domínio, esta SPU, em cumprimento do que ficou determinado nos referidos votos e no expediente DEPAD/CONOR-98/0338, de 21.05.98, (anexos por cópia), propõe formalizar com a EMBRAPA, apenas a cessão das Fazendas, cuja utilização ficará vinculada à destinação prevista, ou seja, para consecução dos objetivos dos programas de pesquisas agropecuária, ficando os custos de administração dos imóveis a cargo dessa Empresa.

5. Diante disso, solicito a V.Sa. a gentileza de examinar o assunto e confirmar junto a esta Secretaria, com a urgência que o caso requer, se a EMBRAPA tem interesse pela formalização da cessão, na forma proposta ou, permanecendo a posição anterior de que só interessa a incorporação do imóvel com integralização no seu capital social, formalizar a desistência da utilização dos imóveis pelos motivos que a justifiquem.

Atenciosamente,


PEDRO CLÓVIS SANTARO ARAKE
Secretário do Patrimônio da União, Substituto

À Sua Senhoria o Senhor
ALBERTO DUQUE PORTUGAL
Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
NESTA



C.P.R.nº 278/99

Brasília, 04.08.99

À Sua Exceléncia, a Senhora
Maria José Vilela Barros Leite
Secretaria do Patrimônio da União
Esplanada dos Ministérios, Bl. "C",
2º andar-Gabinete
Brasília-DF
70046-900

Senhora Secretaria.

Recebemos o Ofício nº 275/SPU, datado de 5/7/99, cientificando-nos
da impossibilidade de regularização dos imóveis denominados Fazendas Mitakoré.

Murupu, Caumé e Truaru, situadas nos Estados do Paraná e de Roraima, na forma pretendida pela Embrapa, ou seja, incorporação dos imóveis por Decreto Presidencial, com a integralização no seu Capital Social.

A proposta é apenas a cessão das Fazendas, cuja utilização está vinculada à consecução dos objetivos dos programas de pesquisa agropecuária, ficando os custos de administração dos imóveis a cargo da Embrapa, o que torna inviável para nossa Empresa, principalmente se considerarmos os problemas orçamentários que estão a afetar as instituições em geral.

Dante dos fatos, formalizamos a desistência da utilização dos mencionados bens.

Respeitosamente,



JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES
Diretor-Presidente em Exercício



Av. Sebastião Diniz, 1672 - Bairro São Vicente
CEP.: 69.303-120 - Boa Vista/RR - Brasil
Tel/Fax: ++ 55.95.224-5761
e - mail: cir@technet.com.br

Boa Vista, 31 de Março de 1999

Exmo Sr.
Renan Calheiros
Minsitro da Justiça

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Servimo-nos desta para cumprimentar Vossa Exceléncia e para manifestar nossas preocupações em relação ao processo demarcatorio da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Causou-nos espanto as declarações do Chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, que em reunião com representantes da CNBB e do Cimi argumentou a possibilidade de rever os limites desta terra.

Também, causou-nos indignação a desunião das lideranças Yanomami que apelaram para a reunião contra aquela instituição pela revisão da nossa terra.

Isso representa um grande desrespeito aos nossos direitos constitucionais e à Vossa decisão, que acertadamente reconheceu a nossa terra em sua extensão integral. Acreditamos que as declarações infundadas do Sr. Clóvis Carvalho constituem apenas um fato isolado e que este Ministério e a Presidência da República manterão seus compromissos com a demarcação integral da terra.

As chantagens dos deputados de Roraima são imorais e o governo federal não pode permitir e nem participar de negociações desta natureza. O nosso país não poderá comemorar 500 anos e ao mesmo tempo continuar desrespeitando os direitos dos povos indígenas.

Em face de tais problemas, solicitamos que Vossa Excelência receba em audiência uma comissão de lideranças da T. I. Raposa Serra do Sol, em 15/04/99, para tratarmos deste assunto e da homologação integral da terra.

Atenciosamente,

Jerônimo R. S. S.
Jerônimo Pereira da Silva
Coordenador Geral



Boa Vista/RR, 01 de Março de 2000.

CT/ACIR 34/2000

Ao Excellentíssimo
Sr. Romero Jucá Filho
SENADOR/RR

Sr. Senador,

A ACIR - Associação Comercial e Industrial de Roraima, preocupada com a indefinição da situação fundiária no Estado de Roraima, mostra a situação imposta por organismos internacionais, com a concordância da FUNAI, desestabilizando a convivência pacífica e ordeira dos brasileiros indios e a sociedade roraimense.

Vemos com grande preocupação a situação do Estado de Roraima, em especial no tocante ao desenvolvimento econômico e social; pois as fronteiras do nosso Brasil,

notadamente aqui no extremo norte, correm grandes riscos de intenções desestabilizadoras por parte de organismos alheios aos interesses do nosso povo.

Os empresários e a sociedade de Roraima estão apreensivos com tais medidas que o governo brasileiro vem adotando a respeito da questão fundiária, no tocante às demarcações das terras indígenas na Amazônia. A ACIR, ao longo dos anos de sua existência, vem mostrando tais fatos às autoridades de Roraima e do Governo Federal, alertando a todos para as graves e imagináveis consequências da implantação de verdadeiro "apartheid" étnico e social neste setor.

Outrossim, transmitimos a Vossa Excelência que a nossa Casa já está engajada, em alerta sempre, para a defesa do nosso Brasil e do desenvolvimento pacífico e ordenado no Estado de Roraima.

Cordiais Saudações,


Sander Fraxe Salomão
Presidente


Derval da R. Furtado
Dir. Secretário

Boa Vista(RR), 29 de janeiro de 1999.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
SENADOR: ROMERO JUCÁ FILHO
BRASÍLIA / DF.

Senhor Senador,

Surpreendidos com a publicação, no **Diário Oficial da União**, da Portaria n.º 820, declarando como posse permanente dos índios a área denominada Raposa/Serra do Sol fomos a protestar em praça pública em 31/12/98. Lá vociferamos contra tudo e contra todos. Não pouparamos, em especial, os parlamentares que nos representam em Brasília, mas o fizemos, SENHOR SENADOR, convictos porque como diz aquele provérbio popular "em árvore que não dá fruto não vale a pena bater".

V. Excelência disse ao Ministro da Justiça, Renan Calheiros, que Roraima não vai mais fazer, servilmente, tudo o que lhes é imposto por Brasília, quando lá se reuniram a quase totalidade de nossos parlamentares federais, produtores, tuxauas e Senadores. Acompanhamos, também, com muito interesse seu firme posicionamento em defesa do setor produtivo do Estado.

Parabenizamos a atuação de V. Excelência nessa estafante busca de uma solução que satisfaça a todos os roraimenses.

Que Deus ilumine e bendiga sua consciência e sua alma na certeza de que V. Exceléncia continuará a ser um zeloso vigilante do setor produtivo do Estado.

Ao ensejo, renovamos nossos protestos de elevada estima e apreço.

Vicente Gianluppi
Associação dos Arrozeiros de Roraima
Eng.^o Agr.^o Vicente Gianluppi - Presidente

Endereço Provisório: Rua Alferes Paulo Saldanha, 466
Bairro: São Francisco
CEP: 69.305-260 - Boa Vista/RR
Fones: (0951) 224-1421 e (095) 626-7125

**Sociedade De Defesa Dos Índios Unidos Do Norte De Roraima
SODIUR**
Contão- RR, 21 de Fevereiro de 2000

Nos, deusos-assinados, líderes indígenas e membros da (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima)-SODIUR (Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima) - ALIDIR, (Associação dos Rios Kiné, Cotingo e Monte Roraima) - ARIKOM, reunidos em Assembleia Extraordinária na Maioca do Contão na data supra, não suportando mais conviver num clima de constantes tensões, deliberamos fazer a seguinte pauta reivindicatória:

1º) A exigência da vinda do Presidente da FUNAI a Roraima, em caráter de urgência, considerando o descumprimento da promessa (por duas vezes) de ouvir nossas propostas in loco.

2º) A definição da Área Raposa Serra do Sol de acordo com nosso posicionamento: demarcação em blocos, definição das áreas administrativas de cada comunidade, das áreas produtivas e a permanência das sedes dos municípios de: Uiramutá, Pacaraima, e Normandia com suas respectivas vilas e áreas de expansão territorial - urbana e rural;

3º) A demissão imediata do administrador regional da FUNAI em Roraima, Walter Bross, devido a sua omissão e connivência com atos ilícitos e, consequentemente, falta de consideração com nossas pessoas.

4º) A nomeação de um líder indígena da SODIUR, ALIDIR, ARIKOM, como Administrador Regional da FUNAI em Roraima, por entendermos que somos competentes para dirigir o nosso destino.

5º) Eletrificação Rural.

Implantação imediata da saúde indígena da SODIUR.

Abertura de Estradas para as comunidades indígenas do Arai, Santa Isabel, Cariu, Pacu, Nova Aliança, Bananeira, Mato Grosso, Monte Murat II e Serra do Sol.

Projeto de encanamento de água potável nas marocas.

Piscicultura, Apicultura.

implanteamentos Agrícolas.

implantação de Atividades Ecoturísticas nas áreas com esse potencial.

6º) Aquisição de 18.000 (trinta e oito mil e quatrocentos) matrizes e 100.000 (cem mil e cem mil) ovelhas para reativar a pecuária extensiva na região da Raposa Serra do Sol.

Comunicamos a Vossa Excelência que, a partir desta data, estamos ocupando a sede da FUNAI- Boa Vista por tempo indeterminado. Salientamos que a desocupação dar-se-á somente quando as mencionadas reivindicações forem atendidas na integra, visto que representamos a grande maioria da população indígena residente na área Raposa Serra do Sol e não estamos sendo ouvidos.

Esclarecemos, outrossim, que não nos responsabilizaremos no caso de termos de agir com mais rigor em defesa dos nossos interesses. Por isso, pedimos providências urgentes.

Atenciosamente,

...L...C...I...E...T...G...I...T...R...

Danilo Peixoto Filho

Presidente da AJUR/IR

...C...I...R...I...C...I...T...R...

Ciríaco Macuxi

Presidente da ARIKOMI

...I...L...C...O...B...R...B...S...O...A...

Ilco Barbosa

Presidente da SODIUR

Sociedade De Defesa Dos Índios Unidos Do Norte De Roraima SODIUR

Brasília, 03 de Abril de 2000

Exmo. Sr.

Ministro JOSÉ CARLOS DIAS

Ministério da Justiça

Nesta

Senhor Ministro:

Nós Lideranças Indígenas de Roraima, acampados à 13 dias, frente ao Ministério da Justiça em Brasília, vimos comunicar a V.Exa. a prisão em Roraima, por ordem judicial federal, imposta pelo Conselho Indígena de Roraima- CIR de 06 indígenas que compõe a nossa organização ficando cada vez mais tenso o clima entre as Lideranças locais em Roraima, apelamos para a sua intercessão para solucionar o caso. São as seguintes pessoas:

1- DANILo AFONSO ROBERTO- Tuxaua da Maloca do Monte Moná II

2- ILCO BARBOSA

3- PERCIVAL PEREIRA DE SOUZA -Tuxaua da Maloca de Caju II

4- CIRIACO DA SILVA

5- JULIÃO DA SILVA - Tuxaua da Maloca de Uiramutá II

6- JUCELANIA DE SOUZA LIMA SE MAN- Sev. Das Organizações Indígenas

Aproveitamos a oportunidade para solicitar urgência na audiência solicitada anteriormente com V. Exa., quando estaremos acompanhados da Bancada Federal do Estado de Roraima.

Atenciosamente,

LAURO JOAQUIM BARBOSA
Pres. Da SODIUR

ANÍSIO PEDROSA LIMA
Pres. Da ALIDCIR

GILBERTO MACUXI
Pres. Da ARIKOM

Índio apoia proposta sobre Pacaraima

Foto: Agência FOTO

Foto: de Boa Vista

**ORGANIZAÇÃO
ÍNDIGA AFIRMA QUE
EXCLUSÃO DA SEDE
DE PACARAIMA
DEVERÁ RESOLVER EM
DEFINITIVO O
PROBLEMA NA RESERVA
SÃO MARCOS**

O coordenador do Conselho Indígena de Roraima (Cir), Jerônimo Pereira, acredita que a proposta da TWM (Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental), que exclui a sede de Pacaraima da reserva indígena de São Marcos, é válida para resolver a problemática daquele município.

Mas ele fez questão de frisar que o litígio existente na Roraima/Serra do Sol não pode ser resolvido dessa forma porque o município de Uiramutá está dentro de uma maloca. "Lá é a maloca do Uiramutá. Além disso, não

passa do lado um BR e o município não faz fronteira com outro país", justificou Pereira. Para ele, a proposta é válida, mas é necessário avaliar o tamanho da área.

O presidente da TWM, Alfredo Silva, apresentou proposta a 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República semana passada. Além da exclusão da sede do município, propôs também a ampliação em 10 mil hectares o perímetro urbano da cidade.

No entendimento do coordenador do Cir, o que não pode haver é prejuízos para as malocas indígenas que ficam localizadas próximas à sede de Pacaraima. "Como não tenho conhecimento suficiente, prefiro não falar o tamanho ideal. É preciso verificar com critérios a área a ser doada para a expansão do perímetro urbano", afirmou.

Jerônimo Pereira descarta a possibilidade de Alfredo Silva estar usando a proposta para fins eleitoreiros, já que ele anunciará a candida-

tura à prefeitura de Pacaraima, pelo PSDB. "Espectaculação vai haver, porém a ação proposta não é isolada porque não é só do Alfredo, mas sim da entidade TWM com o apoio do Cir e Apni [Associação dos Povos Indígenas de Roraima]", explicou.

Contudo, detalhou a apresentação dessa alternativa mostra que existe uma preocupação com os índios. Para Pereira, o fato de Alfredo ter proposto que as malocas que pertencem à reserva de São Marcos e que estão dentro do perímetro de Boa Vista, passem para o de Pacaraima, é uma atitude também de preocupação porque os índios estão desassistidos.

"A prefeitura de Boa Vista não tem nenhuma atuação naquela área. Elas são totalmente esquecidas", complementou. Ele lembrou que os indígenas que vivem na Serra da Moça só tem a assistência do Cir, apesar de fazer parte de Boa Vista.

10/04/2000 03.00

POLÍTICA

TWM apresenta proposta para resolver situação de Pacaraima

A ENTIDADE, EM CONJUNTO COM OS ÍNDIOS DE SÃO MARCO, QUER EXCLUIR O MUNICÍPIO DE DENTRO DOS LIMITES DA RESERVA INDÍGENA

A Organização não Governamental TWM (Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental) encaminhou semana passada à 6ª Câmara da Procuradora Geral da República uma proposta comunitária à fim de resolver a situação fundiária do município de Pacaraima.

Os Índios também estão propõendo o aumento do perímetro urbano da cidade. A organização propõe um acréscimo de 10 mil hectares para o município. "Estamos legislando a favor do morador de Pacaraima, mas por consenso", afirmou o presidente da TWM, Alfredo Silva.

A proposta foi entregue à procuradora Débora Duprat para análise e encaminhamento da questão. Nela se propõe também a criação de uma Equipe Técnica Especial formada por representantes indígenas, Procuradoria da República, Ministério da Justiça e da Advocacia Geral da União (AGU).

Para iniciar as discussões, a entidade convidou a procuradora para participar da 4ª Assembléa Geral Ordinária da TWM, que será rea-

lizada no período de 27 a 29 de maio, na maloca Santa Rosa. O debate acontecerá na terça-feira, 28.

O município de Pacaraima está totalmente no perímetro urbano está todo dentro da reserva de São Marcos.

Alfredo Silva acredita que essa é uma alternativa viável para resolver o litígio. "A solução para o impasse deve sair da esfera jurídica para o campo político, onde, com certeza, é possível encontrar uma saída negociável que seja razoável para índios e não-índios", afirmou.

Ele disse que a entidade tem consciência que o município de Pacaraima é estratégico para o país, uma vez que faz fronteira com a Venezuela, podendo haver um intercâmbio entre os países vizinhos, possibilitando ainda mais o comércio, e em especial para Roraima.

Entre o legal e o coerente, Silva diz que a TWM fez com a segunda opção. "Ao contrário do que muitas pessoas pensam, as comunidades de São Marcos nunca cogitaram trabalhar nenhum tipo de proposta que tivesse por objetivo a extinção de

SEGUNDA VEZ - O líder indígena lembrou que essa proposta está sendo feita pela segunda vez. Na primeira, foi proposto ao Governo Federal a exclusão de pelo menos 20 mil hectares de terra indígena para expansão da área urbana. Em troca, os indígenas queriam a indenização dos terrenos que estavam fora do perímetro.

"A União não deu a de-

vida atenção à proposta, de modo que somente agora as propriedades foram pagas, mas por iniciativa indígena que efetivou acordo com a Eletrobrás para a passagem da linha de transmissão da energia de Guaporé", ressaltou.

"Já indenizamos a parte que nos interessava, agora queremos tirar da exclusão da cidade da área indígena", complementou. Por causa desse impasse, Silva também fez críticas a administração da Funai (Fundação Nacional do Índio), que sempre "impõe a problemática com a barra",

"... como está, sendo como ela explica que ao longo de mais de vinte anos nunca fez nenhum tipo de levantamento de bem ou propriedade vigida nessa área?", questionou.

Ele ainda lembrou que mesmo o município tendo recebido a visita de dois presidentes (Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso) e do ex-ministro da Justiça do governo de Itamar Franco,Alexandre Dupeirat, nada foi resolvido.

"Se eles deixaram a situação chegar no nível que chegou, cabe a nós propor a solução. A nossa proposta de expansão deve ser feita através de decreto, igual como foi feito a exclusão de terras para implantação do Pelotão do Exército na região", frisou.

Alfredo Silva acrescentou que o impasse, além de gerar um mal-estar na população indígena e não-índia, acaba provocando invasões ilegais desordenadas. Isso resulta em prejuízos para o meio ambiente e a urbanização mun-

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – V. Ex^ª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, por permuta com a Senadora Marina Silva. O Senador Romero Jucá estava inscrito após o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, eu tinha permutado com o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Há um equívoco. A Mesa entendeu que o Senador Romero Jucá havia feito a permuta com a Senadora Marina Silva e que, em consequência, a Senadora Marina Silva falaria no lugar do Senador Romero Jucá. Mas, se não é esse o entendimento, concedo a palavra a Senadora Marina Silva. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje é um dia muito especial. Por ser o dia 19 de abril, teríamos que estar aqui realizando uma sessão solene em comemoração ao Dia do Índio. Lamentavelmente, por razões regimentais, isso não foi possível.

Temos a honra de receber na galeria do Senado Federal várias lideranças indígenas e representantes de diversas comunidades de diferentes Estados da nossa Federação. Aqui estão os índios Kariri, do Ceará; Tapirapé, do Mato Grosso; Caiapó, do Pará; Xucuru, de Pernambuco; Tuxá, da Bahia; Xavante, do Mato Grosso; Fulniô, de Pernambuco; e os Terenás, de Mato Grosso. Sejam todos bem-vindos ao plenário da nossa Casa, participando da galeria!

Recebi também uma carta dessas lideranças indígenas, que pedem que não aprovemos a proposta de mudança feita no Estatuto do Índio. Aquela antiga proposta que havia sido ajustada, de acordo com denúncias do Movimento Indígena, está sendo secundarizada em favor de uma outra proposta que está sendo apresentada pelo Governo e que não satisfaz ao interesse das comunidades indígenas. Essas comunidades, durante vários anos, debateram em torno de uma proposta com o Governo e com o Congresso. Lamentavelmente, agora está sendo apresentada uma outra proposta, à revelia dessa discussão.

Eles fazem um apelo, para que os Senadores não aprovem a proposta modificada, mas sim a que havia sido ajustada. Nós, da Bancada de Oposição, temos um compromisso com a proposta que foi discu-

tida pela sociedade, pelas comunidades indígenas, pelas organizações de apoio, pelo próprio Governo e pelo Congresso Nacional. Segundo denúncias, na proposta que nos está sendo enviada pelo Governo, está sendo resgatada a idéia atrasada da tutela, que já não mais faz parte do avanço alcançado no tratamento da questão indígena no nosso País.

Mas, Sr. Presidente, quero tratar hoje de algumas datas que estamos tendo a oportunidade de comemorar num período de espaço bem curto, de menos de uma semana. Nesta semana, há uma confluência de muitas datas significativas. No dia 21, lembramos Tiradentes, que defendia uma capital no sertão do País. No mesmo dia, Brasília completa 40 anos. No dia 22, completam-se 500 anos desde que Pedro Álvares Cabral chegou ao litoral, e, ao mesmo tempo, o mundo todo comemora o Dia da Terra. E hoje, dia 19, como falei anteriormente, estamos comemorando o Dia do Índio.

Tenho dito que os 500 anos do Brasil não nos devem colocar – como muito bem expuseram, ainda há pouco, os nobres Senadores Romero Jucá e José Fogaça – numa perspectiva de festejo ou de comemoração. Em termos etimológicos, a palavra "comemorar" significa "memorar com", mas, com certeza, não poderemos "memorar com" os índios e os negros numa perspectiva positiva, pois, afinal de contas, nestes 500 anos, foi feito um verdadeiro massacre com os índios e os negros neste País.

À época do Descobrimento, aproximadamente cinco milhões de índios aqui viviam. A população de Portugal era quatro vezes menor do que a população indígena que aqui habitava. Passados três séculos, a população indígena diminuiu para 800 mil índios, enquanto que a população branca portuguesa permaneceu praticamente a mesma. Ou seja, em três séculos, houve uma verdadeira chacina, um massacre, a eliminação de três milhões de índios. Houve o massacre de um milhão de índios a cada século. Isso é abominável.

Portanto, as comunidades indígenas, com certeza, ao "memorar com" os brancos o que aconteceu nestes 500 anos, não o fará numa perspectiva de festa ou de comemoração, mas sim numa perspectiva absoluta de reparação, de contestação, na busca de reposição daquilo que lhe foi usurpado em termos culturais, morais, espirituais e até mesmo patrimoniais, porque o seu patrimônio também foi usurpado.

Também devemos lembrar que, nesse mesmo período de quatro séculos, em que, a cada século, foi eliminado um milhão de índios, importamos do continente africano três milhões de negros, que também

foram massacrados, que não tiveram um futuro diferente. Eles foram colocados na senzala. Portanto, vamos "memorar com" os negros também numa perspectiva de reparação.

Tenho dito que talvez o termo apropriado para esses 500 anos seja "celebração". E aí as pessoas podem dizer: mas celebrar não é o mesmo que festear ou comemorar? Não. Na perspectiva da nossa cultura ocidental, na perspectiva da tradição judia cristã, celebrar significa enfatizar aquilo que foi negativo, ruim. O que destruiu um determinado processo deve ser relembrado, para ser reparado.

Os índios e os negros são a base da exclusão social deste País. Hoje há mais de 70 milhões de excluídos, que, com certeza, têm como laboratório principal a senzala, onde os três milhões de negros foram jogados, e as várias formas de dominação do branco pelo índio. Os índios não foram incluídos; pelo contrário, suas terras, sua cultura, seus saberes e sua forma de viver e de pensar a realidade vivida foram usurpados.

Durante esse processo de celebração, temos que pensar que esses 70 milhões de pobres precisam ser reparados. Sabemos que 43 milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia, que 15 milhões de jovens são analfabetos e que quatro milhões de trabalhadores não têm onde morar. E, com certeza, esses quatro milhões de trabalhadores que não têm onde morar têm, em algum aspecto do seu processo de formação, um ponto de interseção com os índios, com os negros e até mesmo com aqueles que vieram de outros países para colonizarem e ocuparem o nosso País, mas que, nem por isso, foram incluídos.

Neste período de rememoração e de celebração, em que podemos reparar os erros praticados, algumas questões precisam ser evidenciadas nessa perspectiva de 500 anos.

Quando o branco europeu, o colonizador, aqui chegou, instituiu-se um modelo de dominação que, segundo o historiador Jacob Gorender, não teria nenhum sucesso se não fosse baseado numa forma escravocrata de exploração, se não fosse baseado num modelo que já havia sido superado no mundo antigo, na Grécia e na Roma Antiga, e que foi reintroduzido no período moderno como a única forma de viabilizar a economia da colônia: a exploração máxima da metrópole em relação à sua colônia, onde os índios e os negros, mais uma vez, foram usurpados.

Nesse processo, durante todos esses anos, tivemos muitas dívidas – a serem reparadas – para com os índios e os negros. Em relação aos índios,

deve ser feita a demarcação de suas terras, porque a Constituição de 1988 lhes assegura terras suficientes para a sua reprodução econômica, social, cultural e espiritual. Essas são as determinações da nossa Constituição de 1988, mas, lamentavelmente, há muita dificuldade em torná-las realidade, porque existe um Brasil retrógrado, o Brasil da Casa Grande, que ainda gostaria muito de ver os negros na senzala, que ainda gostaria que os índios se constituíssem em eternos oferecedores de dicas para que eles pudessem explorar nossa floresta como força de trabalho escravo ou semi-escravo – essa foi a forma como foram utilizados para auxiliarem o trabalho dos índios.

Estamos vivendo um momento de reflexão: a Igreja Católica está apresentando um documento, pedindo perdão pelos erros praticados durante o processo de colonização. É algo digno. Levamos 500 anos para que isso acontecesse, mas aconteceu. Graças a Deus, está acontecendo.

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o apóstolo do Brasil, o Padre Anchieta, com todo o respeito que temos pelo trabalho realizado pelos jesuítas, num processo de luta entre índios e portugueses, disse esta frase que considero muito infeliz: "a melhor pregação para aquela gente bárbara era a espada e a vara de ferro". Essas palavras são muito duras, porque foram dirigidas aos índios que se revoltaram juntamente com os holandeses naquela época.

Hoje, graças a Deus, a Igreja Católica faz um balanço do que aconteceu durante a fase de colonização e de ocupação do Brasil. É preciso que também as autoridades façam o mesmo. Já se passaram 500 anos, a Igreja faz o mea-culpa, mas as instituições públicas também precisam fazer o seu pedido de perdão, fazer o seu *mea culpa* aos índios e aos negros, não apenas com retórica, de dizer que as injustiças praticadas precisam ser reparadas, mas, acima de tudo, com ações concretas e efetivas.

Para os negros, é fundamental um processo de inclusão, baseado em educação, disposição de meios de dignidade, em termos de trabalho e assistência, para que essas pessoas possam ter igualdade de condições na disputa perversa que se constitui uma economia de mercado.

Para os índios, é fundamental o respeito à sua forma diferente de ser, agir e pensar, demarcando as suas terras e permitindo que continuem índios, da forma como bem entenderem. Fico muito triste quando ouço pessoas dizerem que não são mais índios, porque usam roupa e alguns têm até o cabelo enrolado. E justificam, como se essas condições fossem mais do que razões para não demarcar as suas terras. O

fato de alguns índios terem o cabelo enrolado só é uma denúncia da violência que foi praticada contra essa população, que teve suas mulheres estupradas por brancos e às vezes até por negros, porque não fazia parte do processo de colonização a presença de mulheres em grande quantidades, e, por isso, elas foram tomadas como "esposas". E, hoje, o branco colonizador diz que não são mais índios, porque têm até o cabelo enrolado. Ou seja, pratica-se a violência e, em seguida, pratica-se uma violência maior: culpar o violentado pela violência praticada.

Há outro aspecto que quero ressaltar nessa perspectiva de reparação: a demarcação das terras, à busca de fazer com que os negros também possam ter um espaço digno e justo na sociedade, deve unir-se não apenas à perspectiva e às necessidades dos negros e índios, mas de todo o povo brasileiro. Não faço um discurso exclusivista, numa perspectiva de que devemos trazer melhorias para uns em detrimento de outros. O que eu quero é que todos tenham oportunidades básicas essenciais para desenvolver as suas potencialidades.

Devemos buscar nesses 500 anos um acerto de contas no sentido de que, em reparando os erros praticados, estamos também nos tornando mais humanos, estamos nos tornando mais capazes da convivência com a diferença. E aí quero resgatar novamente algo que disse anteriormente: muitas vezes celebramos a tolerância em comparação com a intolerância. Há um filósofo que diz que a tolerância não é a contrafação da intolerância; ambas são autoritárias, porque, no momento em que eu não tolero a presença do diferente, estou assumindo claramente a minha posição de intransigente. Mas, no momento em que me arrogo tolerar o diferente, estou apenas disfarçando a minha intransigência, porque ambas são faces da mesma moeda. Quando me arrogo tolerar alguma coisa, já me estou atribuindo um poder que não tenho. Digo: você é diferente, você é atrasado, você é feio, você não presta, mas tolero você assim mesmo. Essa é uma forma disfarçada de ser autoritário, uma forma disfarçada de também praticar a discriminação. A diferença deve ser, acima de tudo, aceita, numa perspectiva de troca. Os índios são diferentes dos brancos, os brancos são diferentes dos índios e dos negros, e é essa diferença que faz com que o Brasil tenha uma das suas maiores riquezas, talvez a única razão para celebração, do ponto de vista positivo, desses 500 anos: Somos verdadeiramente uma pluralidade cultural e étnica. Somos plural, e essa pluralidade nos faz uma civilização, talvez com maiores e melhores chances no século XXI. Nessa nova fase,

nesse novo século, diz Emilia Vioti, o maior capital que um povo pode ter é essa democracia em termos das suas condições étnicas e das suas condições culturais.

Muitas vezes ficamos macaqueando a realidade da Europa e dos Estados Unidos. Muitos de nós viajam para os Estados Unidos, para a Europa e chegam aqui achando que temos defeito em tudo e que não temos qualidades. Temos grandes qualidades. Quando fui aos Estados Unidos fiquei muito triste quando ouvi o relato de uma pessoa que me disse o seguinte: "eu tinha muitos amigos, mas depois eles se casaram e tiveram filhos, e aí deixamos de ser amigos". No Brasil, quando nos casamos e temos filhos, os amigos ficam mais próximos, vão à nossa casa, celebram o nascimento do nosso filho e fazem parte da nossa vida, como se fossem tios e tias, primos e primas.

No entanto, em alguns países, lamentavelmente, essa diversificação não acontece. É branco com branco, negro com negro, índio com índio, e há uma segregação sob o manto da tolerância. Cada pessoa vai ficando no seu gueto.

No Brasil, apesar da discriminação, apesar de não sermos uma democracia racial, como profetizou Gilberto Freyre, nós temos uma pluralidade cultural que nos é imposta pelas condições em que vivemos, numa sociedade em que o mais rico tem de conviver com o mais pobre. A presença de pessoas diferentes nas escolas, nas universidades faz com que haja essa interação. Se há algo a ser celebrado nesses 500 anos, talvez seja essa nossa mistura, essa nossa capacidade de sermos imprevisíveis, essa nossa criatividade, essa nossa capacidade de enfrentarmos as diversidades, na base, muitas vezes, do improviso. Tenho muito medo dos povos que já não têm dúvida, daqueles que já acham que têm resposta para tudo, porque ter dúvida significa enfrentar a realidade com a esperança do devir. Quando já não as temos é porque o devir já está devidamente decifrado. E, no Brasil, isso ainda está por acontecer.

O povo judeu instituiu várias festas: dos tabernáculos, dos pães ázimos e a das tendas. A festa das tendas era uma espécie de rememoração do que o povo hebreu passou durante a sua saída do Egito em 40 anos. Durante 7 dias, eram obrigados a viver em tendas. Fosse rei, príncipe, chefe de guarda, servo ou escravo, todos tinham de dormir em tendas. Por que tinham que ficar 7 dias em tendas? Para relembrarem que foram cativos na terra do Egito e que durante 7 dias viveram em tendas.

Talvez o Brasil devesse instituir algum tipo de festa para rememorarmos, do ponto de vista prático,

que, durante muitos anos, durante quase 400 anos, nossos negros foram escravizados. Foi uma escravidão que não cabia mais no mundo que estava se colocando, do mercantilismo, do surgimento da indústria, mas a escravidão moderna aconteceu para que os colonizadores pudessem ter lucro máximo em relação à Colônia, que não tinha outra possibilidade de oferecer lucro se não fosse pela escravidão do negro.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, estamos aqui, hoje, com a presença dos índios e lá em Porto Seguro, em Coroa Vermelha, estão ocorrendo manifestações que precisam ser respeitadas na perspectiva da sua diversificação, da sua diversidade de sentido, de simbolismo.

Aqueles que querem ir para a festa da comemoração, podem ir comemorar e festejar. Mas aqueles que querem ir para a festa da reparação, que querem evidenciar os erros e as injustiças praticadas, devem ter um espaço para fazê-lo. Tenho certeza de que, pelos dados apresentados pela pesquisa do Ibope, do Instituto Sócio-Ambiental, em que os índios são respeitados pela população brasileira, a maioria das pessoas vai querer ir para o momento da reparação, vai querer ir para o momento do questionamento do que foi realizado, para o acerto de contas dos 500 anos passados na perspectiva de 500 anos futuros sem a exploração do branco em relação ao índio, em relação ao negro e, principalmente, em relação a nós mesmos. Isso porque quando assim procedemos nos tornamos menos humanos, quando assim procedemos nos tornamos mais empobrecidos.

Certo dia vi um documentário do que foi a civilização Inca, Asteca e Maia. Vendo toda aquela potência que foi destruída – hoje não sabemos do seu calendário, da sua astronomia, de tudo que eles produziram em termos de ciência – me deu uma profunda dor no coração, uma profunda saudade de alguma coisa que não sei onde está, mas que com certeza foi perdida em algum lugar do passado, por um colonizador que viu o diferente como algo a ser eliminado; por um colonizador que viu o diferente como algo a ser derrotado, conquistado, ao invés de ser trocado, partilhado; ao invés de ser enriquecido, enriquecendo. Existe um filósofo que diz que o homem está condenado a mudar o mundo e a mudar o mundo mudado. É isso que precisamos fazer nestes 500 anos. Lamentavelmente, as mudanças que foram feitas para os índios e para os negros são muito negativas, mas há esperança.

Concluindo, Sr. Presidente, a primeira manifestação foi realizada aqui em Brasília. É interessante, que os índios tenham vindo para Brasília para, na ca-

pital dos brancos, no governo dos brancos, dizer: queremos o estatuto dos índios, queremos a Convenção nº 69, queremos que a civilização branca aprenda a relacionar-se conosco, respeitando quais são as nossas reivindicações e os nossos direitos. Vieram aqui em uma demonstração completa de aceitação do diferente, da busca da diversidade, da busca de uma solução para um problema que dura 500 anos; 500 anos estes que não foram desejados pelos índios, afinal de contas eram cinco milhões e, hoje, são apenas 300 mil índios. Foi um verdadeira massacre.

Portanto, Sr. Presidente, a minha fala neste dia é de cumprimento e de um abraço fraterno a todos aqueles, brancos, índios e negros, que fazem essa civilização. Mas que não tenham uma visão exclusivista, a visão da casa grande em detrimento da senzala. Vamos tentar construir uma casa comum, onde exista espaço para que índios, negros e brancos possam viver com dignidade.

(Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DA SRA. SENADORA MARINA SILVA.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nesta semana há uma confluência de datas significativas. No dia 21 lembramos Tiradentes, que defendia uma capital no sertão do País. No mesmo dia Brasília completa 40 anos. No dia 22 completamos 500 anos desde que Cabral chegou ao litoral, ao mesmo tempo em que o mundo todo comemora com certa angústia, o Dia da Terra.

Mas hoje, a melhor maneira de lembrarmos do chamado “descobrimento do Brasil” e também da mobilização de milhares de pessoas em todo o mundo em favor de nosso planeta, é o 19 de abril, dia do povo da terra, dia do índio.

Pesquisa divulgada pela **Folha de S. Paulo** indica que mais da metade do DNA brasileiro não é europeu. De cada 100 pessoas brancas só 39 têm apenas linhagem européia. As demais 61 têm miscigenação: 33% de índios e 28% de africanos. Mais índio do que negro. Talvez pudéssemos dizer que somos assim mais nativos do que colonizadores. E o que é mais interessante é que o nosso sangue nativo é feminino, ou seja vem das mulheres índias e negras, já que no início da colonização vinham majoritariamente homens.

Portanto, é possível afirmar que o “descobrimento” tem mais significado para portugueses do que para brasileiros. Ou seja, uma visão não etnocêntrica, que não fosse marcada por uma interpretação oficial

da nossa história diria que esta terra foi apossada por Cabral, em 1500, após tomar conhecimento de sua existência através do português Duarte Pacheco que, como o espanhol Vicente Pinzón, esteve na costa da América do Sul anos antes.

A importância de olharmos dessa maneira é que este é o momento para desfazermos alguns mitos como a mania de sempre pôr a culpa nos outros e reconhecer que também contribuímos com as mazelas de nossa história, como a escravidão e o genocídio dos povos indígenas. Não devemos esquecer que o Brasil teve papel importante no Império português e que mesmo após a Independência manteve a escravidão legal por 66 anos.

A carta de Caminha é considerada por alguns como a "certidão de nascimento do Brasil", mas ela sugere uma falsa confraternização entre colonizadores e índios. Afinal, no Brasil viviam em torno de 4 a 5 milhões de nativos antes de Cabral e agora restam apenas 330 mil – e, ainda assim, ameaçados.

500 anos depois estamos assistindo a um movimento exatamente inverso ao que promoveu a colonização. Naquele tempo "descobridores, colonizadores e bandeirantes" vieram do mar para o sertão empurrando as comunidades nativas. Agora o sertão está, literalmente, descendo para o mar. De todo o país, caravanas de trabalhadores, de comunidades indígenas, dirigem-se para a Coroa Vermelha, para Porto Seguro, onde tudo começou. Trazem a agressividade política da afirmação da sua existência e do seu espaço. E quem há de negar que sua revolta é justa?

A destruição e a injustiça provocada pela ocupação do território desde o início da colonização, se agravou ainda mais no século XX. Recente estudo da WWF – Brasil dimensiona a destruição nesses 500 anos: foram 15% da Amazônia, 50% do cerrado e 93% da mata atlântica. Isso representa 2 milhões e 750 mil km², uma área equivalente ao território da Argentina.

Nesse 22 de abril, o que nos preocupa não é apenas como e de onde chegam as caravanas à Coroa Vermelha e o que lá vai ocorrer. A questão que me faço é como cada um dos integrantes dessa caravana nacional vai chegar de volta à casa, à aldeia, ao acampamento, ao quilombo ou até às cidades. É aí que começam os outros 500. Parte significativa do dia seguinte está nas mãos do Estado. Os índios, sem-terra, negros e ouros movimentos já estão fazendo a sua parte.

Nas páginas dos jornais há um conflito sobre o significado desses 500 anos. Igreja e Estado que há cinco séculos chegaram unidos ao litoral baiano, hoje

chegam divididos. Os excluídos, apoiados pela Igreja, lançam um olhar para os outros 500, enquanto o Governo procura sentidos positivos na lembrança dessa data.

Três acontecimentos demonstram que o sentido oferecido pelos índios e demais movimentos sociais começa a ganhar força. Primeiro, foi a desistência do Presidente da República em comparecer ao ato, por razões de segurança, algo que não assustava Caminha e Cabral naquela ocasião.

Segundo, a ameaça que os índios **suruí** fez ao presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, exigindo a aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas e da Convenção 169.

Terceiro as flechadas desferidas contra o relógio da Rede Globo no eixo monumental de Brasília. As manchetes sobre esses fatos, com certeza, chamaram mais a atenção de jovens e crianças do que os inúmeros cadernos especiais e comemorações escolares preparadas com antecedência.

Nossas raízes étnicas aliadas aos movimentos sociais presentes na Coroa Vermelha parecem nos dizer que o maior significado para esses 500 anos seria o redescobrimento do Brasil. A diferença é que agora não vão chegar caravelas. O descobrimento nesse momento vem da vergonha e das misérias de nossa própria história. Nossas elites precisam descobrir o Brasil real. Um País que não pode mais suportar a ironia de um debate, de uma teimosia às voltas com os 151 reais para o mínimo.

Considerando inclusive o nosso mosaico étnico e genético mais nativo, a marcha dos índios está sendo acompanhada por outros movimentos e populações porque na verdade essa é a marcha dos brasileiros. A marcha de quem se sente de fora do que se poderia festejar nesses 500 anos de história sob comando de uma alternância ora oligárquica, ora monopólica.

A Igreja, preocupada em reconciliar com a História, deve pedir "perdão pelos erros cometidos no passado" contra os povos indígenas e aos africanos escravizados no Brasil. O Presidente da República deveria pedir perdão e demonstrar praticamente que "outros 500" começam no domingo, dia 23 de abril.

Quanto aos índios, concluir os processos de demarcação de suas terras e fazer com que a bancada governista deixe aprovar o Estatuto das Sociedades Indígenas e a Convenção 169 da OIT.

Quanto aos negros, poderia começar por reconhecer que 111 anos depois da abolição, devemos reparação aos negros já que o Estado nunca teve políticas voltadas para integrar a comunidade negra à

sociedade. Esse gesto poderia começar com o imediato reconhecimento das 724 áreas dos ente nescentes dos quilombos – hoje são apenas 400 marcadas.

Mas em lugar disso, o governo se movimenta em dois sentidos: tenta festejar uma data com pouco significado social, considerando que estamos festejando 500 anos do país mais injusto no mundo, ao mesmo tempo em que levanta barreiras contra a marcha de índios, negros e trabalhadores sem-terra, que procuram deixar mais claro que país é esse.

O maior resultado esperado da tensão desses dias e do acerto de contas histórico feito na Bahia é uma enfática e clara atitude, por parte do governo federal – que deve-se reconhecer, é a maior força institucional estruturadora ou desestruturadora do País – que vá além de arranjos de última hora, paliativo, conjunturais ou culpas retóricas e se comprometa, de fato, com o fim do Brasil colônia. No próximo domingo, 23 de abril, começam os outros 500.

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Casildo Maldaner, 4º Secretário, deixa a presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – V. Ex. está atendida.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha por vinte minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a tímida movimentação que se observa hoje nos quatro quadrantes brasileiros é justamente essa expectativa, que considero de festa, de comemoração dos 500 anos do Brasil, de muitas conquistas, efetivamente, mas também um período que retrata a dificuldade que o nosso País teve, tem e enfrenta para solucionar uma parcela ainda considerável de mazelas que afetam a população brasileira.

Basicamente, nesses 500 anos e de forma mais acentuada nos 400 primeiros anos, o Brasil praticamente foi litorâneo, um Brasil que, em razão das dificuldades de transposição das serras, dos obstáculos naturais, concentrou-se nas regiões litorâneas. E é de pouco tempo para cá que essa transposição começa a acontecer. Não é para a alegria nossa a constatação de que o Brasil ainda, pelo modelo econômico que se traçou, experimenta uma brutal concentração de rendas e uma diversidade regional muito acentuada, impondo às populações dessas regiões uma condição de vida também muito diferenciada: alguns privilegiados aproveitando, tanto quanto possível, os benefícios que os avanços tecnológicos estão a ofere-

cer à sociedade urbana, na outra ponta, do outro lado, umas das mais baixas condições de vida da população brasileira são encontradas no interior, legada ao esquecimento, envolvidas com as lutas da luta pela sua própria sobrevivência, sem conhecer, sem experimentar, sem usufruir desses benefícios que o avanço tecnológico tem oferecido à população brasileira, notadamente as regiões rurais mais desenvolvidas.

Vejam, só nesse sentido, apenas para exemplificar, que um insuflante trazido na vida do homem urbano, da cidade da invenção, que é a energia elétrica, é um benefício que é usado praticamente por milhares de brasileiros em todos os cantos deste País. O interior – e principalmente o interior do Brasil – experimenta muito isso. Festa, na verdade, o interior do Brasil ainda é habitado por milhares e milhares de brasileiros que não conhecem a energia elétrica. É só o benefício que é usado, de fato, de mítardilines que à noite desfiam o seu fio, seu fio dentro da sua casa ou nas proximidades, esse benefício para poderem ligar um ventilador, uma lâmpada, um rádio, um rádio, sem contar com a assistência médica, a cidade, os outros serviços públicos que são garantidos nas cidades e outros centros mais desenvolvidos, estando por onde experimentar.

Por essa razão, só como estamos os 500 anos, talvez seja o momento, meses de comemoração e mais de reflexão do que é litorâneo, sobretudo, do que se precisa fazer. Isso, na minha opinião, seja o ponto crucial de um momento.

Só a Amazônia ocupa 62% do território nacional. E é um território, ambientalmente, por outros países, por outros continentes, envolvidos, de olho grande na sua biodiversidade, nessa riqueza genética extraordinária, pouco ou quase não é utilizada. E só só só tem o tempo de aproveitar todas as riquezas amazônicas. As riquezas naturais, enfim, todo esse potencial que o País tem de produzir alimentos, já que a natureza é extremamente generosa com o Brasil, com riquezas naturais, produtivas, recursos hídricos e aquáticos, condições climáticas privilegiadas que, de fato, em diversas razões, não temos aproveitado para oferecer uma melhor condição de vida a essa população desamparada, desabrigada e desassistida do Brasil.

O homem do campo estabeleceu, de uns tempos para cá, uma rota inexorável em direção à cidade. Cansado da falta de assistência, do desamparo e de não ser ninguém, ele tem deixado seu ambiente natural e buscado as lides da cidade. Mas nem sempre encontra ali a materialização dos seus sonhos; muitas vezes, ao contrário, encontra uma situação ainda mais difícil, muito mais complicada do que aquela em que ele vivia no seu habitat natural.

Recentemente, vimos uma manifestação que reflete o desespero das cidades hoje, expressada, de maneira geral, em todo o seu aspecto social, ambiental, cultural, estrutural, financeiro, fundamentalmente, basicamente é

mantida pelo povo – de impedir e dificultar a implantação de um processo de desenvolvimento no interior e no centro-norte deste País. Vejam V. Ex^{as} a questão que inibe a implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins. A Europa aproveitou os seus mananciais e acabou fazendo uma interligação entre bacias com canais artificiais que permitem o seu uso como modal de transporte de bens e serviços, facilitando a vida da sua população, a organização da sua economia e, consequentemente, alcançando os objetivos sociais, ou seja, oferecendo à sua população melhores condições de vida. Mas não querem permitir que isso aconteça no Brasil dos 500 anos.

O que passou, passou. Temos de enfrentar isso com a coragem e a determinação que o povo brasileiro sempre teve, não só para suportar as mazelas e os sofrimentos, mas para buscar, com determinação, as extraordinárias possibilidades que as condições brasileiras podem oferecer. Vamos, sim, transformar o centro-norte do País, com as condições privilegiadas que tem, em um dos mais pujantes pólos agroindustriais deste planeta, com uma produção de alimentos que irá mitigar não só as necessidades nacionais, mas será a contribuição do centro-norte brasileiro para a demanda de alimentos sempre crescente que se expressa em diversas regiões, em diversos países. Bastaria lembrar a situação da Índia, a situação da África, para entendermos que essa deve ser uma preocupação deste País, que se quer moderno e desenvolvido. E não há como nos fecharmos numa redoma de vidro e nos isolarmos dessa integração internacional que, com o fenômeno da globalização, a cada dia que passa, estreita-se mais.

Haveremos de cumprir nosso desiderato e alcançar o destino reservado ao Brasil no cenário internacional. Naturalmente, isso passa pela integração das diversas regiões, dos diversos povos, inclusive indígenas, que têm uma importante contribuição a dar à integração social, cultural e econômica a que o Brasil se propõe.

Era essa a reflexão que gostaria de trazer nesta manhã, no momento em que o País inteiro se movimenta para rememorar e rediscutir os 500 anos de sua existência.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Tião Viana, deixa a presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, é com muita preocupação que trago ao Plenário do Senado Federal os últimos dados sobre a prevalência da malária em nosso País,

que me foram gentilmente fornecidos pela Fundação Nacional de Saúde.

Lamentavelmente, em 1999, o Brasil apresentou o mais elevado nível de incidência de malária dos últimos dez anos. Essa é uma situação que traz grande apreensão, pois havia uma média de 400 a 500 mil casos, o que é algo intolerável do ponto de vista epidemiológico e de saúde pública, e, em 1999, registramos 609 mil casos. Esses números são bastante preocupantes, porque quem conhece malária com mais profundidade sabe que é uma doença que expõe o cidadão a risco de vida efetivo, principalmente quando se trata da malária *falciparum*. Esta, felizmente, tem menor incidência do que a malária *vivax*, que é a que mais tem atingido a população brasileira e das Américas.

Sempre é bom lembrar que dois bilhões de cidadãos do planeta vivem em áreas de risco, expostos à malária, devido à possibilidade de contaminação pelo plasmódio, sendo que milhões de cidadãos são gravemente infectados, com centenas de milhares de mortes todos os anos. É a doença infecciosa e parasitária que mais mata em nosso planeta. Não é um problema restrito ao Brasil, mas nós registramos quase metade dos casos das Américas.

Trata-se de uma doença antiga, muito mais antiga do que os 500 anos do Brasil, mas, lamentavelmente, o nosso modelo de saúde pública não conseguiu ainda superar as dificuldades a ela relacionadas. A malária não é apenas um componente indesejável da saúde pública, é uma doença de grave risco de vida, de grave e elevado nível de morbidade em nosso País.

A região amazônica é a que mais sofre, pois mais de 98% dos casos de malária estão ali concentrados. O Estado com maior número de casos é o Pará, seguido do Amazonas e de Rondônia. O meu Estado, o Acre, felizmente, registra a menor presença de malária dentro da região amazônica, o que não quer dizer que a situação lá não seja preocupante e esteja a exigir a atenção das autoridades estaduais.

Há um crescente número de pessoas resistentes ao tratamento alternativo e convencional que atualmente é dado à malária, o que nos coloca numa situação de alerta muito maior, porque se trata de uma doença que, quando se manifesta, em sua forma mais grave – a chamada malária *falciparum* –, não há um tratamento eficiente, resultando sempre na morte do paciente.

Portanto, este é um alerta às autoridades brasileiras, à população da região amazônica e, principalmente, aos seus Governadores. Se fizermos um levantamento das ações do Estado brasileiro na Região Amazônica, verificaremos que poucos governos estaduais assumiram a responsabilidade que deveriam ter na condução da redução dos casos de malária.

Infelizmente, a insensibilidade com a questão faz com que os governos estaduais apenas reivindiquem recursos na área federal, promovendo poucas ações dentro dos Estados para o combate e o controle da malária.

Felizmente, a Fundação Nacional de Saúde, por meio do seu Presidente, Dr. Mauro Costa, tem adotado a política da descentralização, responsabilizando mais os governos estaduais. Lamentavelmente, porém, não há maturidade por parte dos governos estaduais, que não cumprem o dever de combater e controlar a malária dentro dos Estados da Amazônia. No entanto, essa responsabilidade não pode mais ser adiada. Os Governadores da Região Amazônica têm que participar de um fórum permanente e dinâmico, integrado com o Governo Federal, com vistas à criação de políticas próprias e muito bem definidas em relação ao controle e à redução tanto da morbidade quanto da mortalidade dessa doença. Não dá mais para seguirmos a prática do passado.

Hoje, a Fundação Nacional de Saúde do Brasil está tentando dividir tarefas, está tentando estadualizar, municipalizar a questão do controle de endemias. Infelizmente, os governos estaduais, em sua quase totalidade, não têm demonstrado sensibilidade, compreensão e, principalmente, ação em relação ao controle da malária, o que é profundamente lamentável na medida em que expõe a população amazônica.

A malária é uma das doenças mais conhecidas do Planeta, um dos grandes desafios à ciência e à saúde pública. No entanto, nossos governantes, principalmente estaduais, mostram-se despreparados e sem a necessária sensibilidade para solucionar esse grave problema.

O Dr. Mauro Costa, Presidente da Fundação Nacional de Saúde e – faço questão de afirmar – um dos mais competentes gestores de toda a história daquela Fundação, tem uma oportunidade histórica nas mãos. Se lembarmos a história das endemias no Brasil, vamos observar que a dinâmica que está sendo posta hoje, do ponto de vista gerencial e do planejamento estratégico, está à altura do Brasil, em termos de Fundação Nacional de Saúde, mas está distante quando se fala da responsabilidade política e da gestão por parte dos governos estaduais e municipais. Infelizmente, a maioria dos secretários municipais de saúde da Amazônia não tem noção dos mecanismos de transmissão da malária. Essa é uma demonstração de que a informação mínima não chegou a essas unidades. E não estamos mais no começo do século, quando os meios de comunicação não existiam de uma maneira abrangente e a informação não cheava em massa para a população para que ela pudesse se defender.

Temos um exemplo histórico e bonito: a República Dominicana registrava, no início dos anos 60, cem mil casos por ano de malária. Cuba, a poucas milhas ou quilômetros de distância, registrava também cem mil casos de malária. Entretanto, o governo cubano priorizou o combate às endemias e extinguiu a malária em menos de uma década, enquanto a República Dominicana ainda registra cem mil casos de malária todos os anos. O sul da Itália, na década de 40, entendeu que precisava enfrentar a malária com desenvolvimento humano, sócio-econômico e saneamento básico. Assim foi feito, e a malária foi extinta naquela região.

Há, portanto, exemplos históricos que nos permitem uma reflexão de mais responsabilidade, de mais comprometimento e de entendimento no sentido de que os governos estaduais da Amazônia precisam priorizar uma doença que atinge as populações pobres.

Temos um exemplo interno, no território nacional, que deveria servir como um sinal de alerta. Quando a Fundação Nacional de Saúde e o Governo Federal investiram, entre a década de 80 e a de 90, no programa das hidrelétricas na Região Amazônica, houve uma ação de controle epidemiológico efetivo. Assim, o temor de que a malária sofresse o mais amplo descontrole e houvesse uma explosão de casos dentro das áreas de construção dessas hidrelétricas não se concretizou, porque a vigilância epidemiológica, o tratamento precoce e o controle das áreas estava bem definido por uma política federal. Isso ocorreu porque ali não estava representada a população amazônica de maneira isolada ou no seu perfil de pobreza como é colocado hoje; ali havia técnicos importados do centro-sul, que precisavam da proteção do Estado.

Esse exemplo não deve fugir à nossa memória. Quando se quer, se consegue. Se a lógica de governo hoje é a estadualização e a municipalização, com o que concordo, então temos que dividir e transferir a responsabilidade principalmente aos Governadores da Amazônia, para que ajam de maneira mais efetiva dentro de uma visão de saúde pública, cumprindo metas e protegendo a nossa população.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena) – Compartilho inteiramente, Senador Tião Viana, com as preocupações de V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

MATERIAIS:

Distribuição de Leis/Leis por Região - Período: 01/1997 a 12/1999

UF	População	Estado	Positivos	Autônomos	Importados	IPAM	IASI(M)	IPF(2)	PAU(2)	Faltipara	Alvareia	Alvareia	Materias:
ACRE	1.273.853	349.784	43.225	53.376	0	48.81	26.97	15.19	17.32	16.91	47.93	352	1
ALDE	521.337	85.772	2.3378	17.510	0	4.215	35.15	16.44	27.56	17.33	7.973	16.45	257
AMAZONAS	2.580.650	563.359	164.167	165.183	0	54.39	21.83	29.59	19.21	35.238	135.190	735	1
BAIANA	266.932	145.547	34.238	35.939	0	35.0	124.54	54.94	24.71	17.85	7.372	25.869	237
ESPI	5.886.454	725.801	63.374	224.432	0	1.398	33.13	12.50	30.76	12.24	45.349	190.473	1.154
ESPI	475.751	95.713	1.164	27.139	0	1.516	51.59	19.49	35.42	12.65	3.492	25.557	45
ESPI	1.134.895	11.824	1.231	1.023	0	1.009	6.90	1.94	17.17	16.26	5.517	1.071	27
ESPI	5.413.349	296.415	63.798	51.917	0	2.961	9.58	5.47	19.47	6.05	4.411	49.946	264
ESPI	2.734.152	51.163	159	3	0	156	0.00	0.61	1.42	13.27	37	115	5
ESPI	7.151.926	9.699	76	9	0	99	0.00	0.12	1.04	23.44	22	93	3
EITO GRANDE DO NORTE	6.551.561	1.79	23	1	0	25	0.00	0.01	13.97	22.06	5	16	6
ESPI	3.375.409	2.475	15	6	0	13	0.00	0.37	0.53	15.38	2	12	1
ESPI	7.150.925	2.892	46	0	0	46	0.00	0.94	1.44	23.26	13	33	3
ESPI	2.713.525	72	11	1	0	11	0.00	0.39	0.39	15.28	1.39	1	12
ESPI	1.711.291	298	1	0	0	6	0.00	0.02	2.08	15.67	1	1	1
ESPI	12.955.211	11.762	15	2	0	51	0.00	0.69	0.45	23.76	13	35	9
ESPI	17.225.655	4.002	179	1	0	178	0.00	0.91	17.41	57.55	35	138	1
ESPI	1.935.861	7.008	46	22	0	74	0.01	0.24	1.35	21.59	21	73	1
ESPI	15.897.312	272	11	0	0	31	0.00	0.09	17.47	45.10	23	46	1
ESPI	35.316.350	1.757	272	10	0	282	0.00	0.00	16.32	21.53	62	236	4
ESPI	9.375.972	2.139	324	59	0	274	0.01	0.02	15.21	5.25	17	106	1
SANTA CATARINA	5.078.453	463	27	1	0	25	0.00	0.01	5.05	15.53	7	36	9
ESPI GRANDE DO SUL	3.971.010	61	24	1	0	26	0.00	0.00	42.52	12.33	1	21	6
ESPI	2.026.002	79	53	1	0	52	0.00	0.04	7.97	12.70	3	35	1
ESPI	2.375.449	41.552	6436	5.979	0	467	2.47	1.25	15.27	25.10	1.530	4.741	76
ESPI	4.833.725	3.650	163	0	0	166	0.00	0.05	4.47	12.31	22	121	4
ESPI	1.930.516	294	78	0	0	71	0.00	0.01	25.76	21.58	24	47	3
Total Período	145.742.554	2.373.014	594.964	14.593	0	120.47	25.67	12.52	112.937	472.143	2.525	392	

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

Convidado a Senadora Thelma Siqueira Campos para assumir a presidência para que depois eu possa fazer uso da palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, antes de mais nada, registro a minha solidariedade absoluta ao movimento indígena e ao seu direito de ocupar espaços públicos para registrar o seu protesto em relação aos 500 anos de opressão.

Mas ocupo a tribuna por outros motivos. Hoje, em Curitiba, saiu uma nota oficial do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, assinada pelo Sr. Abdo Aref Kudri, Presidente do Sindicato, opondo-se, criticando e protestando em relação a declarações que fiz desta tribuna alguns dias atrás. Essa nota, Srª Presidente, foi publicada por alguns jornais do Paraná. O estranho é que essa imprensa acovardada e subsidiada do meu Estado publicou a nota de protesto em relação a uma manifestação minha, mas não publicou a manifestação. Os leitores desses jornais ficaram sabendo que o Sindicato não gostou das denúncias que fiz da tribuna do Senado Federal; entretanto, não sabem quais são essas denúncias, porque, simplesmente, os jornais não as publicaram.

Eu denunciava o caixa dois do grupo afiliado à Rede Globo no Paraná: o jornal Gazeta do Povo e a própria TV Paranaense, canal 12. Como não sou de fazer denúncias sem dar nomes, citei fatos e dei o nome de Francisco Cunha Pereira, sócio da Globo no Paraná e sócio do jornal Gazeta do Povo, que não publica nada.

Rememorando a denúncia: recebem dinheiro para não publicar nada. Esse conglomerado, que é responsável por 80% da circulação da mídia televisiva ou impressa do meu Estado, é o responsável pelos escândalos que abalam o Paraná e que acabaram com as nossas finanças.

Presidente, para que V. Exª imagine o que acontece, outro dia fui dar uma conferência na Faculdade de Direito de Curitiba e, no fim da conferência, fiz uma pesquisa de opinião, perguntando aos universitários se eles sabiam qual era a natureza da empresa de água e esgoto do Paraná, a Sanepar, se era pública ou privada, se era nacional ou internacional. Todos, absolutamente todos, acreditavam que era uma empresa pública. Entretanto, essa empresa foi vendida a um grupo francês chamado Vivendi. Não sabiam porque a imprensa não noticiou. Da mesma forma, ninguém sabe que a Copel foi vendida.

Ontem, os jornais publicam um balanço fraudado do Governo do Estado, que apresenta um superávit, utilizando recursos do empréstimo para o saneamento do Banco do Estado do Paraná, que foram retirados no fim do ano e repassados para o Banco Central posteriormente, simplesmente para fins de maquiagem de balanço. Não há uma nota crítica. Contei casos que aconteceram comigo, a tentativa de pedir recursos por fora. "PF", eu dizia ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, que estava na presidência na sessão em que eu ocupava a palavra. E o "PF" não é pronto feito, é "por fora". Denunciei essas coisas todas e, de repente, veio o protesto. Mas um protesto que não foi antecedido pela publicação da minha denúncia. Que coisa horrível para a imprensa do Paraná, subsidiada, subvencionada e parcialmente comprada pelo Governo do Estado para que silencie!

Por exemplo, as últimas denúncias foram pesadas, de corrupção da Prefeitura de Londrina em relação ao grupo que representa a TV Globo, a TV Paranaense, canal 12. É o maior escândalo do Brasil! É um escândalo dezesseis vezes maior que o escândalo do Pitta em São Paulo. Porém, o jornal **Gazeta do Povo** não publicou até hoje uma linha, não digo nem de denúncia, de transcrição das denúncias do Ministério Público em relação à corrupção em Londrina. Por quê? Porque está estipendiado, subsidiado e calado.

Quero aqui fazer uma sugestão – posteriormente farei um requerimento – à Receita Federal, ao nosso Everardo Maciel: que faça um levantamento do enriquecimento dos representantes da TV Globo no Paraná, da evolução da riqueza do Dr. Francisco Cunha Pereira, e, talvez, consigamos aprofundar as raízes da corrupção na imprensa do nosso Estado.

Agora, perdoe-me o Dr. Abdo Aref Kudri, que me chama de ilustre Senador Roberto Requião e diz que novamente eu assesto minhas baterias contra a imprensa do Paraná. Não é contra a imprensa do Paraná, mas contra determinados órgãos que foram aqui nominados. Não me venha o sindicato com essa conversa de acusações a toda a imprensa, até porque temos uma multiplicidade de rádios absolutamente independentes no interior do Estado, que estabelecem o pluralismo democrático, e temos os pequenos jornais do interior, que não se acovardam e não se vendem.

Mas o sindicato publica o desmentido sem publicar a acusação. E isso é uma manifestação de corrupção implícita e de covardia absoluta.

O Dr. Abdo Kudri poderia ou poderá ser objeto também de algumas considerações minhas. Trata-se

de um pequeno jornal, que fatura na mesma proporção por centímetro de página ou por página ou por coluna, a **Gazeta do Povo**, com uma tiragem de cem mil exemplares. Eu, se o Dr. Abdo insistir e assim desejar, posso aprofundar as considerações sobre o preço da tabela de publicações, para o Estado, do **Diário Popular**, que é o jornal que o Dr. Abdo divide com o Francisco Cunha Pereira, da **Gazeta do Povo**. Não é o caso agora. Agora eu só pediria ao Abdo Kudri, que é meu amigo, conhecido de muitos anos, que, uma vez que publicou a nota oficial, o sindicato mandasse a matéria que originou essa nota oficial, que não é do conhecimento de nenhum paranaense – a não ser que tenha se sintonizado na rádio e na televisão do Senado da República. No Paraná, há seis anos, não consigo falar pela grande imprensa, porque ela está comprada.

Fica aqui o registro, o protesto e a sugestão ao Everardo Maciel, da Receita Federal: vamos dar uma olhada na evolução patrimonial dessa gente que controla a imprensa no Paraná. Talvez tenhamos um caso explícito de transferência de recursos públicos para o patrimônio pessoal. Talvez não: temos certamente!

Vamos agora a uma matéria que a **Gazeta do Povo** não publicou – ela não publica nada. O Sr. Waurides Brevilheri Junior faz um depoimento, por escrito, aos Promotores de Justiça e Defesa do Patrimônio Público de Londrina – promotores estaduais.

Tenho vinte minutos, podia fazer uma síntese desse processo, mas creio que os telespectadores do Paraná e do Brasil têm o direito de ter acesso, de forma completa, a essa interessante documentação, e vou lê-la na sua integralidade:

Waurides Brevilheri Junior, já qualificado perante a douta Promotoria, vem mui respeitosamente informar o que segue:

[E o que se segue, minha Presidente, é terrível! É o processo de corrupção do Governo do Paraná, do Jaime Lerner, da sua Vice-Governadora, Emilia Belinati, com provas documentais. Vamos lá.]

– Dioniltro Rubens Pavan, presidente da Sercomtel S/A [que é a companhia telefônica de Londrina], telefonou-me na tarde do dia 10 de março de 1998, no telefone celular (43) 995-1030 [o prefixo de Londrina, para quem quiser testar o telefone, é 43], solicitando que fosse ao seu gabinete na diretoria da empresa telefônica municipal, com sede na Rua Professor João Cândido, centro de Londrina, para tratar de assuntos

até então obscuros, mas ressaltando que 'deveria trazer o talão de notas fiscais da Metrópole Propaganda' [que é a empresa do Waurides Brevilheri];

– Lá chegando foi imediatamente atendido pelo referido denunciado e disse que 'Gino Azzolini [que era o Secretário da Fazenda do Prefeito Belinati] e eu precisamos de um favor seu'. Ele explicou em pormenores que já havia gastos de campanha eleitoral de Emilia Salles Belinati [a atual vice do Governador Jaime Lerner], pretendia candidata a Senadora na época, quando já ocupava o posto de Vice-Governadora do Estado do Paraná. E que existia uma empresa disposta a colaborar espontaneamente para a referida candidatura eleitoral e que necessitavam (Pavan [Presidente da Sercomtel] e Azzolini [Secretário de Finanças da Prefeitura]) de uma nota fiscal de empresa idônea e que estivesse em dia com suas obrigações fiscais, sendo que deveria ser de uma empresa administrada por alguém de confiança da administração municipal de Londrina.

– Como a Metrópole Propaganda manifestou anteriormente sua intenção de participar da futura concorrência para a escolha das agências de publicidade que atenderiam a conta da Sercomtel S/A, o presidente sugeriu que o ato de boa vontade [ele chama essa patifaria de boa vontade] neste momento reforçaria tanto o elo de confiança como também haveria a manifesta colaboração do diretor-presidente, Dioniltro Rubens Pavan [com um nome desses não poderia ser um sujeito sério, não é, Presidente?], para auxiliar a dobrar resistências, se houvesse, para que a Metrópole Propaganda pudesse ser uma das escolhidas.

– Confiente em sua persuasão, Dioniltro Rubens Pavan adiantou ainda que havia um compromisso de Antonio Casemiro Belinati [o marido da Vice-Governadora, então candidata a Senadora], dele próprio e de Gino Azzolini para que a primeira escolhida fosse uma agência de São Paulo.

– Ao ser inquirido do valor pretendido a ser sobreposto na nota fiscal da empresa Metrópole Propaganda, Dioniltro Rubens Pavan informou que o valor seria de R\$600.000,00 (seiscentsos mil reais). Como a empresa não tinha um movimento de tal

envergadura e portanto não suportaria tal encargo fiscal, o presidente da Sercomtel S/A citou que não haveria problema, pois então a outra metade seria conseguida do Sr. Marco Antonio Ramondini, diretor na época da TV Tropical, retransmissora da Rede CNT em Londrina.

– Dioniltro Rubens Pavan, presidente da Sercomtel S/A, informou então que a nota, no total de R\$323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), de nº 139, datada de 11 de março de 1998, conforme cópia que ora anexa, seria emitida contra a empresa Inepar S/A Indústria e Construções, com endereço na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 11.400, em Curitiba, Estado do Paraná.

– A referida empresa Inepar S/A, conforme cópias de seu próprio site na Internet, mantém parcerias econômicas e financeiras com a empresa dirigida pelo Sr. Dioniltro Rubens Pavan, como a empresa portal da Internet Onda S/A e da própria telefônica de base fixa, como acionista da Copel S/A [Companhia de Energia Elétrica do Paraná]. Ela tinha em Ingo Hubert, atual presidente da Copel, um de seus colaboradores funcionais.

Da relação apresentada constam os seguintes documentos:

– Fotocópia da nota fiscal nº 139, data da de 11 de março de 1998, da empresa Metrópole Propaganda S/C Ltda., no valor de R\$323.000,00, onde está registrado o seguinte histórico [é o invólucro da patifaria]: 'Serviço de consultoria de negócios, desenvolvimento de pesquisas e estratégia da atuação mercadológica para televisão por assinatura em Londrina'. [Era o pretexto para a emissão da nota de uma pequena empresa de publicidade chamada Metrópole, que não entendia nada desse tipo de atividade descrita pela nota].

– Fotocópias de 3 cheques nominais à Metrópole (dos 4 cheques) que foram entregues nas mãos do presidente da Sercomtel S/A, Sr. Dioniltro Rubens Pavan, nos seguintes valores e números: CX-363270, no valor de R\$150.000,00; CX-363272, no valor de R\$30.000,00; CX-363273, no valor de R\$30.000,00. Todos datados de 13 de março de 1998.

– São todos eles do Banco Itaú e nominais ao próprio titular por ordem expressa do presidente da Sercomtel, Sr. Dioniltro Pavan, e posteriormente depositados na conta de uma empresa desconhecida do titular da conta corrente.

– De acordo com a microfilmagem da compensação efetuada pelo Banco Itaú, em anexo, foi depositado na conta de Master Oyster Presentes Ltda., na agência São Paulo, Rua Pamplona 1839, Jardim Paulista, São Paulo – SP, de nº 188, conta corrente nº 48.785-4, com a seguinte orientação manuscrita: 'autorizamos depósito cheque c/c Master Oyster Presentes'.

– A microfilmagem do cheque nº 363271, de R\$70.000,00 (setenta mil reais), o quarto cheque cedido ao Sr. Rubens Pavan, 'confirma que houve emissão de 'Doc' a favor de Caluan Pav. Obras Ltda. do Banco 038 – Agência 317 – C/c 108-6, empresa de propriedade do Sr. Cassemiro Zavierucha [que era o operador contábil, o financeiro da campanha do Governador Jaime Lerner e da Vice-Governadora Emilia Salles Belinati, na região de Londrina]. Há no verso do cheque microfilmado a anotação de funcionários do Banco Itaú informando 'confirmando a emissão c/ Quitéria', que responde pela Metrópole Propaganda no setor administrativo-financeiro.

Sendo só o que o declarante tem a informar nesta ocasião, assina este documento mui respeitosamente.

Portanto, estamos vendo como lá, no Paraná, o pessoal ligado ao Governo e à Vice-Governadora mete a mão em recurso público! A informação que tenho, sujeita ainda a confirmação, é que uma parte desses recursos serviu para comprar um apartamento em Curitiba, em nome do filho da Srª Emilia Salles Belinati, o Deputado Estadual Antônio Belinati.

Não se faz acusações sem documentos. Não sei se a TV Senado tem a capacidade de dar um close, mas aqui está a nota fiscal da TV Metrópole contra a Inepar, que deu origem ao faturamento desses R\$323 mil.

Essa é uma matéria que a **Gazeta do Povo**, no Paraná, não publica. É mais uma denúncia que acrescento às já feitas. O Dr. Francisco Cunha Pereira gosta de posar de defensor das causas paranistas. Estou

tentando mostrar que ele utiliza essa imagem no seu jornal para enriquecer-se à custa de dinheiro público, e vende silêncio.

A Gazeta é o jornal de maior tiragem no Paraná. E reitero que até hoje não publicou nenhuma notícia do maior escândalo em andamento no Brasil, que é o da Prefeitura de Londrina.

Em Curitiba, a respeito do Abdo Kudri e do Francisco, o pessoal conta uma história em tom de blague, de ironia e de piada: o Francisco é o doce, é o que se omite, é o que recebe para não falar; e o meu amigo Abdo Kudri é o braço armado. Eles dizem então que o Francisco é a mão que afaga, e o Abdo é a mão que apedreja.

Mas vá apedrejar, Abdo, quem não tem condições de se defender! Porque, hoje, com a existência da TV Senado, embora ela seja retransmitida somente a cabo, vocês não me cortarão mais a palavra no Paraná. Não há mão que afague nem que apedreje que possa conter as denúncias que vou fazer desta tribuna.

Por hoje, é isso. Depois da Páscoa, vou trazer uma documentação da emissão de cheques entregues a uma empresa de publicidade de São Paulo que assessorou a campanha à Prefeitura do Sr. Case-miro Belinati, e que recebeu cheques de uma conta-fantasma no Banco do Brasil do alto da Rua 15. Tenho a comprovação e a declaração de que o dono da empresa de publicidade não agiu ilegalmente; vendeu serviço e recebeu por ele cheques de uma conta-fantasma por onde circularam, na época, mais de US\$40 milhões, em 90 dias. É algo extremamente interessante, que jamais foi publicado no Paraná pelo Francisco Cunha Pereira ou pelo Abdo Kudri.

Modus in rebus, vamos com calma, moderação comigo! Não tenho medo de vocês! Tenho um mandato parlamentar que me dá condições de imunidade. Não vão intimidar-me com processos frios no Judiciário do Paraná e pretendo acabar com a corrupção na imprensa do Paraná da tribuna do Senado. E valha-me Everardo Maciel, da Receita Federal, que vai debruçar-se sobre as declarações, sobre os sinais exteriores de riqueza e sobre as origens das fortunas que foram acumuladas à custa do erário no Estado do Paraná. A marmelada vai acabar! Os senhores encontraram pela frente um Senador da República respaldado por uma das maiores votações do Brasil.

Sr^a Presidente, tenho o orgulho de ter sido enviado para o Senado da República com a segunda maior votação proporcional do Brasil. A primeira é a do Senador Iris Rezende e a segunda é a minha. A diferença é que, já na campanha para o Senado, en-

frentei essa canalha da imprensa do Paraná, o silêncio e as acusações falsas que me faziam. Mas, respaldado nos votos, na imunidade parlamentar, que me deixa a salvo da guerrilha judicial, vou acabar com a corrupção na imprensa do Paraná, custe o que custar!

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, a Sra. Heloísa Helena, deixa a presidência, que é ocupada pela Sra. Thelma Siqueira Campos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Srs e Srs. Senadores, primeiro, quero prestar a minha solidariedade ao Senador Roberto Requião. Várias vezes, nesta Casa, já tive oportunidade de dizer que enfrento o mesmo problema na minha querida Alagoas. A minha mãe dizia sempre, Senador Requião, que o pescoço podia ser magro, mas nele não cabia canga – canga, no interior, é aquele objeto que se coloca em cima do burro. Minha mãe dizia muito isto: "Em pescoço de filho pobre meu não cabe canga". O meu é como o pescoço de V. Ex^a.

Sr^a Presidente, neste fim de semana, a partir de hoje, existem, sem dúvida, três datas extremamente importantes a se comemorar; três datas extremamente especiais na vida do povo brasileiro. A primeira, que é hoje, e sobre a qual vários companheiros parlamentares já tiveram a oportunidade de falar, é o Dia do Índio; 21 é o Dia de Tiradentes; e 22, "o Dia do Descobrimento".

Quero, no dia de hoje, fazer uma saudação à resistência indígena, à resistência dessa grande história de luta. Desde o Império Colonial, tentaram destruí-los a ditadura, as oligarquias regionais e locais e o Estado brasileiro, com sua parcialidade hostil. E mesmo diante de tantas adversidades, com a força da identidade histórica e cultural, os povos indígenas estão se reconstruindo, reinventando a si próprios, recuperando os limites de suas áreas, lutando e projetando um futuro para as novas gerações de comunidades livres, orgulhosas por se considerarem um povo e por terem uma história e um destino.

Saúdo todas as nações indígenas e, muito especialmente, as da minha querida Alagoas. O sangue das índias andarilhas que corre em nossas veias, misturado de forma maravilhosa com o das negras

guerreiras, ajuda nossos corações alagoanos a pulsar com a batida firme da coragem, da solidariedade, da liberdade e da esperança.

Saudo os povos indígenas da minha querida Alagoas, os povos xucuru-kariri, da minha Palmeira dos Índios; wassu-cocal, de Joaquim Gomes; karapotá, de São Sebastião; jiripankó, de Pariconha; kari-xocó, de Porto Real do Colégio; tingui-botó, de Feira Grande; kalancó, de Água Branca, e o nosso vizinho xocó, de Porto da Folha, no Estado de Sergipe.

Srº Presidente, eu gostaria ainda de não deixar passar em branco o dia 21, que é o Dia de Tiradentes, desse guerreiro que lutou pela soberania nacional. É sempre o momento de o povo brasileiro relembrar o movimento de 1780, que teve como causa a derrama de 20% de tributos de ouro que eram arrancados do Brasil para sustentar a Coroa portuguesa.

Hoje, pagamos mais de 30% do PIB, mais de 50% do Orçamento nacional para financiar a agiotagem internacional. Portanto, nada mais lógico que pudéssemos reviver aqueles dias; rediscutir quem, hoje, no cenário do poder político brasileiro, deveria ser caracterizado como o Visconde de Barbacena, que garantiu os interesses da coroa portuguesa à custa da dominação e da sangria do nosso País, ou como o Silvério dos Reis, traidor da Pátria, entreguista. Então, talvez fosse o momento de, ao se discutir o guerreiro pela soberania nacional, o Tiradentes, fazermos uma associação da derrama de 20% dos tributos de ouro para que se sustentasse a coroa portuguesa com os mais de 30% do PIB e os mais de 50% do Orçamento nacional para se financiar a agiotagem internacional, caracterizada muito bem pelo Fundo Monetário Internacional, o conhecido saprófita da Humanidade que, infelizmente, impõe, por meio de um jugo maldito e perverso, as regras no nosso querido Brasil.

Srº Presidente, não poderia também deixar de falar um pouco sobre o dia 22. Lembro-me de que 1992, ao se completarem os 500 anos da chegada dos colonizadores espanhóis à terra dos Astecas, do Incas e dos Maias, houve um grande debate na imprensa européia e latino-americana, com repercussão, inclusive, no Brasil. Como resultado desse debate, não mais se utilizou o termo "descobrimento", mas sim "conquista". Assim, sem rodeios, se deixava claro que o que se passara naqueles dias não fora um descobrimento – porque tratava-se de uma terra já descoberta, da mesma forma como ocorreu com o nosso País – e, sim, uma conquista. Sem rodeios, sem mais delongas, tratava-se simplesmente da discussão da conquista que ocorreu na terra dos Astecas, dos Incas e dos Maias.

Oito anos depois, o Governo brasileiro e a grande mídia, até com relógio com contagem regressiva, comemoram os 500 anos. Todos sabemos que comemorar não é apenas trazer à memória, não é apenas fazer recordar. É, por intermédio desse "fazer recordar", comemorar com o aspecto de festejo, mesmo. É claro que só celebra e festeja quem tem motivos para isso, o que não é o caso dos negros, dos índios e da maioria do povo brasileiro.

O Governo brasileiro e a grande mídia comemoram os 500 anos do "Descobrimento do Brasil". Não faltarão nem mesmo o Presidente de Portugal, um estado de sítio informal na região do desembarque e tantas outras coisas abomináveis que têm acontecido nesses dias e que nós já tivemos a oportunidade de, várias vezes, denunciar e discutir no plenário. Para piorar as coisas, os Ministros encarregados estão mais preocupados em organizar uma grande festa do que em provocar uma grande reflexão sobre o passado, o presente e o futuro de nossa querida Pátria.

Comemorar os 500 anos do Descobrimento do Brasil pelos portugueses é, antes de mais nada, um enorme anacronismo. Quando Pedro Álvares Cabral chegou no que hoje é litoral brasileiro, outros navegadores já haviam passado por ali. Muito antes, mas muito antes mesmo, esse território já era habitado por milhões de pessoas. E não se chamava Brasil.

O anacronismo revela, de fato, um enorme eurocentrismo: a História vista sob o ponto de vista dos portugueses. Ou melhor seria dizer: a História vista sob o ponto de vista dos colonizadores – nada mais natural, até porque as nossas elites gostariam de ser europeias, apesar de terem um modelo estético mais vinculado aos penduricalhos de Miami. No entanto, como pega muito mal para as nossas elites eternamente hipócritas assumir a sua real condição, a comemoração dos 500 anos precisa, também, ser mistificadora.

Comemora-se o "descobrimento" como um "encontro pacífico", quando o que houve por aqui foi um verdadeiro assalto, um massacre, uma invasão, um genocídio, se levarmos em conta que, ao longo de 300 anos, a população nativa caiu de milhões para centenas de milhares.

Para se mistificar é preciso mutilar-se a História, eliminando-se qualquer traço de resistência dos de baixo, que, trasantontem, foram os índios; anteontem, os negros; ontem, os colonos imigrantes e, hoje, os trabalhadores urbanos e rurais. Mas há algo mais nessas comemorações, pois não se trata apenas de se comemorar o passado. Assim como a burguesia paulista inventou um passado heróico – e heróico,

para ela, eram as Entradas e Bandeiras, responsáveis pelo apresamento de indígenas – para justificar suas ambições presentes, também as nossas elites comemoram o "desembarque", ocorrido há 500 anos, para justificar o seu apoio ao desembarque que continua acontecendo hoje. Nada de caravelas, é claro, porque na alta tecnologia e na forma sutil de desembarque atual elas não cabem mais. Agora, trata-se de receber com braços abertos o capital externo. Nossa País, coitado, seria um paraíso, cheio de potencialidades mas carente de capitais. Sem eles, não seria possível fazermos aflorar nosso destino manifesto. Hoje, o Brasil, o Governo e a elite política e econômica recebem essas "caravelas", de braços abertos, para novos desembarques, para a continuidade desse processo de colonização.

Trata-se, sem dúvida, Sr^a Presidente, Srs e Srs. Senadores, de uma teoria malfeita e insustentável. O Brasil e os demais países da América Latina foram essenciais para o surgimento do capitalismo industrial na Europa. Passamos séculos mandando riquezas para fora, para alimentar o giro da máquina econômica do Velho Mundo e, hoje, fazemos exatamente o mesmo, embora o beneficiário principal esteja em nosso próprio continente, na América do Norte.

O mínimo que se pode dizer, portanto, é que os capitais externos precisam de nós, tanto quanto precisamos deles, mas quem se beneficia desses capitais? Quem se beneficia dos juros altos que atraem esses capitais? Quem se beneficia da imoralidade e da corrupção, da venda das nossas estatais? Quem se beneficia da abertura de nossos mercados, da destruição de parques produtivos inteiros e do maior desemprego da História? Quem se beneficia do processo de concentração e centralização de capitais, que vem acontecendo nos últimos anos a uma velocidade espantosa?

Certamente, não é a maior parte do povo; certamente não é a maioria do povo brasileiro. Os beneficiários são conhecidos, têm nome, sobrenome e muitos passeiam pelos salões do Congresso Nacional, nem sempre como visitantes. Deve-se dizer que muitos desses capitais "externos" são de capitalistas brasileirinhos, ou melhor, brasileirões, que se beneficiam também das facilidades do mercado desregulado, a serviço da agiotagem.

No fundo, ao festejar a primeira "globalização", que coincide exatamente com as navegações, os chamados descobrimentos, a conquista do "Novo pelo Velho Mundo", as nossas elites comemoram a globalização atual. E já que é assim, por que, então, não se perceberem as grandes diferenças que exis-

tem entre uma e outra "globalização"? A diferença mais óbvia é a de protagonistas: há 500 anos, era o Velho Mundo tentando impor ao Novo seu modelo econômico, político, social e ideológico. Num certo sentido, a operação foi exitosa e permitiu o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Mas o curso da história conduziu ao declínio do Velho Mundo. Hoje são os Estados Unidos que impõem à Europa o modelo norte-americano da cultura **fast-food**, sua linguagem, seus hábitos, sua política televisiva e "marketológica", além de, principalmente, seu padrão econômico.

Essa diferença de protagonistas esconde uma diferença ainda mais profunda. Há 500 anos, a ferro e fogo, a Europa deu o pontapé inicial na exportação de um sistema social em ascensão. Hoje, também a ferro e fogo, os Estados Unidos tentam manter um sistema social em absoluta crise. Porque crise não é a queda nas Bolsas, não é aquela "agonia" que vemos pela televisão. Isso é apenas uma manifestação da crise. A crise é de fundo, é de um sistema que nunca produziu tanto para tão poucos poderem consumir. Um sistema que, para continuar produzindo lucros, é obrigado a invadir territórios, espaços, e quando nada disso é mais suficiente, inventa guerras, destrói nações inteiras e depois, cincicamente, se predispõe a reconstruir os países destruídos. E quando nem isso adianta, inventa o estágio supremo do seu próprio cinismo: a especulação financeira.

O centro desse sistema, hoje, todos sabemos, são os Estados Unidos. Parece bem, a mídia nos fala maravilhas. Apresentam como a terra da liberdade. Mas não nos iludamos, porque também não se iludem os que mandam por ali: a bonança norte-americana advém deles serem beneficiários das crises alheias. Mas certamente, mais cedo ou mais tarde, já se apresentando isso, a crise também bata por lá. Nessa hora, Sr^a Presidente, Srs e Srs. Senadores, o que se passará?

E já que falamos tanto nos Estados Unidos, que se apresentam como os delegados do mundo, que têm a ousadia de, no ano 2.000, ainda impor um bloqueio maldito, covarde e perverso ao povo cubano, porque as nossas elites não se perguntam por que – tendo sido "descobertos" quase ao mesmo tempo – tivemos destino tão diverso do nosso "irmão do Norte"? Por que, cinco séculos depois eles oprimem e nós somos oprimidos?

A esta pergunta óbvia, nossas elites não querem responder, porque o passado distante também é muito revelador. Enquanto por estas terras se firmou o latifúndio, no começo as Colônias do norte experi-

mentaram uma boa dose de pequenas propriedades. Enquanto nestas terras se fez uma independência arranjada – antes que outro aventureiro o fizesse, lançou-se a empreitada D. Pedro I –, as Colônias do norte promoveram guerra contra a Inglaterra, que arrancou a liberdade, a República e principalmente a independência econômica. Enquanto, nestas terras as elites esticaram, o máximo que puderam, a escravidão, nos Estados Unidos a escravidão foi extinta após uma sangrenta Guerra Civil. Enquanto nestas terras o centro da atividade econômica estava fora, nos países que compravam nossos produtos de exportação, nos Estados Unidos cresceu durante muito tempo "para dentro".

Nenhuma ilusão sobre o que fez e o que foi a história dos Estados Unidos. Lá, como aqui, o desenvolvimento fez-se à custa da miséria imposta aos índios, aos negros, aos pobres, aos trabalhadores. Nenhuma ilusão, portanto, sobre o que são os Estados Unidos hoje, com os seus 30 milhões de miseráveis, com sua cultura mercantilista, com sua violência endêmica, com o seu jeito nazista de se enxergar como "nação prometida", com sua arrogância de policial do mundo, com sua política dominada simplesmente pelos publicitários.

Mas, apenas uma constatação: conflito, ruptura, luta, soluções extremadas produzem, por mais paradoxal que possa parecer, sociedades mais ricas e mais fortes.

Isso nos fez falta. Este País seria muito diferente se nele tivesse havido uma boa, uma bela revolução popular, dessas que fazem as elites tremerem e acabarem por ceder todos os anéis para não perderem todos os dedos.

Mas tudo isso, Srº Presidente, talvez para alguns sejam águas passadas, não apenas porque é passado, mas porque o "caminho norte-americano" sempre esteve fechado para nós. Isso porque nossas elites, que abandonaram seus antigos sonhos do Brasil potência hoje se conformam com a condição de sócio menor, subalterno do império do mundo. Mantida a ordem atual das coisas, o Brasil precisaria de várias décadas para equiparar-se economicamente ao estágio atual dos países ricos, a que o Brasil se subordina vergonhosamente. Mas quando digo isso, sei que o caminho está fechado para nós; mas não me refiro só a isso, até porque, mesmo que fosse possível ao Brasil ocupar no mundo uma posição igual à que hoje ocupam os Estados Unidos, talvez devéssemos até não aceitar esse tipo de posição em função de tanta opressão. Quando digo que o caminho norte-americano está fechado para nós, é por um motivo

mais simples: não há mais espaço no mundo para tanto capitalismo, para tanta produção sem consumo, para tanto consumo sem motivo, convivendo com tanta gente sem dinheiro para consumir, com tanta tecnologia ociosa, convivendo com tanta gente sofrendo de males medievais, com tanta especulação num mundo em que falta dois-mil-réis para um investimento realmente produtivo.

Estamos à beira da catástrofe, se engana quem não percebe, quem insiste em não ver; estamos no curso dessa catástrofe. Parecemos um pouco aqueles personagens de desenho animado que correm pelo céu até se aperceberem da falta do chão. Nessa hora, o encanto se desfaz e o personagem vai ao chão.

No nosso século, que ainda não terminou, os povos só perceberam a catástrofe quando era tarde demais, em 1914 e 1939. Nos dois casos, esse foi o jeito – a guerra – que o capitalismo arrumou para "pôr ordem na casa".

E agora, qual seria o jeito?

Todo dia a mídia nos traz declarações preocupadas sobre a estabilidade mundial, que está dedicado a buscar novos paradigmas, perseguindo uma nova arquitetura econômica mundial, clamando por um governo mundial supostamente capaz de evitar o caos que se avizinha.

Mas os "donos do mundo" não têm coragem de reconhecer ou de dizer o óbvio: enquanto vivermos num mundo que tem US\$37 trilhões em riqueza, dos quais menos de 10 trilhões referem-se a operações comerciais envolvendo mercadorias físicas, enquanto vivermos num mundo dominado pelo lucro, pelo dinheiro, pela especulação, não haverá conserto.

O dilema hoje, principalmente para países como o Brasil, é submeter-se ou subverter-se. Pois então que viva a subversão, pois submissão foi o que tivemos que agüentar nos últimos 500 anos, com este resultado de fome, miséria, humilhação e desemprego que aí está.

Somos um dos cinco países com maior concentração de renda do mundo. Nos últimos anos, ocupamos várias vezes o primeiro lugar: somos os primeiros em concentração de riqueza. Nossos ricos são mais ricos, mais esnobes, mais irresponsáveis, mais incompetentes, mais insensíveis e, infelizmente, mais cínicos. Gente de sensibilidade embotada que recusa um salário mínimo de US\$100, ao mesmo tempo em que gasta 10 vezes mais, por dia, em suas férias, no paraíso fiscal.

Quando o Partido dos Trabalhadores denuncia o que se passa no Brasil, quando observamos quais

são os problemas que afligem a maior parte, a esmagadora maioria de nosso povo, não temos dúvida em dizer que a resposta está fora do capitalismo, fora da dependência externa, fora do autoritarismo político que marcaram o Brasil há décadas, nalguns casos, e séculos, noutros casos.

Não haverá democracia real em nosso País enquanto não houver igualdade. Não haverá felicidade em nosso País enquanto milhões são privados do direito de participar, por intermédio de seu trabalho, da produção e da repartição da riqueza social. Não haverá fraternidade em nosso País enquanto não repartirmos para todos as propriedades que uma minoria cerca com arame, com vigias, com leis, com artimanhas e com a mais absoluta improbabilidade.

O Século XX não foi o século do socialismo, embora tenha sido esse o objetivo de milhões de pessoas que, com seus erros e acertos, dedicaram suas vidas a tal objetivo. Mas o Século XX também não foi o do enterro do socialismo, como muitos queriam, como muitos cantaram em verso e prosa quando da queda do Muro de Berlim, e hoje, cinicamente, aceitam um outro muro muito mais perverso do que aquele muro de concreto, que é o muro da travessia México-Estados Unidos. O Século XX não foi o do enterro do socialismo, embora tenha sido esse o recado dos que cantaram com exagero a hora de nossa morte.

A culpa não é nossa. A culpa é das elites, dos que matam, roubam e exploram, dos que empurram os de baixo a lutar por outra vida, outra sociedade, outra economia.

Sra Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Século XXI talvez não seja também o do socialismo. Isso veremos. Mas será, é certo, o século da luta pelo socialismo, por uma outra sociedade justa, igualitária, fraterna, solidária. Não porque gostemos de lutar, mas porque não nos deixam outra alternativa.

Já se vão 500 anos, e nossos índios continuam sendo massacrados.

Já se vão 500 anos, e nossos negros continuam sendo massacrados.

Já se vão 500 anos, e nossas mulheres continuam sendo massacradas.

Já se vão 500 anos, e os pobres, os miseráveis deste País continuam sendo massacrados.

Já basta! Se nossa sociedade não for virada ao avesso, serão mais 500 anos do mesmo. E não nos venham pedir calma, pois o que sobra para quem tem fome senão o direito de ter pressa?

Nos últimos cinco séculos, as elites governaram este País. O País mudou, as elites mudaram. Mas se-

gue a opressão, segue a exploração. Como antes, as elites alternam seus partidos, reciclam suas lideranças, mudam seus discursos, às vezes cooptam um esquerdistas de ontem para ser o conservador de hoje e o reacionário de amanhã.

Nestes 500 anos, orgulham-nos aqueles momentos em que os de baixo tentaram assumir o comando: as guerras indígenas, os quilombos, as revoltas camponesas, as greves operárias, as insurreições tenentistas, os movimentos de massa, as grandes batalhas eleitorais. Se até hoje não conseguimos vencer, se nos faltou força, nunca nos faltou razão, coragem e esperança.

E é em nome dessa razão que os movimentos populares de todo o Brasil comemorarão do seu jeito os 500 anos: denunciando, desmascarando e, principalmente, anunciando a boa nova: outros 500 anos virão. Um novo tempo virá, sem dúvida – o nosso tempo.

Era o que tinha a dizer, Sra Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente, Srs e Srs. Senadores, muito se falou hoje sobre cidadania, e é justamente sobre esse tema que eu também gostaria de falar.

Na marcha do Brasil rumo a um processo civilizatório definitivo, nada mais pertinente do que trazer à pauta de nossas discussões o tema da garantia do Estado na emissão de certidão de nascimento a todos os brasileiros. As mais recentes estatísticas indicam, aterradoramente, que o País abriga 10 milhões de brasileiros sem qualquer registro civil. No ingresso de um novo milênio, não se pode conceber que ainda existam compatriotas inteiramente desprovidos de um documento oficial de identificação.

Particularmente, senti-me muito tocado com o tema após ter lido recente artigo publicado pelo Ipea sobre atividades e discussões promovidas pelo Programa Comunidade Solidária, que é liderado pela Primeira-Dama, Dona Ruth Cardoso. No subitem intitulado "Os Consensos Gerais", é sintomática a seguinte citação: "É condição essencial para que se garantam a cidadania e o acesso às políticas universais, dirigidas às crianças e aos adolescentes, que toda a pessoa nascida no território brasileiro tenha o seu registro efetivado".

Sem dúvida, o reconhecimento oficial da existência de um indivíduo no plano jurídico estabelece igualdade original na relação entre seus pares e na

relação com o Estado e a sociedade. Quando menos, o ingresso do sujeito no mundo da propriedade, do mercado e do consumo está irremediavelmente condicionado ao registro civil. Por outro lado, a deficiência no controle de registro de nascimentos provoca graves distorções nas estatísticas oficiais, com consequências nefandas para a formulação de políticas sociais efetivas.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE, em média, por ano, um milhão de crianças brasileiras nascem e se tornam clandestinas, equivalendo a 31,79% do total. E mais, pesquisa do Ministério da Saúde revela que 43% das crianças brasileiras que morrem antes de completar um ano de idade são enterradas sem qualquer registro. No Maranhão e no Piauí, ainda segundo dados da mesma pesquisa, os índices chegam a 87%. Ora, isso tudo corrobora a suspeita de que, tragicamente, há um conjunto representativo de pessoas que jamais existiram legalmente no Brasil.

Naturalmente, a incidência maior recai sobre as camadas mais pobres da população, no meio das quais se difunde, equivocadamente, um julgamento assaz negativo sobre o real significado da posse de um registro civil. O sentimento de inutilidade das certidões e das carteiras de identidade se deve, em grande medida, ao receio de um cerceamento abusivo das autoridades públicas sobre as pessoas.

Não accidentalmente, o notável filósofo francês Michel Foucault dedicou parte espessa de sua vasta obra à identificação de um crescente aperfeiçoamento histórico dos aparelhos de controle social por parte do Estado. Com fins inexoravelmente relacionados à vigilância e à repressão dos extratos populacionais menos privilegiados, uma política tecnologicamente poderosa de controle social pode muito bem servir à supressão das liberdades civis.

Agora, se, de um lado, esse modelo pode ser aplicado com suficiente consistência à realidade das sociedades mais desenvolvidas, não julgo que se enquadra na lógica político-social das sociedades em desenvolvimento. Antes de tudo, detecta-se aqui, no Brasil, uma ausência clamorosa do Estado em setores vitais da sociedade, o que ironicamente acaba por inverter aquela impressão de presença onipresente em falta de intervenção pública mínima que garanta, ao menos, a sobrevivência de seus membros.

Nesse sentido, a consciência da perda de liberdade pode ser parcialmente compreendida e considerada, mas não justifica uma postura de intransigente repúdio a um processo saudável de racionalização da vida coletiva. Pois ainda existem aqueles brasileiros

que, na falta de uma educação mais esclarecida, imaginam que a certidão civil possa ser substituída pela certidão de batismo.

No entanto, no caso brasileiro, reconheçamos que o obstáculo mais sério contra a universalização do registro civil decorre, momente, da precária situação geográfica e social das populações cujo acesso a uma instituição emissora de certidão é inadequado. Mais dramático é assumir que a própria guarda do documento constitui tarefa absolutamente inviável.

Porém, cientistas sociais advertem que, entre os fatores preponderantes, o alto custo monetário prevalece como o mais perversamente produtivo contra a prática do registro civil. Há estimativas que revelam que, para emitir a certidão de nascimento ou de óbito, as taxas cobradas pelos cartórios podem alcançar a faixa de 30% do salário mínimo. Não posso deixar de acrescentar que tal cifra é vexaminosa para os padrões de mendicância do povo brasileiro. Além disso, o registro acarreta custos paralelos ao pobre trabalhador, como o transporte e a falta ao serviço, já que a licença paternidade somente atinge aqueles do setor formal da economia.

Embora a gratuidade seja garantida aos pobres pela Constituição Federal, a maioria dos cartórios brasileiros ignora a determinação legal, extorquindo daqueles que menos podem o pouco que lhes cabe. Aliás, muito apropriadamente, o próprio Ministro da Saúde, José Serra, aponta a resistência dos cartórios em fornecer as certidões como o principal motivo para o elevado número de "sem-nome" no País.

De qualquer forma, a imensa maioria das famílias pobres não conhece o seu direito de obter o registro gratuitamente. Convém recordar que, desde novembro último, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a ação de cartórios contra a lei que os obrigava a fornecerem certidões de nascimento sem cobrança, não restando mais controvérsias sobre a questão. Segundo declaração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, as certidões são requisitos básicos para que as pessoas conquistem a cidadania.

Já em meados de 99, a própria Câmara Federal aprovava projeto punindo cartórios que descumprisem o preceito constitucional da gratuidade na emissão das certidões. Se os cartórios – a mais típica concessão pública existente no Brasil – terão prejuízo, isso é um assunto para discussões, negociações e ajustes posteriores que os compensem.

Abro aqui um parêntese, Sr. Presidente, para dizer que também os cartórios devam ter medidas compensatórias. Temos recebido inúmeras reivindicações de diversos cartórios do interior do País, que, tendo

que patrocinar essas certidões de nascimento, se encontram em situação praticamente falimentar, já que seria talvez esse o serviço mais numeroso desenvolvido por aqueles cartórios. Portanto, penso que os cartórios devem, sim, proporcionar aos pobres as certidões de nascimento de maneira gratuita, mas devem ter também uma compensação por parte do Governo ou dos respectivos governos.

O Governo cumpre sua parte, realizando freqüentes mobilizações junto à população brasileira, com o objetivo de assegurar a concessão da certidão de nascimento a um número cada vez maior de crianças. Exemplo disso foi a iniciativa empreendida em novembro último, num gigantesco mutirão, quando o Presidente Fernando Henrique definiu a meta de um milhão de crianças como patamar mínimo de registros. Em tempo, a gratuidade dos registros faz parte do Programa Nacional de Direitos Humanos, que foi elaborado pelo Ministério da Justiça, em 1995, graças ao empenho do então Secretário Nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, hoje Ministro da Justiça.

Sr. Presidente, em suma, para reverter esse quadro de precária administração sobre a quantidade e a qualidade de suas crianças, o Brasil vai precisar do esforço e da colaboração de cada um dos seus cidadãos. Nesse contexto, convoco o Poder Público e a sociedade civil para uma mobilização nacional em favor do registro civil para todos no País. A campanha nacional deve contar com o apoio e a participação dos Estados federativos, Municípios, associações de bairros, sindicatos, ONGs, maçonaria, igrejas, mídia, Rotary, Lions e de quem mais se interessar pelo assunto, como definitivamente é o meu caso, agora, nesta tribuna.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Concedo o aparte à eminentíssima Senadora Heloísa Helena, com muito prazer.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Carlos Patrocínio, saúdo V. Exª pelo pronunciamento que faz. Não se trata apenas de um papel, como às vezes ficamos imaginando, mas de um elemento fundamental para a constituição da cidadania de uma pessoa. É algo muito importante. Imaginem alguém viver num mundo em que, perante o Estado você não existe; é de fundamental importância para todo o planejamento da própria administração do Estado. Tive oportunidade de trabalhar, minha vida toda, na universidade, na área de epidemiologia, estatística, e sabia a gigantesca dificuldade de estabelecer planejamento no setor saúde sem conseguir

medir de fato a repercussão do setor; preparar e planejar recursos humanos, recursos financeiros à luz de uma realidade objetiva de que não temos conhecimento. Para os dois aspectos, é de fundamental importância – como V. Exª bem disse –, falar de cidadania, falar do registro. Tenho uma divergência em relação à questão dos cartórios. Estou tentando apresentar uma proposta de emenda à Constituição para que essa atividade, hoje realizada pelos cartórios, na minha compreensão, uma atividade eminentemente do Poder Público, possa voltar a ser desenvolvida pelo Poder Público. Independentemente disso, de tratar do papel dos cartórios de uma forma em geral, e aí não apenas em relação ao registro, mas em relação a escrituras e tantas outras coisas que os cartórios fazem, e que efetivamente ganham fortunas – se existe um ou outro em estado falimentar é realmente um ou outro, pois se não fosse uma atividade lucrativa as pessoas não estariam se disponibilizando para fazer isso – entendendo que talvez fosse o momento de o próprio Governo Federal garantir a agilidade desse serviço. Daí a relevância do debate que V. Exª traz a esta Casa. Existe uma grande polêmica na sociedade em relação aos mecanismos compensatórios do ponto de vista financeiro. Talvez o Governo Federal, através de uma Medida Provisória, pudesse estabelecer a prerrogativa de os sistemas municipais, e portanto do Poder Público Municipal, efetivarem esse registro. Isso seria importante e urgente. Já que se V. Exª ou eu apresentar um projeto acaba demorando, em decorrência da tramitação regimental, talvez por meio de uma Medida Provisória isso pudesse ser feito, para garantir que os sistemas municipais, portanto as prefeituras municipais e os Estados, possam fazer ao menos isso. Enquanto estivermos apresentando e debatendo um projeto sobre a questão do cartório de forma geral, que neste momento de urgência, emergencial, as prefeituras e os Estados pudessem fazer o Registro de Nascimento e Óbito. Acredito que isso seria importante. É só uma opinião, para colaborar com o pronunciamento tão importante que V. Exª traz à Casa.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Eminentíssima Senadora Heloísa Helena, V. Exª atinge o ponto fulcral da questão. Quando falamos da Certidão de Nascimento, não é meramente o papel. É a cidadania que se confere a um novo brasileiro, que tem todos esses direitos, de viver e sobreviver na sociedade, com aquele mínimo que a Constituição do Brasil lhe assegura e que, infelizmente, até hoje, chegando aos 500 anos do Descobrimento, nós não conseguimos conferir a esse povo. Quanto a isso, sim, ain-

da há muito apenas no papel. Concordo também com V. Ex^a quando pensa em trazer este assunto a debate – a questão dos cartórios –, já que se trata de uma concessão pública. Inúmeros cartórios pequenos, menores, nos Municípios mais pobres do Brasil, têm reclamado de que não estão tendo a devida condição para assegurar a gratuidade daquelas certidões de nascimento. Creio que o Poder Público poderia suprir essa dificuldade, gerando mecanismos para que a população brasileira possa ser atendida. O que não podemos é deixar que uma criança nasça sem que o País saiba que um brasileiro veio à luz e que, posteriormente, morra, seja enterrado sem que ninguém tenha conhecimento. Portanto, agradeço a V. Ex^a pelo seu aparte.

Mas, Sr. Presidente, antes de terminar – já estou falando de cidadania –, eu gostaria de revelar um fato muito importante para o nosso Estado. O **Jornal do Tocantins** de hoje noticia que o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Deputado Aloysio Nunes Ferreira, em encontro, ontem, com o Governador do Estado do Tocantins, disse que os estudos para a criação da universidade federal do Tocantins já estão sendo ultimados por determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa notícia é muito auspíciosa, mesmo porque, Sr. Presidente, há quase uma década lutamos para que o estudantado, a comunidade estudantil do nosso Estado, possa ter também essa cidadania. Como todos os outros Estados do Brasil, que dispõem de um ensino público federal de terceiro grau, também o Estado de Tocantins merece tê-lo; não é um benefício, mas um direito sagrado e constitucional do povo de Tocantins. Portanto, gostaria de frisar, com muita satisfação, essa notícia veiculada no **Jornal do Tocantins** de que o Ministro Aloysio Nunes Ferreira, com quem tenho audiência agendada, deu essas boas notícias para o nosso Governador, esclarecendo que proximamente deverão ser ultimados todos os preparativos para a instalação da nossa faculdade.

Para finalizar, Sr. Presidente, em que pese aos diversos noticiosos do nosso País terem assegurado que o recesso parlamentar federal da Câmara e do Senado já teria começado ontem, eu quero dizer que tivemos aqui uma reunião muito arejada, muito profícua, em que todos aqueles que tiveram a oportunidade de fazer uso da palavra fizeram aqui uma verdadeira profissão de fé. Fé no Brasil, que parte para o novo milênio e, sobretudo, compromisso de lutar para que possamos diminuir as brutais desigualdades sociais que existem em nosso País. Desse modo, quero associar-me a todos aqueles que falaram em cidadania,

que fizeram a profissão de fé para que possamos encetar uma luta diferente dessa que se observou nos cinco séculos que o Brasil está prestes a atravessar, uma luta no sentido de que as minorias tenham efetivamente o direito de viver nesta Pátria como verdadeiros cidadãos. Quero, portanto, associar-me a todas essas manifestações e dizer também que estou muito satisfeito com a imprensa do meu País neste exato momento, não obstante cometerem várias injustiças. Estão, pelo menos, jogando no ar uma luz no combate à corrupção nesta Nação.

E, por tudo isso, gostaria de terminar as minhas palavras desejando a todas as Sr^{as}s e os Srs. Senadores e às suas famílias, aos funcionários do Senado Federal, do Congresso Nacional, a seus familiares e a todo o povo brasileiro, sobretudo àqueles menos afortunados, uma boa Páscoa, que revigore as suas forças, para que possamos lutar para o benefício dessa querida gente brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, a Sra. Thelma Siqueira Campos, deixa a presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, hoje, ouvimos vários pronunciamentos em homenagem, especialmente, ao Dia do Índio. Eu gostaria, nesta data, de começar este pronunciamento lembrando o pedido de perdão feito pelo Papa há pouco tempo, justamente pelo que foi feito aos índios pela Igreja Católica. Hoje, vemos alguns segmentos, inclusive algumas organizações não-governamentais extremamente ligadas à Igreja Católica, agindo como se a Igreja Católica nada tivesse a ver com o que aconteceu com os índios durante todo esse tempo. Além do pedido de perdão feito pelo Papa, fica faltando, talvez, a indenização que a Igreja devesse pelo que fez aos índios durante o período que, ao lado dos descobridores, tratou os nossos índios.

Queria também registrar, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, um pronunciamento do atual Ministro da Justiça, José Gregori. Vou ler o trecho da **Folha de S. Paulo** publicada do dia 17 do corrente:

O novo ministro da Justiça, José Gregori, fez uma crítica velada às organizações não-governamentais ao afirmar que é me-

Ihor conversar "com índio" do que "com branco amigo de índio".

"O índio não tem posição ideológica, é a posição de quem tem necessidades concretas, não instituídas por um europeu que tem ar condicionado ou (que fica) ao lado da lareira em um país alpino" – disse o ministro à Folha.

Quero também, Sr. Presidente, neste dia, registrar algumas manchetes de jornais que dizem muito bem como está a situação do índio, hoje comandado pela Funai, que, por sua vez, é comandada por organizações não-governamentais, muito especialmente o Cimi e outras instituições.

O Jornal de Brasília, do dia 18, diz o seguinte: "Índios ameaçados de despejo". Sr. Presidente, dada a exigüidade do tempo, gostaria fosse transcrita ainda a matéria que trata da situação de cerca de 220 índios que estão hospedados em pensões mantidas pela Funai aqui em Brasília, ameaçados de serem despejados, porque a Funai não paga as pensões onde os índios estão alojados.

É bom lembrar o que, por sinal, está aqui também neste mesmo Jornal de Brasília: "Rejeição levou Pataxó à morte", rememorando a morte do índio Galdino, que estava justamente hospedado numa dasquelas pensões. Ao chegar um pouco mais tarde, a pensão estava fechada, ele dormiu num banco, e terminou sendo vítima de uma atrocidade cometida por adolescentes.

Também no mesmo jornal, uma matéria diz: "Descaso começa na aldeias". Então, o que ocorre com o índio brasileiro, patrocinado pela Fundação Nacional do Índio que – repito – hoje está totalmente comandada pelas ONGs, é realmente um absurdo.

Quero, também, Sr. Presidente, pedir seja transcrita a íntegra da matéria constante do Jornal Brasil/Norte, do Estado de Roraima, cuja manchete é a seguinte: "Tuxaua diz que padres ensinam técnicas de guerrilha aos índios". E o Tuxaua Humberto Rocha, lá da região Raposa Serra do Sol, endereçou uma carta às autoridades. Portanto, o tuxaua endereçou essa carta a diversas autoridades. E, aqui, quero chamar a atenção do Ministério Público Federal para essa denúncia, Sr. Presidente, pedindo novamente que essa matéria seja transcrita no meu pronunciamento. Além disso, gostaria de também fazer referência a uma matéria que já tive oportunidade de ler da tribuna, para corroborar as afirmações que faço sobre essas organizações não-governamentais que hoje estão comandando a política indigenista do Brasil. É

uma matéria publicada na Internet, pela organização chamada PRO INDIOS DE RORAIMA, com sede em Roma, documento de 20 de março do ano 2000, onde é sugerido que as entidades não-governamentais mandem mensagens e e-mails a diversas entidades brasileiras, inclusive ao Presidente da República. E o endereço de onde tirei essa matéria é: .

Sr. Presidente, quero registrar isso justamente para chamar a atenção de que precisamos nacionalizar a política indígena do País. Fala-se tanto em nacionalizar vários setores da vida pública brasileira, briga-se tanto contra a privatização de empresas, contra a desnacionalização do capital brasileiro e, no entanto, entrega-se a questão indígena, exatamente uma questão que considero da mais alta importância para a soberania do País, nas mãos de entidades estrangeiras.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrar uma notícia positiva dentro desse contexto: a educação indígena no meu Estado. Roraima é um dos Estados da Federação que mais investe na educação indígena, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº 03, de 1999, que fixou as diretrizes sobre a educação indígena.

Atualmente 8.100 alunos índios estudam em 183 escolas indígenas mantidas pelo governo do Estado. E só este ano foram implantadas 16 novas escolas nas diversas comunidades, com ensino de primeira à quarta série do ensino fundamental, além da implantação do ensino da quinta série em outras nove escolas já existentes. Das 183 escolas indígenas mantidas pelo Governo de Roraima, nas próprias malocas, 13 são do estilo padrão, um modelo de escola pública desenvolvida no Estado com o objetivo de proporcionar mais ventilação e conforto para alunos e professores.

Desde o início da administração do Governador Neudo Campos, em 1995, todas as comunidades indígenas que manifestaram necessidade de implantar escolas nas suas malocas foram atendidas. Para manter os 8.100 alunos índios nas salas de aula, o Governo de Roraima, por meio da Secretaria de Educação, tem em seu quadro de pessoal 375 professores índios e 82 não índios, que ministram as aulas dentro de suas próprias etnias: Macuxi, Wapixana, Ingaricó, Wai-Wai, Taurepang, Yecuana e Ianomami.

Os professores-índios contratados pelo Governo do Estado recebem todos os direitos dados aos demais professores da capital e do interior, inclusive a gratificação do Fundef.

O Governo de Roraima também investe na habilitação dos professores índios e não índios. No caso específico dos professores índios, foi criado o programa "Magistério Parcelado Indígena", uma iniciativa reconhecida pelo Ministério da Educação e pela Fundação Roberto Marinho, que concedeu o "Prêmio Paulo de Freire de Educação" pela consistência do projeto. O Ministério Parcelado Indígena habilita os professores índios no Magistério durante o recesso escolar. A capacitação é feita na Escola de Formação de Professores e no Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – Cefam. O Governo, por intermédio da Secretaria de Educação, traz os professores índios de suas malocas para Boa Vista, fornecendo, além da habilitação, alimentação, alojamento e transporte. As aulas são ministradas dentro da própria etnia de cada professor índio. Duzentos e trinta professores índios já estão habilitados no Magistério e 169 estão em processo de habilitação.

Dentro ainda do programa de habilitação dos professores, mantido pelo Governo do Estado, a Secretaria de Educação, em convênio com a Universidade Federal de Roraima – UFRR, criou o vestibular especial para os professores índios cursarem a Licenciatura Plena. Dos 560 professores que estão cursando a universidade, 38 são professores índios nas matérias de Matemática, Letras, Pedagogia e Ciências.

Um particular na educação indígena no Brasil se registra em Roraima, que é o único Estado da Federação onde um índio dirige a Divisão de Educação Indígena.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Eminentíssimo Senador Mozarildo Cavalcanti, permita-me interromper V. Ex^a, para prorrogar a sessão por mais cinco minutos, para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)
– Muito obrigado.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)
– Pois não, concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Mozarildo, já tive a oportunidade, e também vários outros parlamentares como V. Ex^a, de discutir a questão indígena no dia de hoje. Não o farei mais. Apenas gostaria de fazer uma observação à primeira parte do pronunciamento de V. Ex^a, em relação ao perdão da Igreja Católica. Não tenho dúvida de que a Igreja Católica, durante a sua história, cometeu abomináveis atrocidades, e as cometeu justamente

quando esteve junto dos fariseus, dos sicofantas, da aristocracia, daqueles que representavam os grandes e os poderosos. É claro que não era unanimidade na Igreja Católica, porque também existem histórias de lutas e de libertação durante toda a sua existência. Mas o perdão é importante, porque quando a Igreja pede o perdão, reconhece o erro e, reconhecendo o erro, não se autoriza a repeti-lo durante a nova história que se inicia. Essa é, portanto, a grande indenização que a Igreja faz, pois reconhece o erro e não se autoriza a cometê-lo mais, iniciando uma nova história. O pior é a elite política e econômica deste País, esta sim é horrorosa, porque sequer pede perdão, sequer reconhece o que destruiu nestes 500 anos, e não reconhecendo, portanto, não se dá o direito de pedir perdão, mesmo observando e sendo parte de uma história de 500 anos de fome, de miséria, de humilhação, de sofrimento, de entreguismo do patrimônio nacional, de quebra de soberania nacional, inclusive também em relação à política indigenista do nosso País. Gostaria apenas de fazer um pequeno reparo no pronunciamento de V. Ex^a: que bom que a Igreja Católica pediu perdão, porque reconhecendo o erro, predispõe-se a construir uma nova história. Pior mesmo, feio mesmo é a elite política e econômica que há 500 anos promove dor, miséria, humilhação e sofrimento, sem nunca ter pedido perdão, autorizando-se a continuar perpetuando esse erro. Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)
– Senadora Heloísa Helena, não tive nem tenho a intenção de acusar a Igreja Católica como um todo. Aliás, penso que o Papa, quando pediu perdão, o fez também em nome de uma grande parte da Igreja que financiava as viagens de descobrimento, as viagens à África e a outros países e que, ao lado do explorador, explorou bastante. Mas tenho a impressão de que se o Papa não ficar atento setores da Igreja continuarão agindo de maneira não condizente com os princípios cristãos, já que estão pregando a desordem, a desunião no meio dos índios, falando, sem procuração, em nome desses índios e impondo um ponto de vista de uma minoria a uma maioria.

Sendo assim, e chamo a atenção para isso, se o Cimi é uma entidade ligada à Igreja Católica, daqui a pouco o Papa terá que pedir perdão novamente pelos males que um setor da Igreja Católica está cometendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Criança

Indígena

Ação Relâmpago

Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (Roraima/Brasil)

Campanha para a homologação e demarcação em área única e contínua

Roma, 20 de março de 2000

Estimados amigos e amigas,

O grupo PRO INDIOS DE RORAIMA (BRASIL) está comprometido, na colaboração com várias associações e ONG européias a apoiar as organizações indígenas de Roraima (Brasil) que há anos pedem a demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Para isto organizou a difusão de abaixo-assinados, encontros, conferências para informar sobre a realidade dos índios do Brasil e para denunciar violências e discriminações das quais são vítimas.

No dia 20 de dezembro tivemos um encontro com o Sr. Embaixador do Brasil em Roma e entregamo-lhe um dossiê com 9.600 assinaturas de pessoas de vários países da Europa para solicitar a homologação e demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, dos índios Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingaricó.

Infelizmente a situação em Roraima não mudou e o Conselho Indígena de Roraima (CIR) pede que a campanha de apoio continue. Aumentaram nos últimos dias os atos de violência e intimidação contra os índios e contra as entidades que os apoiam. Todos os dias chegam notícias do CIR e de outras organizações (CIMI, ISA) denunciando ilegalidades e violências. Até hoje o decreto de homologação não foi assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Portanto a campanha precisa continuar.

No dia 22 de abril ocorre a comemoração dos 500 anos da "descoberta" do Brasil e esta data poderia ser a ocasião para completar a homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e para rever toda a política indigenista do governo brasileiro. O presidente Cardoso poderia aproveitar desta ocasião para passar das palavras aos fatos e finalmente assinar este decreto de homologação.

Sabe-se que o Presidente recebe pressões por parte de políticos, fazendeiros, empresas de mineração que se opõem à demarcação das terras indígenas. Estes poderes fortes estão levando provocando uma ação de divisão das mesmas comunidades indígenas convencendo, com presentes, alguns índios a opor-se aos pedidos da maioria das comunidades.

Uma minoria destes ocupou, há alguns dias, a sede da FUNAI de Boa Vista, capital de Roraima, pedindo a demarcação de pequenas ilhas da área Raposa/Serra do Sol e a demissão do delegado local da FUNAI. Foi a resposta à ação que o CIR fez bloqueando a estrada para impedir o transporte de mercadoria aos garimpos ilegais dentro da área indígena. Atualmente o bloqueio da estrada foi suspenso e a Polícia Militar está realizando controles unicamente para os índios que transitam pelas estradas da região.

*Tem-
impressão
de
à
conclusão
do
vitória
dos
índios
de
própria
área
demarcada e homologada seria um precedente importante para todos os
índios
do Brasil
próprios
direitos.*

*se
estar
processo:
em
na
ter
defesa
dos*

Por isso, amigos e amigas, pedimos a vossa ajuda e solicitamos que este apelo seja enviado às autoridades brasileiras. Rogamos confirmar a sua adesão, enviando uma "cópia oculta" (Cc) ao nosso e-mail: indiosdiroraima@pelagus.it.

Agradecemos pela atenção e enviamos cordiais saudações

PRO ÍNDIOS DE RORAIMA (BRASIL)
 Ingeborg Zoppritz (Coordenadora)
 Via Cimone 12 - 00141 Roma/Itália - tel/fax 0039.06.86899734

Os e-mails devem ser dirigidos a:

Sr. Fernando Henrique Cardoso - Presidente da República
 e-mail: pr@planalto.gov.br e fax 0055.61.411.2222

Com cópia para:

José Carlos Dias - Ministro da Justiça
 E-mail: jcdias@mj.gov.br - Fax 0055.61.224.2448
 Carlos Frederico Marés - Presidente da FUNAI
 E-mail: carlosmares@funai.gov.br - Fax: 0055.61.226.7480
 Neudo Campos - Governador de Roraima
 e-mail: gim@mandic.com.br - Fax 0055.95.623.0440

Sugestão de mensagem:

"Homologação e demarcação em área única e contínua da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (Roraima)

Exmo. Senhor Presidente,

A assinatura do Decreto 820/98 havia suscitado nos índios Makuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó a esperança de que alcançarem dentro de breve tempo a tão desejada homologação de seu território, pondo fim à sua luta demorada e dramática pela demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.

Nada disso aconteceu, apesar do decreto ter sido assinado há mais de um ano. Ao contrário, estamos recebendo de Roraima preocupantes notícias de violências e atitudes racistas para com os índios e a FUNAI. Para evitar o agravamento da situação já muito tensa, pedimos à Vossa Excelência que assine o decreto de homologação para que assim volte a paz a Roraima.

Ao se aproximar a magna data dos 500 anos do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, este grande País tem a oportunidade de demonstrar ao mundo inteiro que o racismo e toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos são apenas história passada e que todos os povos indígenas existentes no seu seio podem encarar os próximos 500 anos gozando de seus direitos em paz e prosperidade.

Com os melhores votos mui respeitosamente."

**Conselho Indígena de Roraima (CIR):
Governo do Estado de Roraima e fazendeiros fazem
terrorismo contra Comunidades Indígenas**

No dia 02/03/2000, o Governo do Estado de Roraima enviou ilegalmente uma tropa de 90 policiais militares, todos fortemente armados, para montar barreira na comunidade Urucuri (São Mateus). Os policiais estão abordando os indígenas que ali passam e ameaçando prender o coordenado geral do CIR, Sr. Jerônimo Pereira da Silva, e o líder da região das serras, Sr. Jacir José de Souza, que vêm trabalhando pela homologação integral da T. I. Raposa Serra do Sol.

No dia 03/03/2000, uma comissão de lideranças indígenas da comunidade Ponta da Serra, acompanhadas por seus familiares, dirigia-se para a comunidade Anaro, onde iria tratar de projeto de autosustentação, quando foi surpreendida por um grupo de trinta não índios liderados pelos fazendeiros Hugo Cabral e Luis Cabral que impediu os mesmos de prosseguirem a viagem e tomou o carro que os conduzia. Os fazendeiros diziam que os indígenas não poderiam continuar a viagem para comunidade Anaro, porque estariam indo tratar de questões de terra naquela comunidade.

As lideranças e seus familiares, incluindo crianças, foram obrigadas a fazer o caminho de volta a pé, tendo caminhado 30 km para alcançar a maloca Cajueiro onde receberam apoio dos indígenas que ali vivem. Enquanto os indígenas caminhavam às margens da estrada, os fazendeiros passavam em alta velocidade jogando seus carros na direção dos mesmos e dirigindo-lhes palavrões. A comunidade Ponta da Serra encontra-se assustada com o ocorrido e temendo quanto a sua própria segurança e sem saber como está a situação dos indígenas da comunidade Anaro, uma vez que o acesso até lá foi obstruído.

Esses acontecimentos fazem parte da estratégia do governo do Estado de Roraima e fazendeiros que pretendem intimidar os índios para impedir a regularização das terras indígenas de Roraima, principalmente no que se refere a Raposa Serra do Sol. Em 18/02/2000 o Governador Neudo Campos ameaçou fechar as 138 escolas da mencionada terra, caso o governo federal procedesse a sua homologação. No dia 21/02/2000, um grupo de indígenas manipulados e financiados pelo governador do Estado e fazendeiros invadiu o prédio da Administração Regional da Funai em Boa Vista-RR, manifestando-se contra a homologação Raposa Serra do Sol. Em Brasília, os políticos de Roraima estão pressionando o Presidente da República para que o mesmo não assine o decreto de homologação da mencionada terra.

Porém, a maioria dos ocupantes não índios da Raposa Serra do Sol aguarda o pagamento de indenizações de suas benfeitorias para devolverem as terras que ocupam aos índios. Apenas o governo do Estado, seus políticos e um pequeno grupo de fazendeiros e rizicultores invasores da Raposa Serra do Sol pretendem manter os conflitos na terra.

É necessário que o Presidente da República proceda imediatamente a homologação integral da terra e o pagamento de indenizações dos ocupantes não índios conforme determina a Constituição Federal, para resolver esta situação.

Boa Vista-RR, 05 de março de 2000.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

Ação Urgente

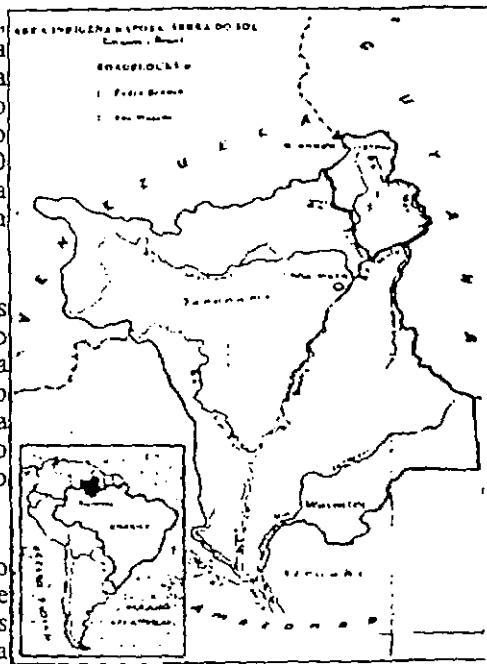
As comunidades indígenas Makuxi, Ingarikó, Wapixana e Taurepang da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol iniciaram ontem o bloqueio da única estrada de acesso aos garimpos e à sede do município do Uiramutá, que estão localizados dentro da Região das Serras, no extremo norte de sua terra. O bloqueio está sendo feito em duas localidades: na maloca de São Mateus e na maloca de Pedra Branca (veja mapa ao lado).

Os índios declararam, em documento feito pelas comunidades das Serras em 09/01/2000, que estão decididos a continuar a ação até que o Presidente da República assine a homologação e a Funai faça o registro em cartório da Raposa/Serra do Sol. A terra está demarcada há mais de uma ano, desde dezembro de 1998, mas a homologação não foi assinada até o presente devido a pressões dos políticos de Roraima.

O bloqueio consiste em impedir a entrada na região de mercadorias, combustíveis, equipamentos de garimpo e cachaça que abastecem os poucos moradores não-índios que estão dentro da Raposa/Serra do Sol. A ação tem também o objetivo de solucionar o problema de roubo de gado das comunidades indígenas por parte de não índios através do controle de pessoas e veículos.

As lideranças indígenas estão preocupadas que o governo do estado reaja de maneira violenta ao bloqueio como já aconteceu em outras ocasiões. A Polícia Militar e a polícia civil de Roraima já foram autores de inúmeros casos de agressões graves às comunidades e lideranças indígenas. A violência institucionalizada em Roraima contra as populações indígenas já foi objeto de pesquisa e relatório da Human Rights Watch/América.

Os Povos Indígenas da Raposa/Serra do Sol já experimentaram muitas vezes a eficácia do apoio de tantos amigos no Brasil e no exterior e lhes pedem que intervenham rapidamente junto às autoridades de Roraima e Brasília para apoiar o bloqueio e resguardar os índios de investidas violentas por parte da polícia local.



Boa Vista, Roraima, 18 de janeiro de 2000.

Cimi - Equipe da Diocese de Roraima

- Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso:
E-mail: pr@planalto.gov.br - Fax: 0XX-61-266-7566

- Ministro da Justiça, José Carlos Dias:
E-mail: jedias@mj.gov.br - Fax: 0XX-61-224-2448

- Presidente da Funai, Carlos Frederico Marés:
E-mail: luiz.otavio@funai.gov.br - Fax: 0XX-61-226-8782

- Governador de Roraima, Neudo Campos:
Fax: 0XX-95-623-2440

Raposa/Serra do Sol: mais uma promessa descumprida

"Dentro de 10 dias sairá a homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol". Esta afirmação categórica do presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, às lideranças daquela área, aos coordenadores do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e assessores, criou nova expectativa de que, finalmente, o governo cumpriria a determinação constitucional, garantindo aquela terra indígena. A promessa deu-se no Centro Cultural Guarani, no centro de Manaus (AM), no dia 13 de novembro de 1999.

O tuxaua Jaci de Souza ouviu e apenas comentou "Vamos ver!", num tom de desconfiança, porém sem perder a esperança. Vinha-lhe à memória a promessa semelhante feita pelo então ministro da Justiça Nelson Jobim, em outubro de 1996, que por sinal a cumpriu, ou melhor, enganou os índios editando o Despacho nº 80/96. Lembrou também da Portaria nº 820, do também ex-ministro da Justiça Renan Calheiros, que delimitou a área em forma contínua, conforme a luta dos índios. Era 08 de dezembro de 1998.

Festa na área. Até o filho do tuxaua, que nasceu naquele dia, recebeu o nome de Renan, em reconhecimento ao ministro. O mesmo ministro, que antes de deixar o cargo assinou a alteração da referida portaria. Tudo isso passava-lhe na cabeça como uma revoada de pesadelos, lutas e sofrimentos. Tinha razões de sobra para descrever. Porém não deixou de pendurar mais essa promessa no ténue fiozinho de esperança, do qual não abre mão. Até um tímido sorriso acompanhou o anúncio. "Será desta vez?"

Não foi. Passaram-se os 10 dias e nada. Outros 10 e nem sinal. Entrou o ano 2.000 amargando mais uma promessa descumprida, com a redobrada disposição de chegarem até a vitória final, quem sabe neste ou nos próximos anos. Continuará a pressão pela retirada de todos os invasores e pela anulação dos municípios criados dentro da área. Teme que a forte e continuada interferência dos políticos e governo do Estado possa acirrar os ânimos internamente, resultando em conflitos entre os próprios índios. Responsabiliza a Funai e o governo federal por eventuais mortes e violências que vierem a ocorrer em função da demora na conclusão do processo de regularização fundiária da Raposa/Serra do Sol.

Carlos Frederico Marés, agendou uma visita ao Estado de Roraima ainda em janeiro. Irá, mais uma vez, ouvir todas as partes, para nada decidir, uma vez que cabe a ele cumprir a decisão que partirá de outras instâncias e interesses. Será apenas mais um capítulo da novela que se arrasta há mais de 20 anos. O presidente da Funai, que chegou a colocar a demarcação de Raposa/Serra do Sol, como condição para que assumisse o cargo e que fez a promessa da solução em dez dias, certamente estará consultando os oráculos para saber qual deverá ser seu próximo lance. Quantas vidas, sangue e sofrimento serão ainda necessários para que os Macuxi, Ingaricó e Wapixana possam viver em paz em sua terra? Quantas promessas de Natal ainda cabem na paciência desse povo?

Manaus-AM, 05 de janeiro de 2.000.

Egon Heck
Secretário-Executivo do Cimi

**GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTOS - SECD -
RELATÓRIO SOBRE A EDUCAÇÃO INDÍGENA**

Roraima é um dos estados da Federação que mais investe na educação indígena, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação - CNE -, através da Resolução 003/99 que fixou as diretrizes sobre a educação indígena.

Atualmente 8.100 alunos indios estudam nas 183 escolas indígenas mantidas pelo Governo do Estado, e, só este ano foram implantadas 16 novas escolas nas diversas comunidades, com o ensino de primeira a quarta séries do Ensino Fundamental, além da implantação do ensino da quinta série em outras nove escolas já existentes.

Das 183 escolas indígenas mantidas pelo Governo de Roraima, nas próprias malocas, 13 são do estilo padrão, um modelo de escola pública desenvolvido no Estado, com o objetivo de proporcionar mais ventilação e conforto para alunos e professores.

Desde o início da administração do governador Neudo Campos, em 1995, todas as comunidades indígenas que manifestaram a necessidade de implantar escolas nas suas malocas foram atendidas.

Professores

Para manter os 8.100 alunos indios na sala de aula, o Governo de Roraima através da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos - SECD - tem em seu quadro de pessoal 375 professores indios e 82 não indios que ministram as aulas dentro da cultura de suas próprias etnias: Macuxi, Wapixana, Ingaricó, Wai-Wai, Taurepang, Yecuana e Iñanomaimi.

Os professores indios contratados pelo Governo do Estado recebem todos os direitos dados aos demais professores da Capital e do Interior, inclusive a gratificação do Fundef.

Habilitação

O Governo de Roraima também investe na habilitação dos professores indios e não indios.

No caso específico dos professores indios foi criado o programa "Magistério Parcelado Indígena", uma iniciativa reconhecida pelo Ministério da Educação e pela Fundação Roberto Marinho que concederam o "Prêmio Paulo de Freire de Educação", pela consistência do projeto.

O Magistério Parcelado Indígena habilita os professores indios no Magistério, durante o recesso escolar.

A capacitação é feita na Escola de Formação de Professores e no Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério - Cesam.

O Governo, através da Secretaria de Educação traz os professores indios de suas malocas para Boa Vista, fornecendo, além da habilitação, alimentação, alojamento e transporte.

As aulas são ministradas dentro da própria etnia de cada professor indio.

230 professores indios já estão habilitados no Magistério, e, 169 estão em processo de habilitação.

Índios na Faculdade

Dentro ainda do programa de habilitação dos professores mantido pelo Governo do Estado, a Secretaria de Educação em convênio com a Universidade Federal de Roraima - UFRR - criou o vestibular especial para os professores cursarem Licenciatura Plena.

Dos 560 professores que estão cursando a Universidade, 38 são professores indios nas matérias de Matemática, Letras, Pedagogia e Ciências.

Material Didático

O Governo de Roraima apoia e investe também na elaboração de material didático específico para a educação indígena no Estado.

Hoje os indios das etnia Wapixana já possuem sei dicionário, e, os Macuxis terão em breve também um dicionário específico.

Além dos dicionários são confeccionadas cartilhas Macuxi e Wapixana e cartilha para alfabetização em português elaboradas

pelos professores indios com o apoio técnico da Secretaria da Educação.

Índio dirige a educação indígena

Um particular na educação indígena no Brasil se registra em Roraima. É o único Estado da Federação onde um índio dirige a Divisão de Educação Indígena.

O professor Sebastião Bento da Silva é chefe da divisão desde 1993 e coordena todos os pleitos das diversas comunidades indígenas do Estado junto a Secretaria da Educação.

Outro índio chegou a dirigir uma divisão de Educação Indígena no Amapá, professor Dionísio Karipuna, e, no inicio do ano passado foi substituído do cargo, hoje dirigida por um professor não índio.

FOLHA DE S.PAULO

da Sucursal de Brasília

O novo ministro da Justiça, José Gregori, fez uma crítica velada às organizações não-governamentais ao afirmar que é melhor conversar "com índio" do que "com branco amigo de índio".

"O índio não tem posição ideológica, é a posição de quem tem necessidades concretas, não intuídas por um europeu que tem ar-condicionado ou (que fica) ao lado da lareira em um país alpino", disse o ministro à Folha.

Gregori se referia às reivindicações levadas por líderes indígenas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na semana passada.

Entre outros pontos, eles querem o apoio do governo para aprovar o projeto do Estatuto das Sociedades Indígenas, que tramita há nove anos no Congresso.

Apoiadados por ONGs, os índios organizaram uma agenda alternativa de protestos, para o dia 22, data das comemorações oficiais

dos 500 anos do Brasil.

Gregori tomou posse na sexta-feira passada. Entre suas prioridades está a criação de um "observatório das polícias". O órgão teria como função avaliar o desempenho das polícias nos Estados.

Segundo Gregori, a avaliação teria um "poder indutor de melhoria" similar ao do provão — exame utilizado pelo Ministério da Educação para aferir a qualidade das universidades.

O projeto de unificação das Polícias Civil e Militar nos Estados, por enquanto, se limitará à tentativa de criar um comando único. "Antes da unificação, é preciso haver um esforço harmônico para que haja integração. A tal unificação, se tiver de surgir, virá em uma hora em que não seja discussão ideológica, mas consenso."

Com fama de conciliador, Gregori quer resolver pelo diálogo a disputa no governo pelo controle da repressão ao narcotráfico. A opinião do ministro sobre o tema,

contudo, bate de frente com o que pensa o general Alberto Cardoso, principal assessor militar de FHC.

"A repressão, nos termos da Constituição, é da Polícia Federal. Não há razão para dúvida."

Há um ano, o Gabinete de Segurança Institucional, comandado pelo general Cardoso, e a PF, subordinada ao Ministério da Justiça, vêm se digladiando pelo controle da repressão ao narcotráfico.

Na pasta de Cardoso, a avaliação é que a PF está tomada por grupos políticos corporativos, precisa ser reestruturada e está mais preocupada em realizar apreensões que resultem em divulgação para o órgão do que em combater o crime organizado.

Para controlar a repressão ao narcotráfico e coordenar o trabalho de diversos órgãos nessa ação, FHC criou a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), ligada à Presidência e subordinada ao gabinete de Cardoso. A PF não aceita prestar contas a um órgão de

inspiração militar e alega que dividir o comando prejudica a repressão ao narcotráfico.

Por causa da disputa, os dois últimos ministros da Justiça, que mediram força com o general Cardoso, deixaram o cargo. Na terça-feira passada, José Carlos Dias caiu depois de divergência pública com o então titular da Senad, Wálter Maierovitch. Pressionado, Maierovitch pediu demissão no dia seguinte.

Para Gregori, é necessário corrigir a redação do decreto que criou a Senad, que acabou gerando uma superposição de tarefas do órgão e da PF. O general Cardoso confirma que haverá alteração no decreto, mas afirma que ele será mais bem explicado e que as atribuições da Senad não mudarão.

Sobre o interesse do PMDB em sua pasta e uma eventual futura substituição, Gregori afirmou que duvida que alguém do comando do partido tenha previsto isso. "Não recebi uma intençãidade."

JORNAL

JORNAL DE BRASÍLIA

Rejeição levou Pataxó à morte

Amanhã, Dia do Índio, pouco ou nada a comemorar. "Quinhentos anos depois do descobrimento do Brasil e o branco continua maltratando a gente", reclama Humberto Abhoodi, da tribo Xavante, de Mato Grosso. "A gente não tá aqui à toa. Vemos lutar pelos nossos direitos", reclama o índio Kleklêmiso, 25 anos, membro da tribo Fulni-ô, de Pernambuco.

Ontem, Humberto Abhoodi fez questão de levar a reportagem do Jornal de Brasília em uma das pensões onde estão parte dos integrantes de sua tribo para mostrar as condições que ele se encontram. Nem luz elétrica na casa eles estão disposto.

Os índios Xavantes estão na pensão de Vera Moretti, a mesma que foi acusada, há três anos, de ter se negado a abrir a porta de madrugada para o índio Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo por cinco adolescentes de classe média alta de Brasília. Galdino teria batido na porta da pensão de Vera, mas

como essa teria se negado a abrir, o pataxó, da tribo Hâ-hâ-hâe, dormiu no ponto de ônibus da 703/704 Sul, onde foi queimado.

Quatro dos jovens, maiores de idade, aguardam julgamento. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já entendeu que eles devem ser levados a júri popular, mas os advogados deles estão recorrendo. O menor G.N.O.A, à época com 16 anos, está em liberdade. Vera Moretti disse, à época, que não se recusou a abrir a porta para Galdino, que morreu no hospital um dia depois do Dia do Índio, em 97.

Na pensão que ela mantém na 704 Sul, os índios se amontoam no chão, nas camas, em um ambiente com cheiro insuportável. A luz, dizem eles, só fica acesa em determinados compartimentos da casa. Um funcionário da pensão disse que aquela situação encontrada ontem estava vigorando há apenas um dia. A reportagem procurou Vera, em sua casa, e

por telefone, mas ela não foi encontrada.

Nas outras pensões a situação não é melhor. Na de Getúlio, por exemplo, nos quartos com beliches, os índios improvisam varais onde penduram suas toalhas. O dono da pensão garante que se preocupa com a limpeza do lugar. "Aqui estão as provas (mostra uma série de materiais de limpeza)". Uma diária para o índio nas pensões da Asa Sul custa R\$ 15.

A Funai admite que esses lugares não são apropriados para abrigar os índios. "São casas, sem condições físicas e sanitárias para abrigar tanta gente", garante Susana Grillo Guimarães. Ela diz que a dívida com os donos de pensões não tem previsão de ser paga, porque isso depende de verbas do Ministério da Justiça ou do Orçamento, para os quais a Funai já recorreu. "O problema é de agosto do ano passado, quando a Funai deixou de ter a verba para assistência aos índios", explica Susana. (M.D.)

Índios ameaçados de despejo

Às vésperas dos 500 anos do descobrimento do Brasil, mais um exemplo de descaso com os índios. Desta vez, em plena a capital da República. Os 220 índios que estão hoje hospedados em pensões da Asa Sul correm o risco de ser despejados. Motivo: a Fundação Nacional do Índio (Funai) não paga, há um ano, as diárias aos donos

dessas pensões, que têm para receber R\$ 1,2 milhão do órgão. A comida, em alguns desses estabelecimentos, já foi cortada.

"A situação ficou insustentável. O jeito vai ser continuar trabalhando, porque esse é nosso ganha-pão, mas com o branco", lamenta Getúlio José Valente, que hospeda 60 índios

na 703 Sul. Muitos deles, desde a semana passada, já não contam mais com comida nas quatro pensões. Getúlio e podem ir para rua. A LBV estava fornecendo refeição para eles, mas já informou que não dará mais marmita a partir de hoje (ontem)", revela.

Ele diz não saber como vai pagar tantas dívidas. "A luz já

foi cortada por várias vezes. A Caesb ainda não desligou a água por complacência, porque

sabe que a gente hospeda pessoas doentes e deficientes. Fora a dívida do cheque especial e outras como IPVA, prestação do carro, todas vencidas", contabi-

liza. Pior de tudo é o aluguel. Getúlio já recebeu ordem de despejo de uma das quatro pensões que mantém na Asa Sul.

"Os indios que estão lá (no bloco N. da 703 Sul, casa 48) só estão esperando o oficial de justiça chegar com a ordem de des-

pejo para sair", garante. O aluguel da pensão está atrasado há um ano. Por mais dez dias, Maria Vasco da Silva, também dona de pensão que hospeda indios na Asa Sul, conseguiu segurar a ordem de despejo de seu estabelecimento. "Há 11 meses, não tenho como arcar

Descaso começa nas aldeias

Não é de hoje que os indios enfrentam o descaso das autoridades públicas. Na maioria das aldeias a assistência em todos os setores é péssima. Na área da saúde, grande parte das populações indígenas está esquecida. As moléstias levadas pelos brancos e a histórica pendência na regularização dos territórios indígenas são os dois fatores que mais motivam a vinda dos líderes a Brasília. Se não há assistência médica é preciso buscá-la em algum lugar. Se as terras estão invadidas ou não estão demarcadas é necessário cobrar providências. Em ambas as situações, a única referência é a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão responsável pela defesa dos direitos indígenas.

Mas a Funai vem, a cada ano, enfrentando severas limitações orçamentárias. Os recursos destinados ao atendimento aos povos indígenas diminuem, apesar da maioria das tribos apresentar crescimento populacional, como que numa

demonstração cada vez mais forte de resistência frente aos desrespeitos que lhe são desferidos. À medida que a Funai não dispõe de recursos financeiros, como numa ação em cascata, as suas representações nos Estados também ficam cada vez mais impossibilitadas de prestar um atendimento condizente aos povos indígenas.

Os indios vêm a Brasília, empurrados pela necessidade. Quando chegam à sede da Funai, ao invés de conseguirem uma solução rápida para seus problemas, outros, às vezes maiores, surgem. E as dificuldades começam pelos alojamentos. Na década de 70 e início dos anos 80, os indios eram hospedados na Casa do Ceará. O ambiente era por muitos comparado a uma pocilga, tamanha a falta de higiene e de acomodações adequadas. Ali ficam num mesmo local indios saudáveis com outros doentes. Ao final, quem estava bem adoecia e quem estava com a saúde comprometida ficava pior.

Inúmeras foram as denúncias diante da precariedade do local. A Funai decidiu espalhá-los por pensões situadas no Núcleo Bandeirante, W3 Sul, em chácaras no Guará. Ao mesmo tempo, era cogitada a construção de uma casa do índio, como há em vários estados, em Sobradinho. Lá, os indios teriam uma ampla área verde, reproduzindo o ambiente ao redor das aldeias, enfermaria, refeitório e alojamentos adequados à condição humana. A casa do índio não passou de projeto.

Assim, a deficiência da assistência que existe nas aldeias continua se repetindo na capital da República. O exemplo mais gritante desta situação foi o assassinato do Pataxó Galdino, queimado por adolescentes, em 1997. E a luta secular desses povos continua a merecer apenas a indiferença.

ROSANE ANDRADE GARCIA

Reitora do INSTITUTO DE BRASÍLIA

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 209, DE 2000

Senhor Presidente,

Na forma do disposto nos arts. 258 e s.s. do Regimento Interno, requeiro que passem a tramitar em conjunto o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2000, que "Estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas no jurídicas residentes ou domiciliados no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952" e o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2000, que "Veda a concessão de empréstimos ou financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliados no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de junho de 1952", por disporem sobre matéria correlata.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2000. – Senador **Ramez Tebet**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2000

Senhor Presidente,

Noticiou a grande imprensa que o Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, pagou aos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Sergipe, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso e Espírito Santo, e aos municípios de Campina Grande e Caxias do Sul, a quanta de R\$167.700,00 (cento e sessenta e sete mil e setecentos reais), de compensação previdenciária devida por aquela autarquia àqueles estados e municípios, referente ao pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos locais, que contribuíram para o INSS, como acerto de contas com os regimes de previdência dos estados e municípios.

Diante do exposto, requeiro, nos termos regimentais, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, que preste as seguintes informações:

1 – Qual o valor total a ser repassado pela compensação previdenciária citada?

2 – Quais os estados de municípios que já instituíram regimes previdenciários próprios e os que já foram beneficiados pela Lei nº 9.796/99?

Sala das Sessões, 19 de abril de 2000. – Senador **Romero Jucá**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 9.796 DE 5 DE MAIO DE 1999
DO 85 de 6-5-1999 pág. 1

Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento lido será encaminhado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não há mais oradores inscritos.

A Srª Senadora Luzia Toledo e o Sr. Senador Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex's serão atendidos.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, as vésperas dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, volto os olhos para o povo de minha terra, para o povo do Estado do Espírito Santo, para refletir sobre nossa história, nosso passado de lutas, de glórias e realizações, antevendo um futuro de grandes conquistas e desenvolvimento para o povo capixaba.

Não se trata de mero desejo de prosperidade e bem-estar para o povo da antiga Capitania do Espírito Santo e da vila de Nossa Senhora da Vitória, neste início do Século XXI.

Trata-se de uma certeza decorrente de um olhar tranquilo e objetivo sobre aquilo que construímos nesses quase 500 anos de história, desde quando o rei de Portugal D. João III, em 1E de junho de 1534,

assinou a carta de doação da Capitania do Espírito Santo ao fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho.

Certamente hoje se cumpriu o que afirmava o padre Manoel da Nóbrega, em 1560: "Esta Capitania se tem por a melhor cousa do Brasil depois do Rio de Janeiro."

Quando a caravela de Vasco Fernandes Coutinho aportou junto ao Monte Moreno, hoje Vila Velha, naquele distante 23 de maio de 1535, oitava de Pentecostes, dia dedicado à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, ninguém poderia imaginar que a vila que ali se iniciava com o nome de Espírito Santo se transformaria numa terra onde mana leite e mel.

Esse longo e heróico caminho, formador da identidade histórico-cultural do povo capixaba, engloba um passado de lutas, combates diários e sofrimentos, juntamente com a certeza de estarmos construindo uma nova nação formada por muitas raças que ali se mesclarão para formar o verdadeiro Brasil.

Essas lutas que travamos, e que contribuíram para forjar a têmpera e o caráter firme do povo capixaba, começaram já na chegada de Vasco Fernandes Coutinho: os valentes indígenas que lá habitavam tentaram impedir o desembarque do Primeiro Donatário, postando-se armados na praia.

Foram muitos os inimigos internos e externos: em 1583 e 1592 as lutas foram contra os ingleses, em Vitória; em 1625, contra os holandeses, em Vitória e Vila Velha; em 1637, ainda contra os holandeses em Vitória.

A expulsão dos franceses do Rio de Janeiro também representa um importante acontecimento do passado de glórias do povo capixaba: o auxílio prestado pela Capitania do Espírito Santo a Estácio de Sá consolidou a hegemonia portuguesa no Brasil, decidindo-se aí o futuro da própria nacionalidade.

Araribóia, comandando duzentos índios temiminos, enviados pela Capitania do Espírito Santo para combater os franceses de Villegagnon, foi o fator decisivo para a expulsão dos mesmos do Rio de Janeiro.

Ainda hoje colhemos os frutos e benefícios da chegada dos jesuítas, em 1551: a importante obra evangelizadora, a pacificação dos indígenas, a aproximação entre brancos e índios, indispensável para a conquista e colonização da terra capixaba, e a fundação, em 1556, do primeiro estabelecimento de ensino de nossa terra, o Colégio de Santiago.

O Padre José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil, catequista, evangelizador, professor, médico, pacificador, filósofo e poeta, fundador da cidade de São

Paulo, beatificado, pelo Vaticano, em 1980, escolheu nossa terra para sua última morada.

Fundador da cidade de São Paulo, e habitante da antiga Capitania de São Vicente, o Apóstolo do Brasil esteve muitas vezes em nosso Estado, vindo a fixar-se definitivamente na aldeia de Reritiba, hoje município de Anchieta, onde faleceu em 9 de junho de 1597. Em 1581, quando três naus francesas investiram contra a Capitania, foram os índios das aldeias jesuíticas que defenderam nossa terra contra os invasores estrangeiros.

Em 1592, derrotamos o famoso pirata inglês Thomas Cavendish, que atacou a Baía de Vitória, e foi duramente batido nas praias vizinhas às vilas do Espírito Santo e Vitória.

Frei Pedro Palácios, espanhol, considerado o São Francisco de Assis do Brasil, fundador do Santuário de Nossa Senhora da Penha, homem dedicado à oração e à penitência, pregou o Evangelho na Capitania do Espírito Santo durante doze anos, a partir de 1558.

Domingos Martins, nascido no nosso município de Itapemirim. Foi comerciante em Londres e, posteriormente, um dos heróis das lutas pela liberdade: participou do movimento político que visava implantar a Confederação do Equador; foi preso e condenado à morte por fuzilamento, mantendo-se fiel na defesa dos grandes ideais da liberdade.

Entre 1545 e 1547, passamos por um período de grandes dificuldades, quando a Capitania quase foi à ruína, em decorrência das lutas entre brancos e índios: Vasco Fernandes Coutinho encontrava-se em Lisboa, na iminência de perder todos os seus bens.

Em março de 1625, entraram na barra de Vitória oito naus holandesas comandadas por Pieter Heyn que atacaram a Vila da Vitória; os holandeses foram derrotados no combate de rua, após tentativa de assalto à cidade.

Maria Ortiz é símbolo da coragem, bravura e destemor da mulher capixaba: nos combates de rua contra os holandeses, em Vitória, ela decidiu a batalha, lançando água fervente sobre o próprio Pieter Heyn.

Os administradores portugueses estavam convencidos de que qualquer ataque estrangeiro, dirigido contra as jazidas das *minas gerais*, teria o Espírito Santo como base de desembarque, daí a proibição de se fazerem estradas entre a Capitania Capixaba e Minas Gerais.

A administração portuguesa no Brasil seguia uma famosa frase do Conselho Ultramarino: "Quanto mais caminhos houver, mais descaminhos haverá".

Em 22 de janeiro de 1760, ocorreu a expulsão dos jesuítas, por determinação do Rei de Portugal, o que representou uma grande perda para o desenvolvimento da Capitania do Espírito Santo.

Em 1809 o Espírito Santo liberta-se da tutela do governo da Bahia, podendo a partir daí pleitear diretamente junto à Corte portuguesa todas as reivindicações necessárias ao seu desenvolvimento.

Na quadra de 1830, chegou ao Espírito Santo o primeiro grupo de colonos suíços, que vinham trabalhar no desenvolvimento da agricultura em nossa terra.

Em 1847, recomeçou a imigração de europeus para o Espírito Santo: 163 alemães formaram a Colônia de Santa Isabel; e em 1857, foi estabelecida a Colônia de Santa Leopoldina.

A Colônia de Rio Novo era formada por 1.870 habitantes, entre alemães, belgas, franceses, holandeses, italianos, portugueses e suíços.

Esses colonos europeus contribuíram decisivamente, não só para o desenvolvimento da agricultura como para o crescimento da população e melhor ocupação do território do Espírito Santo.

A importância econômica do café se tornou crescente: em 1860, a produção era de apenas 50.529 sacas; em 1900, a produção já atingia 394.150 sacas: o Espírito Santo também teve sua nobreza do café, representada pelos Barões de Itapemirim, Aimorés, Timbá e Guandu.

As idéias nacionalistas começaram a germinar e o Espírito Santo contribuiu desde os primórdios para a formação das condições favoráveis à Independência do Brasil.

A partir de 1835, com a instalação da Assembléia Provincial em Vitória, desenvolve-se a corrente que defende maior autonomia administrativa das Províncias.

A liberdade da imprensa surge com o primeiro jornal impresso em nossa terra: *O Estafeta*, que circulou em 1840 apenas em seu primeiro número, preparando o terreno para o *Correio da Vitória*, que começou a circular em 17 de janeiro de 1849, iniciando a história do jornalismo capixaba.

Em 1849, tivemos a insurreição do Queimado, revolta de negros escravos que ocorreu no distrito do Queimado e que foi facilmente subjugada devido à inexperiência dos chefes. Essa insurreição deixou a Província muito assustada.

A Independência trouxe um período de grande desenvolvimento para a Província: a cidadania, o júri, a escolha dos conselheiros do seu governo, além de outros benefícios materiais: estradas, pontes, escolas e maiores cuidados com a saúde do povo.

Apesar das proibições provenientes da Corte de abrir estradas, penetrar no interior e procurar minas de ouro, o povo capixaba nunca deixou de procurar o

desenvolvimento de sua terra, ultrapassando as dificuldades políticas e as barreiras físicas, num trabalho contínuo em busca do aprimoramento das condições de vida do seu povo.

A primeira Constituição republicana, promulgada em dois de maio de 1892, forneceu as condições político-institucionais para uma nova fase de desenvolvimento da terra capixaba.

O novo Governo estabeleceu um programa de construção de estradas de ferro e o povoamento do solo, atraindo o investimento e concedendo-lhe favores especiais.

O Estado contraiu o primeiro empréstimo externo, no valor de 17 milhões e 500 mil francos franceses, destinados à construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e contratou a vinda de vinte mil imigrantes italianos para a lavoura.

No fim do século XIX, o Espírito Santo tinha uma população de 209.783 habitantes, na quase totalidade trabalhando na agricultura, dedicando-se às culturas de café, cacau, algodão, cana-de-açúcar, milho e arroz.

Em 15 de novembro de 1895, o Papa Leão XIII promulgou a bula que instituía a Diocese do Espírito Santo, com sede em Vitória, atendendo antiga reivindicação da comunidade católica, que constituía a quase totalidade da população.

O Espírito Santo fizera apreciáveis progressos culturais: já havia na Capital, Congresso, Corte de Justiça, altos órgãos administrativos, Bispado, Escola Normal, Biblioteca Pública, dois jornais e uma elite cultural.

A queda do preço do café – maior fonte de receita do Estado – mergulhou o Espírito Santo numa grave crise econômica, agravada por uma prolongada seca, impossibilitando o Estado de cumprir seus compromissos financeiros, obrigando-o a pedir moratória aos credores estrangeiros.

A partir de 1908, no Governo Jerônimo de Souza Monteiro, inicia-se o processo de modernização de Vitória, que passa a dispor de novas ruas e serviços de água, esgoto, luz, bondes elétricos.

Em novembro de 1908, ocorreu a primeira greve operária do Espírito Santo: em Cachoeiro de Itapemirim cruzaram os braços os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, por atraso de pagamento dos salários.

A antiga Capitania de Vasco Fernandes Coutinho soube superar; nesses quase cinco séculos de existência, todos os grandes obstáculos e dificuldades que surgiram no caminho do seu desenvolvimento e na construção de uma sociedade moderna.

O padre Anchieta, no auto *Vila da Vitória*, representa o *Governo* – personagem bondosa e protetora – na figura de Vasco Fernandes Coutinho, confirmando os registros históricos de dedicação, generosida-

de, bravura, solidariedade e o espírito magnânimo do primeiro donatário.

Não há registro de um só ato injusto, de uma opressão ou da prática de uma vingança por parte de Vasco Fernandes Coutinho, coisas tão comuns nas condições adversas existentes nos primórdios da colonização, em que o donatário de uma capitania dispunha de praticamente todos os poderes de um rei.

O padre Francisco Pires, em carta de 1558, apresenta um eloquente depoimento sobre a grandeza de sentimentos e demonstração da santa humildade de Vasco Fernandes Coutinho.

Em uma reunião de moradores da vila, promovida pelo capitão que os notara desgostosos consigo foi apurado o motivo da contrariedade. "O donatário utilizou de palavras brandas e humildade, pedindo perdão e registrando o seu desejo de estar bem com todos".

Vasco Fernandes Coutinho faleceu em 1561, foi sepultado na vila do Espírito Santo, onde residia, "tão pobremente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus, e não sei se teve um lençol seu em que o amortalhassem", nas palavras de frei Vicente do Salvador.

O espírito de luta, combate, coragem e humildade de Vasco Fernandes Coutinho continua a operar na formação da identidade histórico-cultural do povo capixaba, que tem sabido vencer tantas adversidades.

As novas gerações do povo do Espírito Santo, herdeiras de um grande patrimônio material, intelectual e moral, precisam meditar sobre a grande dívida que temos para com nossos antepassados, decorrentes dos imensos sacrifícios necessários para a construção de uma nova terra.

Portugueses, africanos, alemães, pomeranos, italianos, belgas, suíços, luxemburgueses, tiroleses, austríacos, holandeses, poloneses, libaneses, espanhóis e outros estrangeiros contribuíram, juntamente com os nossos índios, para o desenvolvimento do Espírito Santo e para formação histórico-cultural do povo capixaba.

A contribuição dos negros à formação histórico-cultural do Estado do Espírito Santo é inestimável, pois desde os primórdios de nossa história, foi permitido a ocupação do território e a manutenção da economia em desenvolvimento.

Aqui as condições para implantação do homem europeu foram muito adversas: a floresta e a ferocidade dos indígenas constituíram barreira intransponível para os planos de colonização, impossibilitando a penetração no interior.

Tudo o que somos e que temos devemos a esses todos nossos antepassados que souberam ganhar o pão com o suor do rosto, gastaram suas energias e entregaram suas vidas em benefício dos pósteros.

Com essa reflexão sobre o passado e o presente do Estado do Espírito Santo, quero afirmar minha esperança no futuro promissor, fruto do trabalho e da fé de um povo que não recua ante as adversidades, pelo contrário, utiliza o lema de nossa bandeira e, evidentemente, Trabalha e Confia.

Muito obrigada.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nem mesmo o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, escapou ao furor revisionista de nossos tempos. Segundo a professora Naumi A. de Vasconcelos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a história, segundo a qual, em um remoto e frio 8 de março de 1908, várias operárias da indústria têxtil de Nova Iorque morreram queimadas, em incêndio provocado na fábrica onde se reuniam em greve contra as más condições de trabalho, não passaria de lenda sem qualquer comprovação.

De qualquer forma, essa "fogueira de bruxas" do início do século guarda um forte simbolismo em relação à condição feminina, apesar de não assinalar, propriamente, o início da luta da mulher, a qual tem suas origens em tempos mais remotos.

Nas culturas mais primitivas, chamadas "de coleta", as condições ambientais eram tão favoráveis que as populações podiam viver daquilo que a natureza oferecia. Os fenômenos da guerra e da caça eram muito raros ou até inexistentes. Homens e mulheres viviam em sociedades não competitivas, embora houvesse divisão sexual de trabalho. Havia uma espécie de igualdade entre mulher e homem. As mulheres eram consideradas como seres mais próximos do sagrado por gerarem e manterem a vida biológica e, portanto, possuíam alguns privilégios.

Mais tarde – por volta de 10.000 a 8.000 a.C. – quando se descobriram as técnicas de arar a terra, instalaram-se as sociedades agrárias – e com elas a história como a conhecemos – e a situação da mulher passa por uma transformação radical. Até a instalação dessas sociedades, o princípio masculino e feminino, juntos, governavam o mundo.

Agora, já não é mais assim. Devido à necessidade de fixar-se à terra e dividi-la entre os clãs para cultivá-la, a mulher passa a atuar apenas na esfera do privado. A ela passam a competir a geração e a criação dos filhos, enquanto ao homem competem o trabalho de arar a terra e de defendê-la contra os possíveis competidores. Já não é mais o princípio feminino junto com o masculino que dominam o mundo e, sim, a lei do mais forte.

Assim, sustentados em razões econômicas e ideológicas, os homens impõem a lei à mulher. Ela passa a sair das mãos do pai para as do marido. O adultério feminino é punido com a morte, ao passo que os homens, senhores do desejo, criam um mundo para si, em que a figura da mulher é irremediavel-

mente dividida: de um lado, a mãe, pura, intocável e privada, e do outro, a prostituta, mulher pública e usada por todos.

Enquanto as condições tecnológicas o permitem, essa situação permanece inalterada. Mas, no século XVIII, com a invenção do tear mecânico e todas as tecnologias correlatas, instaura-se o modo de produção capitalista, com a consequente industrialização.

A situação da mulher sofre nova transformação. Em termos muito gerais, com a concentração urbana, não é mais preciso produzir mão-de-obra barata para arar a terra. Ao contrário, são grandes os excedentes da força de trabalho. A mulher começa, pois, a limitar a natalidade. Entra, também, para o mundo do trabalho, sempre com salários inferiores aos do homem, devido à carga de estereótipos e preconceitos sobre sua condição, causados por milênios de opressão sexual e exploração econômica.

A mulher começa a lutar por melhor educação, melhores condições de higiene, direito à cidadania política, ao voto, etc. É nesse contexto que surgem os primeiros movimentos feministas nos países europeus e nos EUA, reclamando o direito à educação e ao voto.

O primeiro a ser conquistado foi o direito à instrução. O ensino secundário e superior, antes exclusivamente destinado aos homens, foi finalmente aberto às mulheres, que assim tiveram oportunidade de partilhar os benefícios da instrução com os homens, e preparar-se para exercer funções que até então lhes estavam vedadas. O mito da inferioridade feminina começa a cair por terra. Em 1920, 52 mulheres doutoraram-se pela Universidade de Oxford, um dos mais difíceis baluartes a serem vencidos.

A luta pela conquista dos direitos da mulher não foi, no entanto, uma luta pacífica. A campanha agitou em muitos países, com os argumentos os mais vigorosos "pró" e "contra". A participação das mulheres na vida política não se desenrola num domínio neutro, objetivo; ao contrário, põe em jogo crenças sociais profundas, muitas vezes inconscientes, muitas vezes repelidas, mas sempre presentes, que lhe dão uma coloração passional mais ou menos acentuada.

Essa participação choca-se visivelmente com uma tradição anti-feminista que, embora se enfraqueça desde o princípio do século, permanece, entretanto, assaz forte até os nossos dias. Trata-se de substituir um sistema social que considera a atividade feminina como essencialmente familiar e privada, por um sistema novo, admitindo a plena igualdade dos sexos em todos os domínios.

No Brasil, Senhoras e Senhores Senadores, embora a luta seja mais tardia, a trajetória das mulheres reproduz, em grande medida, os movimentos internacionais. Assim como em outras nações, pode-

mos falar, também, de dois movimentos distintos. Um deles é o projeto organizado de participação feminina na vida pública e outro é a evolução que se processa por meio da contribuição revolucionária e pioneira de algumas mulheres.

Podemos situar, com bastante recuo no tempo, a longa jornada da mulher brasileira por conquistas de direitos. Já em 1534, temos a atuação quase desconhecida de Anna Pimentel, esposa de Martin Afonso de Souza, frente à Capitania de São Vicente, que iniciou o cultivo da laranja, do arroz, do trigo e a criação de gado na região. Anna Pimentel não foi a única. Duas outras esposas de donatários estiveram à frente dos territórios concedidos a seus esposos: Brites Mendes de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho Pereira, em Pernambuco, e Luiza Grimaldi, mulher de Vasco Fernandes Coutinho, no Espírito Santo.

Em 1752, foi lançado o primeiro livro de mulher no Brasil, escrito em português. Tratava-se das *Máximas da Virtude e da Formosura*, da brasileira Teresa Margarida da Silva Orta. Quanto a uma publicação essencialmente feminista, em 1852 foi lançado o *Jornal das Senhoras*, no qual as mulheres exigiam acesso à educação.

Em 1881, pela primeira vez, as moças conquistaram o direito de entrar nas faculdades de Medicina. Em 1910, sob o comando da professora Deolinda de Figueiredo Daltro, foi organizado o Partido Republicano Feminino. Sob a batuta de Bertha Lutz, realizou-se, em 1922, no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Feminino Brasileiro. Em 1929, a capixaba Emliana Viana Emery conquista, na Justiça, o registro eleitoral e o direito ao voto. Como a Constituição de 1891 era omissa, algumas mulheres recorreram ao Judiciário.

Finalmente, em 1932, lei do Presidente Getúlio Vargas concede às mulheres alfabetizadas o direito de voto. Depois do Equador, o Brasil foi segundo País da América Latina a outorgar o direito. Em 1934, a Constituição Federal inaugura uma nova era ao assegurar a igualdade sem distinção de sexo, conquista excluída da Carta de 1937. Em 1962, com a mudança no Estatuto da Mulher Casada, a esposa deixa de ser tutelada pelo marido e pode decidir sobre a própria vida.

Finalmente, em 1988, a enérgica atuação da bancada feminina garantiu uma Carta que assegura igualdade para homens e mulheres na chefia das famílias. Os principais direitos passam a integrar a lei.

Dito assim, sumariamente, pode parecer que essa evolução foi serena e indolor, o que não é verdade. Nenhuma transformação social foi tão intensa e sem retorno como chamada "revolução feminina". Pioneiras do espartilho em 1900, sem direito a voto dependentes do "senhor meu marido", as mulheres

viam suas vidas serem comandadas e seus anseios reprimidos. Mas nem todas aceitaram. Corajosas pioneiras, celebridades ou mulheres anônimas, seja nas grandes causas ou em pequenos detalhes cotidianos, rebelaram-se e decidiram mudar a própria história.

Desse universo fazem parte guerreiras como Inês de Souza, mulher do Governador Salvador Correia de Sá, que impediu uma invasão de franceses no Rio de Janeiro; Chica Homem e Quitéria Lopes Moreira, que lutaram na Guerra do Paraguai; a charuteira Adelina, informante dos abolicionistas em São Luís do Maranhão e Maria Quitéria de Jesus, hoje reconhecida como patrona do quadro complementar do exército.

Contribuíram, também, esportistas e artistas como Anésia Pinheiro, heroína da aviação brasileira; Maria Lenk, primeira mulher a representar nosso País em uma Olimpíada; Carmen Santos, primeira cineasta brasileira; Chiquinha Gonzaga, compositora e mestra; Nair de Teffé, primeira-dama e caricaturista e Eugênia Moreira, primeira repórter do Brasil.

Em quase todos os campos da atividade humana e da história brasileira, tivemos a participação de mulheres notáveis. Desde Nísia Floresta, a feminista que se tornou um marco na luta pelos direitos da mulher e que foi uma das intelectuais brasileiras que mais se destacaram, na época, defendendo as causas da Abolição e da República, até artistas como Tarsila do Amaral, Anita Maffatti e Patricia Galvão – a Pagu –, cuja contribuição foi definitiva para o Movimento Modernista de 1922. Desde Nise da Silveira, a psiquiatra revolucionária, responsável pela criação do Museu do Inconsciente e pela revelação de artistas como Arthur Bispo do Rosário, até Clarice Lispector, que inaugurou um discurso feminino em nossas letras. E mais uma multidão de mulheres, que, se não deixaram uma obra, contribuíram para a mudança do comportamento. É um universo heterogêneo, no qual se abrigam vedetes e atrizes como "Luz del Fuego" e Leila Diniz, cronistas como Marina Colasanti e Carmem da Silva, ativistas como Rose Marie Muraro e Heloneida Studart.

Hoje, como sabemos, Senhoras e Senhores Senadores, a participação da mulher no mundo do trabalho e na vida política e cultural do País já está estabelecida, mesmo que ainda não encontre expressividade numérica à altura. "Elas" já estão em toda parte. No comando de grandes empresas, como Maria Sylvia Bastos Marques, frente à Companhia Siderúrgica Nacional, Marlúce Dias, frente a toda poderosa Rede Globo. Nas cadeiras outrora "machistas" da Academia Brasileira de Letras, como Raquel de Queiroz, Nélida Piñon e Lygia Fagundes Telles. Estão gal-

gando os mais altos postos da magistratura e há muito conquistaram os do magistério universitário. Estão na vanguarda de movimentos culturais, na direção de aeronaves e de empilhadeiras. Estão cada vez mais presentes no mundo da ciência, conforme comprova o título de doutora *Honoris Causa* da Universidade de Reims Champagne Ardenne – uma das mais importantes da França – concedido à jovem doutora Lúcia Willadino Braga, do Hospital Sarah Kubitschek.

Eu diria, Senhoras e Senhores Senadores, que, em termos de evolução do feminismo, já superamos a fase "heróica". As mulheres não precisam provar mais nada. Se a sociedade não lhes concedeu uma visibilidade maior, em termos quantitativos, é porque as estruturas sociais se movem lentamente e ainda não absorveram as alterações sofridas. É claro que isso só se faz juntamente com o desenvolvimento global.

Em alguns países, as mulheres conseguiram uma boa participação no poder político. Na Escandinávia, são cerca de 40% do parlamento; na Finlândia, 38%; nos EUA, cerca de 25%, além de 11 governadoras de Estado, 17 secretárias da Fazenda. Elas são, também, 41% de todos os empresários norte-americanos! No Brasil, entretanto, a bancada feminina no Congresso Nacional conta apenas com 28 Deputadas e 5 Senadoras, no total de 513 parlamentares na Câmara e 81 no Senado Federal, representando somente 5,5% dos mandatos.

Ainda é pouco, Senhoras e Senhores Senadores. Mas é um número que progredirá à medida que outras questões também progredam na sociedade: a democratização do ensino e da saúde, a melhoria das condições de vida e de trabalho, a melhor distribuição da renda...

A participação da mulher não é uma questão isolada. É um indicador seguro de transformações em toda a sociedade. Significa que as oportunidades foram igualitariamente distribuídas e que o mérito foi o principal critério de acesso. Na verdade, chegará o tempo em que não haverá mais sentido em se falar na "questão da mulher". Ou na "questão da criança". Ou na "questão do negro". Chegará o tempo em que a única questão será a questão da democracia.

Poder-se-á, então, esquecer o dia 8 de março, tenha ou não existido.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 25 do corrente, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2000 (nº 2.329/2000, na Casa de origem)	Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.	Discussão, em turno único. (Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 375 do Regimento Internacional).
Presidente da República		Terceiro dia de discussão, em primeiro turno.
2 Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999 Senador Mauro Miranda e outros senhores Senadores	Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro- Oeste e Nordeste.	
	Parecer nº 300/2000-CCJ, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável.	
3 Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 1999 (nº 86/99, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ajuricaba Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Discussão, em turno único.
	Parecer nº 166/2000-CE, Relator: Senador Gilvam Borges, favorável, com abstenções dos Senadores Jefferson Peres e Roberto Saturnino.	
4 Requerimento nº 153, de 2000 Senador Lúcio Alcântara	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 286, de 1999, e 69, de 2000, por regularem a mesma matéria.	Votação, em turno único.
5 Requerimento nº 157, de 2000 Senador Osmar Dias	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 388, de 1999, e 65, de 2000, por regularem a mesma matéria.	Votação, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 10 minutos.)

**ATA DA 29ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2000**
(Publicada no DSF, de 6 de abril de 2000)

RETIFICAÇÃO

Na página 06495, primeira coluna, no discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães, no segundo parágrafo,

Onde se lê:

“.... não tenho cargo de Suframa”

Leia-se:

“... não tenho cargo de Sudam ...”

**ATA DA 35ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE
ABRIL DE 2000**
(Publicada no Diário do Senado Federal de 14 de abril de 2000)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 7255, 1ª coluna, referente ao resultado constante do Item 5, da Ordem do Dia,

Onde se lê:

Aprovado.

Os projetos de lei passam a tramitar em conjunto, deixando, portanto os Projetos de Lei do Senado nºs 545, 665 e 681, de 1999, de ter caráter terminativo. ...

Leia-se

Aprovado.

Os projetos de lei passam a tramitar em conjunto, deixando, portanto os Projetos de Lei do Senado nºs 545, 665, de 1999, de ter caráter terminativo. ...

.....

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**CONVOCAÇÃO**

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca reunião do Conselho a realizar-se no dia 25 de abril do corrente ano, terça-feira, às 17h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, com a mesma pauta da Reunião convocada para o dia 19 do corrente mês, que fica, por conseguinte, cancelada.

Brasília, 17 de abril de 2000



SENADOR RAMEZ TEBET

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PUBLICQUE-SE
EM 19/04/2000

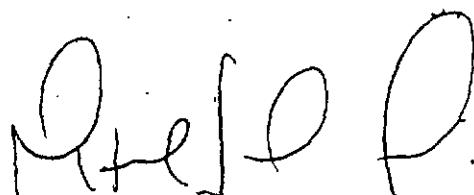
Diretor-SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 455, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005359/00-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALTÉRCIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 30995, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, a partir de 17 de abril de 2000.

Senado Federal, 19 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICQUE-SE

EM

19/04/2000

Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 456, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TOMAZ ALVES NINA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, 19 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 19/04/2000

Diretor da SEAPES

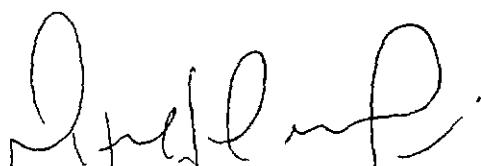


**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 457, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003110/00-1,

RESOLVE designar o servidor RAIMUNDO BEZERRA ASSUNÇÃO COSTA, matrícula 2489, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Geraldo Cândido, com efeitos financeiros a partir de 29 de fevereiro de 2000.

Senado Federal, 19 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 19/04/2000

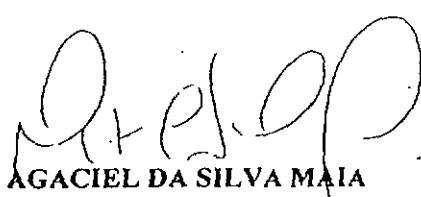
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 458, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001614/00-2,

RESOLVE designar o servidor JURANDIR DE JESUS CAVALHEIRO, matrícula 3097, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Roberto Requião, com efeitos financeiros a partir de 03 de fevereiro de 2000.

Senado Federal, 19 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 19/04/2000
Divisão de SEAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 459, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 5434/00-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SELMA MARIA ALVES MAGALHÃES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Osmar Dias.

Senado Federal, 19 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(I) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal

1. Casildo Maldaner – SC/2141
2. Ramez Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ramal

1. Marlucê Pinto - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

UF/Ramal

1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francelino Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal

1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patrocínio - TO/4058
3. Djalma Bessa - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal

1. Lúcio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal

1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Luzia Toledo - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal

1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloisa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal

1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA
Vice-Presidente: BELLO PARGA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (3)	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
			8. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES -PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2161/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
 Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
 (29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (2)	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
 Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMILIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

DEMOCRATICO	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PSB	
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSD	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
(1) RETIRAM-SE DO BLOCO (PPS, PSB, PPSB)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPS	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES		UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4.	LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES		UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4.	JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES		UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LÚZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5.	GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES		UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1.	SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2.	MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4.	EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR
AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO
JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES
RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.**

Presidente:

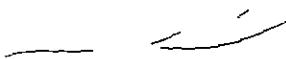
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1



BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
 Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
 (27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (4)	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

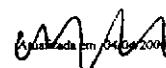
(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121


Assinada em 04/06/2000

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

	PMDB
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

PSDB

PR-3206/07

RJ-2431/37

(I) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT)

(I) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)**

TITULARES

		PMDB	
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
		PPF	
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
		PSDB	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
		(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO P/ PDT	
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
		PPB	
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

**REUNIÕES: 5^a FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br**

SALA N° 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY
Vice-Presidente: CARLOS WILSON
(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 13 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMÉZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideres Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
 Vice-Presidente: ROMEU TUMA
 (17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÁNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA								
CARGO	TÍTULO	NOME		PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER		PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGACA		PMDB	RS	07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN		PFL	SC	04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA		PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB					PMDB				
JOSÉ FOGACA	RS	07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	0015	311 3130	323 3428
PFL					PFL				
JORGE BORNHAUSEN	SC	04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	04	311 3245	323 6494
PSDB					PSDB				
ANTERO PAES DE BARROS	MT	24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	01	311 2351	323 4448	Luzia Toledo	ES	13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS					PT/PSB/PDT/PPS				
EMILIA FERNANDES	RS	59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES				MEMBROS SUPLENTES					
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 31,00
Ponte de Correio	RS 95,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 127,60
Valor do número avulso	RS 0,30
Ponte avulso	RS 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 62,00
Ponte de Correio	RS 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 255,20
Valor do número avulso	RS 0,30
Ponte avulso	RS 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Económica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil Agência 3602-1, conta nº 170500-8 ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450 a favor da FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo, discriminando:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Económica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coleção Clássicos da Política

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



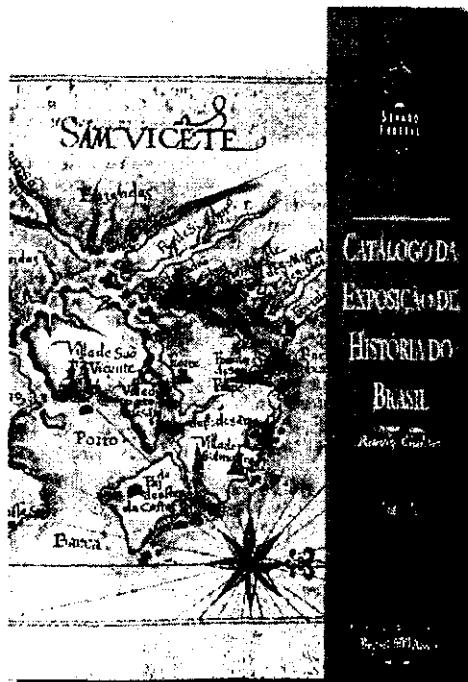
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do Banco do Brasil, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:	CEP:	UF:	
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Direito Constitucional Brazileiro - reforma das instituições nacionaes

Coleção Memória Brasileira

Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juízes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas, tem introdução de Nelson Saldanha e prefácio de J. Izidoro Martins Júnior.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/secpct/catalogo.com



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(031) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSESP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-3**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unid. de Apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Livro da Profecia

Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do Banco do Brasil, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

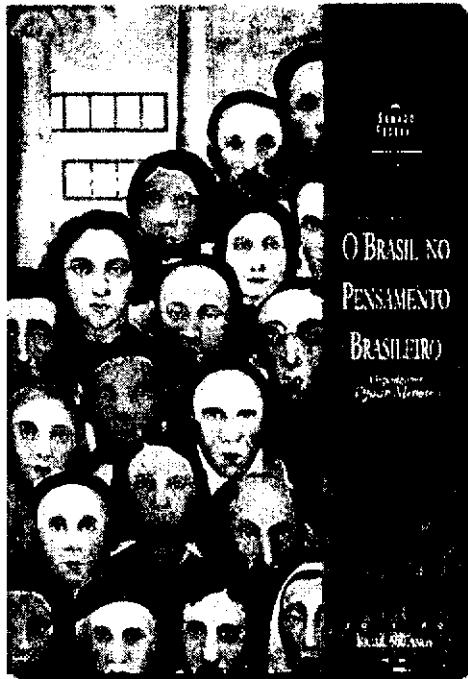


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Projeto do Código Civil no Senado Federal

Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00



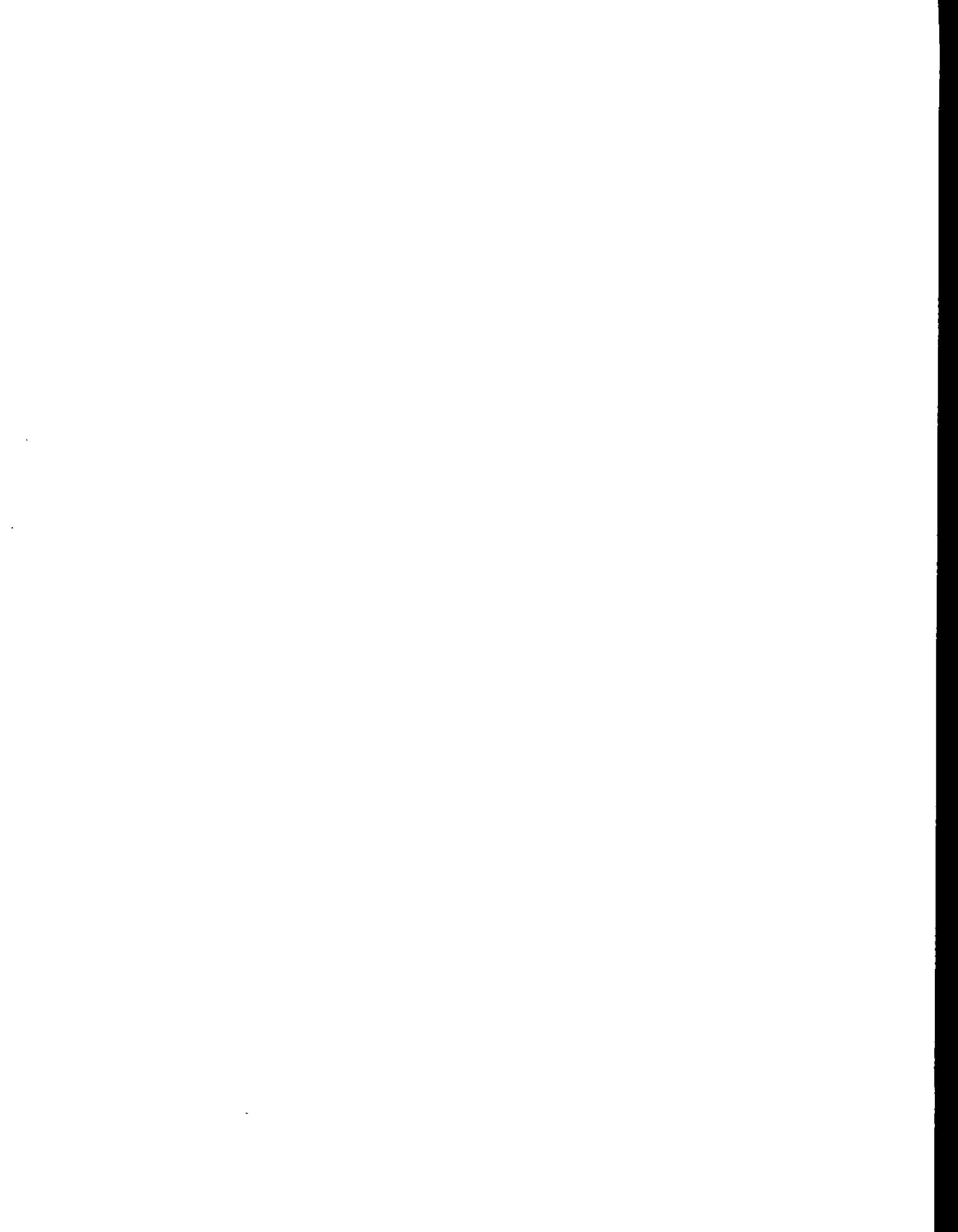
Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO
FEDERAL



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS